

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Novembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1147 • Director: Carlos Brito

Jerónimo de Sousa ao «Avante!»



O objectivo é derrotar o candidato da direita

• Derrotar o candidato da direita e contribuir para a mudança são os objectivos políticos da candidatura

Págs. Centrais

IMPOSTOS AUMENTARAM OITO VEZES MAIS QUE OS SALÁRIOS

nos últimos seis anos...

Pág. 9

A arte rupestre do Vale do Côa

Pág. 23

• José Manuel Vargas

Tribunal de Contas da Comunidade Europeia

Um sério aviso...

• Joaquim Miranda Págs. 20 e 21

A concertação estratégica do PS e a ofensiva contra o mundo do trabalho

• Artigo de Domingos Abrantes

Pág. 18



Pág. 19

ANGOLA 20 ANOS DEPOIS

Págs. 24 e 25

Polónia A derrota de Walesa

Págs. 3, 15 e 32



Jerónimo de Sousa com reformados em Alcântara

RESUMO

15 Quarta-feira

Jerónimo de Sousa apresenta, em Évora, a sua candidatura ■ A primeira sondagem sobre as eleições presidenciais, após as legislativas, dá 10 pontos de vantagem a Jorge Sampaio sobre Cavaco Silva ■ O primeiro-ministro marca para 4 de Dezembro a primeira negociação da Concertação Social ■ Luís Nobre Guedes é o terceiro deputado do PP a pedir a suspensão do seu mandato da AR, até ver esclarecidas as dúvidas acerca da Lei das Incompatibilidades ■ A selecção nacional é apurada para o campeonato europeu ao vencer a República da Irlanda por 3-0, na Luz ■ Inicia-se a campanha na Rússia para as eleições legislativas marcadas para 17 de Dezembro ■ O presidente israelita, Ezer Weizman, encarrega Shimon Perez de formar um governo para prosseguir com o processo de paz.

16 Quinta-feira

O candidato comunista à Presidência da República divulga, em Coimbra e em Aveiro, os objectivos da sua candidatura ■ O actor Mário Viegas apresenta-se como candidato independente à Presidência da República ■ Os argelinos elegem maioritariamente Liamine Zeroural como Presidente da República, apesar da ameaça de morte dos fundamentalistas àqueles que se dirigissem às urnas ■ Chegam a Lisboa 21 timorenses, que se refugiaram na embaixada do Japão, em Jacarta, depois de Tóquio lhes ter negado asilo político ■ A União Europeia e Marrocos rubricam um acordo de associação comercial que ameaça agravar a crise no sector português de conservas ■ A Confederação Europeia de Sindicatos inicia uma conferência, em Madrid, para debater «O futuro da União Europeia» ■ Realizam-se as cerimónias comemorativas do 50º aniversário da Unesco ■ Oskar Lafontaine é eleito presidente do SPD alemão, derrotando Rudolf Scharping, que dirigia o partido desde 1993.

17 Sexta-feira

Jerónimo de Sousa participa numa sessão-debate com reformados, na Junta de Freguesia de Alcântara ■ Membros do Governo deslocam-se a Foz Côa para apresentar o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região ■ Os familiares das vítimas no caso Camarate recorrem da decisão do Ministério Público de arquivar o processo ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, acusa Portugal de encorajar os timorenses a invadir as embaixadas ocidentais para pedir asilo político ■ Em Paris, estudantes e polícia envolvem-se em confrontos durante uma manifestação que reivindica o financiamento do ensino superior ■ O ministro dos Negócios estrangeiros da Bósnia-Herzegovina anuncia a sua demissão.

18 Sábado

Jerónimo de Sousa está em Peniche para debater as questões das pescas e o acordo UE/Marrocos ■ O Partido Ecologista «Os Verdes» anuncia o seu apoio à candidatura de Jorge Sampaio à Presidência da República ■ Chegam a Lisboa cinco timorenses refugiados na embaixada francesa, em Jacarta ■ Mário Soares chega à África do Sul para uma visita oficial de cinco dias ■ A polícia prende em Madrid oito skinheads alemães que se encontravam em Espanha com o objectivo de participar numa manifestação de extrema-direita, para assinalar os 20 anos da morte de Franco ■ Realizam-se eleições autonómicas na Catalunha.

19 Domingo

Realiza-se a segunda volta das eleições presidenciais na Polónia ■ Milhares de militantes da extrema-direita manifestam-se, em Madrid, assinalando o 20º aniversário da morte do ditador Franco ■ Jordi Pujol, da coligação nacionalista, CiU, perde a maioria nas eleições autonómicas da Catalunha; os comunistas registam uma subida assim como os populares, enquanto os socialistas perdem seis deputados.

20 Segunda-feira

Jerónimo de Sousa afirma em Setúbal que o caso da Renault Portuguesa é um exemplo grave da política de submissão às transnacionais ■ Deputados, juristas e constitucionalistas debatem, em Lisboa, o sistema eleitoral português, numa iniciativa do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa ■ A Resistência Nacional de Estudantes de Timor-Leste promove uma vigília, em Coimbra, assinalando o terceiro ano da prisão de Xanana Gusmão ■ Mário Soares encontra-se com Nelson Mandela e mais tarde com a comunidade portuguesa, na África do Sul ■ Os polacos dão a vitória ao candidato «ex-comunista», Aleksander Kwasniewski, que recolhe com 51,72% dos votos, contra os 48,28 por cento obtidos por Lech Walesa ■ Israel assina um acordo de cooperação com a União Europeia em Bruxelas.

21 Terça-feira

Utentes da CP cortam a circulação, pelo segundo dia consecutivo, em Santa Iria da Azoia, em protesto pela falta comboios às horas de ponta ■ Eduardo Paz Barroso pede a demissão de director do Teatro Nacional de São João ■ Os Presidentes da Sérvia, Croácia e Bósnia chegam a acordo para a resolução pacífica da guerra na Bósnia ■ Milhares de estudantes invadem as cidades de França numa jornada nacional convocada para exigir mais dinheiro e mais professores para as universidades ■ O novo primeiro-ministro israelita forma Governo e promete trabalhar para conseguir a paz com a Síria.

O Programa e o Regime

Anecessidade de denunciar a linha de continuidade essencial apresentada pelo Programa do Governo de António Guterres em relação às políticas económica, social e de integração europeia seguidas pelos governos de Cavaco Silva, pode ter deixado menos nítida a gravidade de algumas orientações, iniciativas e formas de actuação que os governantes do PS se propõem concretizar no plano institucional.

Várias destas medidas, que são designadas no Programa do Governo por Reforma do Estado, atingem áreas das mais sensíveis do regime político consagrado na Constituição, provocando, mesmo que sob a aparência da democratização, reais limitações de direitos e a efectiva redução da representação proporcional e do pluralismo.

Merecem uma atenção muito especial, a este respeito, os propósitos programáticos do Governo, visando, a curto prazo, entre outras: a revisão da Constituição, a reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República, a alteração da legislação sobre os partidos políticos, a linha condutora para o processo de regionalização, a revisão do quadro de atribuições e competências dos municípios e freguesias, a revisão do regime legal de finanças locais e, finalmente, a clarificação do quadro dos serviços de informações.

A revisão da Constituição não aparece, claro, na linha de actuação programática do Governo, visto que não é da sua competência, mas o Programa refere abundantemente a sua necessidade, não deixando dúvidas de que se trata de um dos maiores empenhamentos da «nova maioria».

A revisão da Constituição parecia significar para o PS, antes de este ser Governo, a oportunidade de remover os obstáculos constitucionais a alterações da legislação eleitoral que atentam contra o princípio de representação proporcional, como, por exemplo, a criação de círculos de um só deputado.

A leitura do Programa do Governo faz recear que, para além do ataque ao princípio de representação proporcional, o PS possa querer incluir agora na revisão matérias que não incluía no seu projecto de 1993, nomeadamente o ataque aos direitos dos trabalhadores e a outros direitos sociais, como já então faziam o PSD e o PP-CDS.

Em relação à revisão da legislação eleitoral, o que o Programa estabelece é a seguinte orientação: «Concretização de uma reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República, de modo que, preservando as característi-

cas de pluralidade e proporcionalidade da representação, seja assegurada uma responsabilização política mais directa do deputado perante os seus eleitores.»

Se o Governo respeitasse estas bonitas palavras do seu Programa estava também nesta questão perante mais uma quadratura do círculo.

Sabe-se que Guterres quer a toda a força introduzir os círculos uninominais e ele próprio já defendeu numa entrevista recente que metade dos deputados deviam ser eleitos por esta forma.

Sabe-se também que há no PS quem preconize, como também no PSD, uma nova redução do número de deputados, chegando J. Lação a falar, há poucos dias num debate, de uma Assembleia de 180 deputados.

Não se percebe como é que com estes parâmetros se «preserva» as tais «pluralidade» e «proporcionalidade» (em comparação com as actuais, naturalmente) de que fala o Programa.

O próprio PS também não deve saber, pois há dois anos que fala des-

Várias destas medidas, que são designadas no Programa do Governo por Reforma do Estado, atingem áreas das mais sensíveis do regime político consagrado na Constituição, provocando, mesmo que sob a aparência da democratização, reais limitações de direitos e a efectiva redução da representação proporcional e do pluralismo.

tas inovações da legislação eleitoral e ainda não foi capaz de apresentar um projecto de lei que lhes dê expressão concreta e jurídica.

O que resulta directamente das propostas concretas que tem apresentado é a redução da pluralidade e da proporcionalidade e o leonino favorecimento dos partidos com maior votação - o próprio PS e o PSD - logo o favorecimento da bipolarização.

E não é isso que o PS pretende?!

O que o Governo PS pretende também claramente, como o Programa atesta, é intrometer-se e ingerir-se no funcionamento e na acção dos outros partidos, o que é formulado desta maneira «simpática»: «Modernização e ajustamento aos valores constitucionais da disciplina legal respeitante à criação, actividade e extinção dos partidos políticos.»

Em relação à regionalização, não pode deixar de se estranhar que o tratamento desta matéria seja iniciado no Programa com a afirmação de que:

«A criação das Regiões Administrativas deve ser feita por lei da Assembleia da República.»

Pudera! É a Constituição que obriga a que seja assim. Então para quê a frase?

Só pode ser compreendida para explicar que o Governo não quer apresentar uma proposta de lei e que desta maneira marca uma certa distanciação em relação ao processo, que conta acérrimos adversários dentro do próprio PS.

Apesar disso, a afirmação de que o Governo considera «que se trata de uma prioridade política» e as linhas de orientação que, a propósito, o Programa preconiza podem ser favoráveis a avanços substanciais da causa da regionalização.

Já em relação às autarquias locais o Programa do Governo dá motivos para especiais preocupações.

O afã com que insiste na «revisão do quadro de atribuições e competências dos municípios e freguesias» e na revisão do próprio «regime legal das finanças locais» não dá nenhuma tranquilidade em relação à vontade de cumprir a lei de finanças locais que está em vigor.

A transferência de novas competências e atribuições sem ser acompanhada das necessárias verbas pode ser mais uma vez o expediente adoptado, sobretudo a propósito das polícias municipais e do rendimento mínimo garantido, como alertou Luís Sá, na terça-feira, após uma reunião nacional de autarcas do PCP.

Diga-se, para encerrar, que o caso do SIS é já um exemplo de como as mais interessantes e positivas posições programáticas do Governo podem ser em grande parte esvaziadas na prática governativa e na legislação corrente.

Preconiza o Programa do Governo: «Clarificação do âmbito de pesquisa e produção de informações no quadro do Serviço de Informações de Segurança, subordinando o seu funcionamento a um regime de fiscalização eficaz e independente, visando assegurar o respeito estrito pelos direitos liberdades e garantias dos cidadãos.»

Ora, o debate que se travou na passada quinta-feira na Assembleia da República sobre o SIS, tendo por base projectos de lei do PCP e do PS, era uma oportunidade excelente, dada especialmente pelo projecto comunista, para se avançar na concretização daqueles positivos objectivos. Não o entendeu assim o PS, que tudo quis reduzir ao alargamento dos poderes do Conselho de Fiscalização, não aceitando sequer alargar a composição do Conselho que é uma questão decisiva para que haja efectiva fiscalização.

Diga-se, pois, do Programa do Governo que, nestas matérias tão relevantes para o regime democrático, o melhor é pouco consistente e que o mais consistente comporta muitos perigos para o seu futuro.

Proprietários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Perim Gomes
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Perim Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome: _____ Telef.: _____
Morada: _____
Código Postal: _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

«Entalado» me confesso

Há o Big Show Sic, o Luna Parque, o Ponto de Encontro, o Não te Esqueças da Escova de Dentes... isto para citar apenas alguns dos muitos e muito grandes êxitos televisivos do momento, cada um e todos exemplarmente demonstrativos do elevadíssimo nível de qualidade alcançado pela programação televisiva nacional.

Mas como nem só de televisão vive o êxito, há também o Exame. Exactamente: o Exame. Que coisa é isto? Prestação semanal do Professor Marcelo, primeiro vertida oralmente na TSF depois passada a escrita sintética para o Diário de Notícias, o Exame é, em primeiro lugar, um êxito e, em segundo lugar, uma espécie de concurso, digamos assim. Com um júri - no caso concreto e original constituído por um só membro: o Professor Marcelo - e com concorrentes. Concorrentes à força, é certo, mas concorrentes: escolhidos pela real gana do singular júri, sem terem de mandar postal para qualquer apartado, sem serem ouvidos sequer... condenados a concorrentes, enfim. Seleccionados deste jeito os ditos concorrentes, o Professor procede depois a uma avaliação rigorosa e aprofundada de cada um deles: atitudes, gestos, falas, silêncios, sorrisos, esgares, intenções, pensamentos... de cada concorrente são passados a pente fino e analisados à lupa. Após o que, o Professor, recorrendo ao dom com que a Providência o bafejou de ler, nos astros, o passado, o presente e o futuro, entra num processo de análise pura e comparativa de valores e atribui e distribui os prémios correspondentes aos merecimentos ou desmerecimentos de cada con-

corrente. Prémios que não são nem máquinas de passar a ferro, nem fins-de-semana para duas pessoas no Algarve... mas muito prosaicamente notas. Não notas daquelas com que se compram os melões, obviamente, mas notas - a pontos, daqueles com que se avaliam as prestações escolares, pontos que o Professor distribui - ora sovina, ora magnânimo - consoante a opinião que previamente formou sobre o concorrente em julgamento. (Porque se o Professor nem sempre é Professor, há uma coisa que ele é sempre: responsável e destacado militante do PSD.)

E assim se diverte e nos diverte semanalmente, mais se do que nos no entanto, pois estou em crer que tamanho êxito lhe há-de permitir abichar umas brutas coroas (= notas daquelas com que se compram os melões), como sempre acontece com eleitos possuidores destes sobrenaturais dotes, videntes lhes chamam - e neste caso, e ainda por cima, vidente com tabuleta e porta para a rua.

Esta semana, deu ao Professor para discorrer, entre outras coisas, sobre a Câmara Municipal de Lisboa, o seu passado, o seu presente e o seu futuro. E foi assim que, depois de sobrevoar em voo rasante e ligeiro os primeiros 4+2 anos de mandato da Coligação Por e Com Lisboa (tenho para mim como coisa certa que lhe há-de ter vindo à memória o seu célebre mergulho no Tejo - o tal mergulho que foi premonitório do monumental banho eleitoral que viria a apanhar), eis que o Professor se lança no seguinte discorrimento: «João Soares herdou uma situação difícil e já

disse que não só quer ser presidente agora como quer ser candidato para 97. O que entalou o Partido Comunista». Que João Soares queira ser «presidente agora» e «candidato para 97» é coisa natural e humana. O que já não se percebe é por que é que tal coisa «entalou o Partido Comunista». Mas o Professor explica. Assim: «O Partido Comunista ficou logo entalado, porque das duas uma: ou diz (e não sei bem como é que pode dizer) que quer quebrar a coligação, e o odioso é seu, ou não diz, e se não diz isso tem de inventar um candidato que vai desde já defrontar-se com alguém que sendo presidente está a preparar a sua candidatura.»

Quem há aí que entenda este Professor? Quem há aí capaz de deslindar esta charada? Será que o Professor está a repetir, por outras palavras e por outras vias, o desafio do buliçoso Macário? Será que o Professor está a lançar à terra as sementes que há-de virar análise pontuada daqui por umas semanas ou por uns meses? Será que o Professor está a passar a dito e a escrito como coisa acontecida aquilo que não é mais do que o seu desejo? Será que, pura e simplesmente, o Professor não sabe o que diz nem o que escreve?

Tudo pode acontecer. Por mim, «entalado» me confesso. E de tal forma que nem sei, sequer, o que mais realçar no soberbo texto do Professor: se a evidente qualidade da prosa, se a óbvia qualidade da inteligência produzida.

■ José Casanova

A amostra 7

Só os condicionamentos derivados de o «Expresso» ser propriedade de Francisco Pinto Balsemão e de este antigo Primeiro-Ministro ser um alvo habitual dos defensores da tese do atentado contra Sá Carneiro pode explicar que uma autêntica «cacha» daquele semanário sobre o despacho do Ministério Público que promoveria o arquivamento do processo de Camarate tivesse sido estranhamente desterrada para a página 19 da sua última edição, em vez de gozar da merecida honra de primeira página.

Como registo absolutamente objectivo e que não comporta nenhum juízo de valor nem nenhuma opinião sobre o fundo da questão, é caso para dizer que é pena que assim tenha sido, até porque todos os que ao longo de anos, e mais recentemente com particular intensidade no início do mês de Junho deste ano, fomos impiedosamente massacrados com a tese do atentado e em especial com a história do fragmento dos destroços do avião em que teriam sido detectadas substâncias explosivas deveríamos ter o direito à mais larga divulgação do que o «Expresso» afirma serem as diferentes conclusões do Ministério Público.

Segundo o «Expresso», o Ministério Público, no referido despacho, concluiria, nem mais nem menos, que a presença das tais substâncias explosivas no célebre fragmento (processualmente identificado como a amostra 7) «resultaram de uma “contaminação química accidental” posterior à queda do avião e resultante da forma pouco cuidada como foi recolhida e analisada a amostra». Aquela semanária salienta ainda que «desde a reabertura do processo, em Maio, todos os esforços da investigação judicial se concentraram no apuramento do real significado da detecção de nitrolicerina, DNT e TNT em apenas uma amostra do avião, sendo certo que mais

nenhuma teve estes resultados». Acrescenta que «o quadro factual que rodeou a recolha e análise desta e de outras amostras foi analisado pelo FEL (o departamento britânico Forensic Explosives Laboratory) e é classificado como fortemente propiciador de uma contaminação. A amostra foi recolhida numa deslocação da comissão parlamentar ao hangar do aeroporto (...) e em que participaram mais de uma dezena de pessoas (entre deputados, jornalistas e peritos) que mexeram nos destroços sem qualquer controlo». Mais: um dos peritos teria levado as amostras para o seu local de trabalho que «efectua testes com explosivos», «onde estiveram oito dias, e depois para sua própria casa» com vista a serem fotografadas. Mais ainda: no Laboratório de Polícia Científica da PJ, «as amostras estiveram num armário onde normalmente são guardados vários objectos e também explosivos. E o próprio director do laboratório, (...) fez uma descrição das péssimas condições de trabalho: usam-se batas lavadas semanalmente, não há controlo de acesso de pessoas, nem despistagens periódicas de contaminações (...)». Ao lado do laboratório fazem-se testes de balística e nos armários são frequentemente deixadas substâncias explosivas.»

Dito isto, nenhuma confusão: não sabemos, não temos nenhuma obrigação de saber (e sempre achámos idiota que uma comissão parlamentar tivesse que ter opinião numa matéria destas) se Camarate foi acidente ou atentado.

Mas se existem as conclusões e o registo de factos que o «Expresso» atribui ao Ministério Público, então alguém vai ter de contar melhor uma história que até aqui está manifestamente mal contada.

■ Vítor Dias

TV-PP

Integrante e massiva compra «concertada» de acções da TVI por parte de investidores estrangeiros ocorrida há mais de um ano, por ocasião do último aumento de capital promovido por essa estação televisiva «de inspiração cristã», está em vias de ter um esclarecedor desenvolvimento.

Recorde-se que através dessa operação, que foi atribuída por vários observadores ao propósito da Opus Dei alargar a sua influência na área estratégica da comunicação social, cerca de 45% das acções da TVI passaram para a mão de investidores estrangeiros, entre os quais se encontra a Fidelity Funds, um dos maiores fundos de investimento mundiais, que desde então terá passado a ocupar o primeiro lugar entre os actuais accionistas dessa estação.

Notícia agora o «Semanário», na sua última edição, que um grupo constituído por Nobre Guedes, Paulo Fortes e José Eduardo Moniz - personagens cuja ligação ao CDS/PP é bem conhecida - se prepara nas próximas semanas para garantir uma posição de

controlo da TVI, a partir da mobilização das acções detidas pelos investidores estrangeiros.

Os meandros da operação, minuciosamente descritos nessa notícia e sobre os quais existem também outros elementos disponíveis, são dignos de um «thriller» holywoodesque.

O escritório de advogados a que Nobre Guedes está ligado tem funcionado ao longo do tempo como uma verdadeira plataforma operacional: consultor da Schroeders Securities, instituição londrina que deu a ordem de compra das acções da TVI em nome de diversos fundos de pensões americanos e ingleses; intermediário, também, aquando da tentativa de ligação da TVI à SBS, uma empresa escandinava pertencente ao grupo ABC/Paramount; e agora, num momento em que a empresa necessita «desesperadamente» de fundos frescos, novamente activo na organização de um grupo de controlo que lance a «nová TVI».

O próprio semanário não esconde o melindre de uma operação que observadores atentos vêem como

uma tentativa de modificar, por meios financeiros, a repartição de influência entre sectores da Igreja institucional, fundadores da estação, e da Opus Dei, que como se sabe é uma prelatura pessoal do Papa: «para Nobre Guedes, um dos principais obstáculos é como conquistar a TVI contra Roberto Cameiro mas sem hostilizar a Igreja (que é o suporte do actual presidente)».

Tensões internas na Igreja católica à parte, e dúvidas quanto à «inspiração cristã» que sobrará para a TVI depois deste episódio, o assunto é para aqui chamado pelo seu significado e evidentes implicações políticas.

Do que se trata, sem dúvida, é da concretização de um plano para dotar o CDS/PP de um canal nacional de televisão. Que é um instrumento seguramente fundamental para a estratégia de crescimento da influência de uma direita «quimicamente pura», que não esconde o propósito de se apresentar como aspirante ao poder político.

Grave, do ponto de vista democrático, seria assobiar para o lado, quando essa direita que quer crescer - e que a si própria se apresenta como «popular» e «respeitadora da democracia» - afinal não mudou de genes, continua a ser a representante mais agressiva da plutocracia, e comporta no seu seio projectos que nada têm a ver com o Portugal democrático conquistado com o 25 de Abril. Grave, ainda, seria observar em silêncio e não alertar contra «a flagrante aproximação do discurso e das propostas do Governo ao discurso e às propostas do PP», que um articulista do «Expresso» justamente apontou no recente debate parlamentar do programa do Governo.

As desatenção e os erros de avaliação dos democratas têm um preço demasiado elevado para os povos. Para mais, num período de profunda crise económica e social, a democracia continua a ser um combate necessário de todos os dias.

■ Edgar Correia

POLÓNIA

A Leste algo de novo

Os resultados das eleições presidenciais na Polónia revestem-se de uma importância e significado políticos, que ultrapassa em muito as próprias fronteiras deste grande país.

O que avulta não é tanto a personalidade, o estilo, as opções político-ideológicas (muitas das quais assumidamente social-democratizantes) de Kwasniewski, o candidato vencedor da Aliança da Esquerda Democrática, mas a rejeição de Lech Walesa e de tudo quanto ele representa de mais reaccionário, autoritário e obscurantista. O resultado destas eleições significa fundamentalmente a condenação popular do violento processo de restauração capitalista que Walesa tem simbolizado e que conduziu à generalização do desemprego, ao desmantelamento sistemático de valiosas conquistas sociais e democráticas do regime socialista derrotado, ao enfundamento da Polónia ao imperialismo.

Aquele que a imprensa ocidental burguesa transformou desde o início da década de 80 num «lendário combatente da liberdade» e «exemplar defensor dos interesses da classe operária e dos trabalhadores», acaba de sofrer uma humilhante derrota. Já se sabia que Walesa e os seus acólitos não contavam com significativo apoio popular. O seu «Solidarianose» - que crescera impetuosamente graças a poderosos apoios externos, à demagogia populista, à instrumentalização dos sentimentos católicos do povo polaco e aos erros graves do poder - viu a sua influência cair verticalmente nos últimos anos. O Partido criado por Walesa - o «Bloco Pró-Reformas» - para sustentar as suas ambições políticas e pessoais, revelou uma surpreendente incapacidade de enraizamento político-social. A oposição contra-revolucionária anti-socialista que se congregava em torno de Walesa (Kuron, Michnick, Mázowiecki, Geremek e tantas outras «cabeças pensantes») revelou-se afinal um saco de gatos que só o anticomunismo militante verdadeiramente unia. As eleições legislativas de 1993, com a vitória da Aliança da Esquerda Democrática, representaram já uma severa derrota institucional para Walesa e para a reacção polaca. Este é um novo e ainda mais significativo e humilhante revés.

Apesar do indistigável apoio do imperialismo, do empenhamento militante de uma Igreja Católica cada vez mais desacreditada (apelando «ao homem que defende os valores cristãos» contra «o que partilha um sistema de valores neopagão»), do virulento anticomunismo que marcou toda a campanha, da concentração das forças da direita em torno de Walesa e das limitações antidemocráticas do processo eleitoral, os resultados aí estão: venceu o candidato da esquerda, aquele que aos olhos das amplas massas representa uma possibilidade de mudança patriótica e progressista contra a política de exploração e projectos de autêntica neocolonização por parte do grande capital alemão e transnacional.

Como vai traduzir-se a derrota de Walesa (e da Igreja) na evolução da situação polaca? É demasiado cedo para o dizer. O que pode afirmar-se sem margem para dúvidas é que, na Polónia como na Eslováquia, na Bulgária como na Rússia e outros países do Centro e do Leste da Europa, o violento processo de restauração capitalista e de submissão imperialista defronta-se com a resistência e a luta crescente dos trabalhadores e povos respectivos. Vimos a vitória recente do Partido Socialista Búlgaro nas eleições autárquicas (Sofia incluída). Vimos os avanços do Partido do Socialismo Democrático em Berlim, que tem muito que ver com a profunda crise em que hoje se debate o SPD, o mais poderoso dos partidos sociais-democratas. Vimos as grandes manifestações na Rússia por ocasião do 7 de Novembro e é real a possibilidade de o Partido Comunista da Federação Russa alcançar um grande resultado nas próximas eleições de 17 de Dezembro.

Não estamos nem surpreendidos, nem eufóricos. O processo de recuperação dos comunistas em geral, e no Leste ex-socialista em particular, será duro e prolongado. Existe o real perigo (incluindo na Polónia) de a vontade de mudança se ver defraudada. Mas os sinais são encorajadores para aqueles partidos que, como o PCP, recusa as teses do «declínio irreversível dos comunistas» e do «fim da história», não se resignam perante a arrogante ofensiva revanchista do grande capital, prosseguem com convicção a luta por uma sociedade nova, mais livre, mais humana, mais justa.

■ Albano Nunes

Debata com reformados em Alcântara

«Segurança social é um direito que Abril consagrou»

Na passada sexta-feira, Jerónimo de Sousa participou num debate com reformados, realizado na Junta de Freguesia de Alcântara. Na ocasião, o candidato presidencial fez uma intervenção em que deu particular destaque aos problemas da segurança social e aos direitos dos reformados, excerto que publicamos de seguida:

Os comandos constitucionais nesta matéria são claros, e um Presidente da República não pode deixar de assumir a sua defesa e fazê-los cumprir. (...)

A segurança social não é uma benesse, ou uma dádiva de qualquer governo. Muito menos um acto de caridade de quaisquer instituições.

É um direito social fundamental de todos os portugueses, que o 25 de Abril consagrou.

E o sistema da segurança social que garante a concretização desse direito, é uma realidade erguida pelas contribuições e sacrifícios de várias gera-

ções de trabalhadores portugueses, e o seu mais importante património social.

É conhecido que este sistema tem vindo a ser muito mal gerido. E que os responsáveis por essa má gestão, são os mesmos que invocam as dificuldades financeiras que provocaram, para pôr em causa o próprio direito à segurança social. É como diz o nosso povo: fazem o mal e a caramunha. (...)

Sabeis certamente que sucessivos governos, nomeadamente os do PSD, provocaram um endividamento crescente do Estado em relação ao Orçamento da Segurança Social.

Só desde 1985 essa dívida do

Estado ao sistema ascende a cerca de mil e duzentos milhões de contos - ouviram bem, mil e duzentos milhões de contos! - referentes aos regimes não contributivos ou fracamente contributivos, que nos termos da lei devem ser financiados através de verbas transferidas do Orçamento do Estado.

Por outro lado, os sucessivos governos, nomeadamente os do PSD, permitiram uma escandalosa evasão contributiva e a acumulação de dívidas do patronato à segurança social que ascendem a mais de 300 milhões de contos.

Esta situação obviamente não pode continuar.

Nem é legítimo que sejam os contribuintes do regime geral da segurança social - os trabalhadores por conta de outrem e independentes - quem esteja com os seus descontos e com aqueles que as entidades patronais fazem sobre o seu trabalho, a suportar financeiramente

o sistema e a compensá-lo das dívidas do Estado e do patronato.

Pensões de miséria continuam

Há poucos dias o novo primeiro-ministro anunciou na Assembleia da República as actualizações de pensões que vão vigorar a partir de 1 de Dezembro.

E embora essa seja matéria governativa, importa observar as decisões tomadas do ponto de vista de estarem a dar, ou não, cumprimento aos princípios e valores que a Constituição consagra.

Pensamos que as medidas tomadas ficaram muito aquém e não correspondem ao que minimamente se impunha.

É um facto que no que respeita ao aumento do regime dos trabalhadores rurais (que passaram de 19.600\$00 para



21.000\$00, ou seja 7.1%) e da pensão social (que passou dos 17.500\$00 para os 20.000\$00, 14.3% portanto), sem dúvida que ela é uma actualização claramente superior em relação ao ano anterior.

Mas como se pode viver em Portugal apenas com 20 mil ou 21 mil escudos por mês, e custear as despesas de alimentação, habitação, vestuário, energia? É evidente que são pensões para sobreviver na miséria.

A nossa observação mais crítica vai todavia para o conjunto do regime geral - a modalidade contributiva obrigatória que abrange cerca de um milhão e 600 mil beneficiários da segurança social, trabalhadores por conta de outrem e independentes.

Sabeis que a pensão mínima do regime geral (que é auferida por mais de 600 mil beneficiários), apenas passou de 27.600\$00 para 29.000\$00. Isto significa uma actualização de 1.400\$00 por mês (46\$70 em média, por dia), o que é muito baixo. Esta actualização, pouco mais é do que a reposição do poder de compra já perdido, é de quantitativo idêntico à registada há um ano e foi inferior à que se verificou há dois anos (1.500\$00). Não podemos deixar de afirmar que se trata de um valor notoriamente insuficiente, que em nada corresponde à imperativa necessidade de uma elevação significativa de pensões e reformas que se situam num nível tão baixo.

Quanto às pensões do regime geral acima da pensão mínima, apesar da estimativa da inflação para o presente ano se situar nos 4.5%, elas registam actualizações de apenas 4.5% (até 125 contos), de 4% entre 125 e 250 contos e de valor inferior acima desse escalão.

É justo o princípio de que as pensões mais degradadas e correspondentes a um elevado número de beneficiários, devem ter um aumento muito maior do que as restantes.

A ofensiva privatizadora

Mas não podemos ignorar as consequências da diminuição

do valor real das pensões em alguns escalões, pelos riscos de fragilização do sistema público de segurança social em face da ofensiva privatizadora que visa captar as contribuições de valor mais elevado.

Essa ofensiva privatizadora não é uma invenção do PCP. É uma linha em que estão empenhados poderosos interesses financeiros nacionais e multinacionais, em particular do ramo segurador.

É uma evidência que a segurança social privada, não poderá nunca substituir com vantagem um sistema público de segurança social como aquele que, apesar das suas notórias insuficiências e má gestão, existe no nosso país.

Porque para as seguradoras privadas não há direitos sociais - há sim poupanças de particulares ou fundos constituídos por empresas, que elas querem atrair para gerir da forma que lhes dê a si o máximo de lucros possível.

Não noticiou ontem o Canal 1 da televisão um estudo sobre PPRs, que mostra que onde tinha sido prometido um rendimento anual de 11%, afinal não foram recebidos mais de 6.4% por aqueles que lhes confiaram as suas poupanças?

E não julgue ninguém que as seguradoras privadas garantem mais segurança, pois tendo as suas carteiras financeiras constituídas sobretudo por acções de empresas, o seu valor acaba por acompanhar o destino dos negócios na bolsa. Quem está atento ao que se passa em países capitalistas desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, em que a falência de fundos de pensões tem deixado centenas de milhares de trabalhadores na maior miséria, pode avaliar bem a verdade das minhas palavras.

É por tudo isto que as palavras do novo Secretário de Estado da Segurança Social, proferidas na passada segunda-feira num seminário do Instituto de Seguros de Portugal, anunciando planos para uma reforma privatizadora da segurança social, que claramente desrespeitaria o nosso quadro constitucional, não podem deixar de ser acolhidas com a mais frontal discordância (...)

Em Évora

«Não nos conformamos»

Cerca de uma centena de pessoas receberam Jerónimo de Sousa, quarta-feira da passada semana, em Évora. O candidato visitava a capital eborense para aí dar a conhecer os objectivos e motivações da sua candidatura. Acompanhado pelo seu mandatário distrital, António Foito, Raimundo Cabral, responsável pela DOREV e por outros dirigentes comunistas da região, Jerónimo de Sousa foi brevemente apresentado por António Foito, fazendo de seguida uso da palavra, numa intervenção em que deu realce a alguns dos mais graves problemas da região deprimida que é hoje o Alentejo:

«Não nos conformamos perante as desigualdades cada vez mais gritantes que se observam no nosso país, as crescentes assimetrias e a violação ou o incumprimento de direitos alcançados com o 25 de Abril e que a Constituição consagrou.

Não nos resignamos perante a degradação da situação social e a desvalorização do trabalho resultantes de uma agravada exploração do homem pelo homem, do aprofundamento do fosso existente na distribuição da riqueza, de políticas neoliberais conducentes à desregulamentação laboral e à crescente desresponsabilização do Estado na área das suas principais funções sociais - saúde, educação e segurança social.

Não baixamos os braços, como se não existisse alternativa, perante uma política que tem sacrificado o desenvolvimento do país e os interesses e aspirações da imensa maioria da população no altar do lucro dos grandes senhores do dinheiro e da sua subserviente ligação ao

nómico-sociais num ciclo de agravamento em espiral, desencadeando fenómenos e provocando situações de desertificação humana e esvaziamento económico em muitos aspectos já irreversíveis.

A liquidação da actividade económica, as migrações, a desactivação de serviços públicos (escolas rurais, centros de saúde, postos dos CTT, serviços do Ministério da Agricultura, transportes, em particular de

o debate e da intervenção política a questão da terra e da reforma agrária.

Com a reforma da PAC, a grande propriedade latifundista surge, na maior parte dos casos, despojada de qualquer função económica e social, enquanto muitos pequenos agricultores estariam interessados em produzir se tivessem mais terra, e dezenas de milhares de trabalhadores são lançados no desemprego e nos caminhos da emigração e a desertificação avança.

Hoje como ontem, a estrutura fundiária latifundista surge como o mais pesado factor de bloqueamento do desenvolvimento da região e do progresso social das populações do Alentejo.

As características e finalidades das eleições presidenciais, não só não invalidam como igualmente exigem a consideração da situação política nacional, no seu conjunto, da sua inserção na situação europeia e mundial e das perspectivas e possibilidades de intervir de forma favorável no seu desenvolvimento. A minha candidatura e a sua intervenção no debate eleitoral assume-se assim como parte de uma causa muito mais vasta que atravessa toda a sociedade portuguesa: a luta por uma nova política, por uma política nacional e de esquerda, capaz de enfrentar os atrasos, complexos problemas e desafios com que Portugal está confrontado, e de assegurar o verdadeiro desenvolvimento económico e social e a modernização do país.



capital transnacional. E que é ao mesmo tempo a grande responsável pelo aumento das vulnerabilidades e dos atrasos estruturais do país, nomeadamente no que respeita à débil especialização produtiva que continua a caracterizar a nossa economia e ao baixo nível das qualificações e das remunerações dos trabalhadores.

A política de direita conduziu o mundo rural português a uma crise profundíssima. Ao brutal declínio da agricultura somaram-se diversos processos eco-

vias férreas), a ruína e falência de cooperativas agrícolas, a que se acrescentam as insuficientes transferências do Orçamento do Estado para as autarquias, são um retrato ainda incompleto da situação de desastre social para que caminha o mundo rural e que urge travar e inverter.

A situação que hoje se vive no Alentejo, na qual convergem a liquidação da Reforma Agrária e a restauração de uma gigantesca concentração fundiária, com a reforma da PAC, veio revalorizar e colocar de novo no centro

Jerónimo de Sousa em Setúbal

«Renault é um grave exemplo da política de submissão às transnacionais»

Perante mais de uma centena de pessoas, Jerónimo de Sousa apresentou, na passada segunda-feira, em Setúbal, a sua candidatura às presidenciais. Na mesa do encontro estavam ainda Odete Santos, deputada do PCP, que dirigiu a sessão, José Manuel Maia, mandatário distrital, Rui Paixão, membro do CC do PCP, coordenador da USS e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, Carlos Sousa, presidente da Câmara de Palmela, e Paulo Raimundo, da JCP. Começando a sua intervenção para exprimir solidariedade aos trabalhadores da Renault Portuguesa, que presentemente vêm ameaçados os seus postos de trabalho e lutam corajosamente em sua defesa, Jerónimo de Sousa afirmou a propósito da empresa:

«Desde há muito tempo que o PCP, designadamente através de iniciativas do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República, tem vindo a expressar grande preocupação com a situação nesta empresa e com as ambiguidades da acção do Governo de Cavaco Silva em todo o processo que tem envolvido a Renault Portuguesa.

«Não podemos esquecer que o Estado Português tem responsabilidades nesta empresa enquanto accionista (detém, directa ou indirectamente cerca de 30% do respectivo capital social) e que inclusivamente a apoiou em 48 milhões de contos. Não pode pois o Governo Português virar as costas à gravíssima situação em que a Renault pre-

tende colocar os trabalhadores da empresa. Pelo contrário, tem de assumir todas as responsabilidades que detém, no sentido de viabilizar e desenvolver tão importante unidade produtiva e salvaguardar os respectivos postos de trabalho.

«O que presentemente se está a passar no caso da Renault é um grave exemplo dos resultados a que pode conduzir a política de submissão dos interesses nacionais aos interesses dos grandes grupos económicos transnacionais, que foi seguida pelos Governos de Cavaco Silva. Ao anunciar a sua intenção de se desfazer da fábrica de Setúbal, a transnacional Renault demonstra afinal o seu desprezo sem limites, não apenas pelos legítimos interesses económicos de Portugal (que apoiou vultuosamente a sua instalação), mas também pelos mais elementares direitos dos trabalhadores portugueses.

«O Governo Português, que é co-responsável pela situação em que se encontram os trabalhadores da Renault não pode abandoná-los à sua sorte e não pode deixar de desempenhar um papel activo na procura de solu-



ções que salvaguardem os seus direitos e os seus postos de trabalho.

Iniciei esta declaração referindo o problema da Renault de Setúbal, por entender que os problemas reais com que os portugueses se confrontam não pode estar ausente do debate em

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

torno das eleições presidenciais de 14 de Janeiro e porque o ponto de partida da minha candidatura é precisamente a consideração da gravidade e do carácter estrutural dos problemas nacionais e a inquietação com as

O desemprego e o trabalho precário continuam a alastrar. O poder de compra da maioria dos portugueses, os salários, os rendimentos dos agricultores, as pensões e reformas, vão diminuindo em termos reais.

«O que todos vemos por todo o lado, é o aumento das injustiças. Os ricos cada vez mais ricos. Os pobres cada vez mais pobres. O interior do país vai-se desertificando. As pequenas e médias empresas vão sucumbindo à concorrência estrangeira. Os sectores estratégicos da economia nacional têm vindo a ser transferidos para as mãos dos grupos económicos privados, num desvario de privatizações que já engoliu as empresas públicas mais importantes e rentáveis e se prepara agora para deitar a mão às áreas sociais mais importantes, como a saúde ou a segurança social (...).

concessões que têm sido feitas em questões que dizem respeito à própria afirmação da soberania nacional.

«Percorrendo o país, o que se observa por todo o lado, são situações de crise, de destruição do aparelho produtivo, na agricultura, nas pescas, na indústria.

Coimbra

«Uma voz própria, autónoma e insubstituível»

Foi quinta-feira da passada semana que Jerónimo de Sousa apresentou em Coimbra os objectivos da sua candidatura presidencial. Na mesa da sessão estavam também presentes Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, e Alberto Vilaça, membro da DORC e mandatário distrital da candidatura, a quem coube fazer a intervenção inicial. Alberto Vilaça apresentou Jerónimo de Sousa, sublinhando o seu passado de «operário metalúrgico que esteve 18 anos na Assembleia Constituinte e na Assembleia da República como deputado, funções que acumulava com uma importante actividade sindical, na comissão de trabalhadores da sua empresa». No uso da palavra seguiu-se o candidato comunista, de cuja intervenção publicamos de seguida algumas passagens:

A minha candidatura assume nesta batalha eleitoral uma voz própria, autónoma e insubstituível. Que aborda com frontalidade os problemas nacionais e que se posiciona activamente no de-

bate democrático e no confronto das opções que se apresentam perante o povo português nas próximas eleições presidenciais. (...)

As características e finalida-

des das eleições presidenciais, não só não invalidam como igualmente exigem a consideração da situação política nacional, no seu conjunto, da sua inserção na situação europeia e mundial e das perspectivas e possibilidades de intervir de forma favorável no seu desenvolvimento. A minha candidatura e a sua intervenção no debate eleitoral assume-se assim como parte de uma causa muito mais vasta que atravessa toda a sociedade portuguesa: a luta por uma nova política, por uma política nacional e de esquerda, capaz de enfrentar os atrasos, complexos problemas e desafios com que Portugal está confrontado, e de assegurar o verdadeiro desenvolvimento económico e social e a modernização do país.

Importa por isso assegurar, em primeiro lugar, que a grande vontade nacional de mudança que se exprimiu em 1 de Outubro não seja efectivamente defraudada. E que, pelo contrário, ela represente o ponto de partida para uma viragem democrática, que os velhos e os novos problemas e os desafios globais com que o país está confrontado, imperativamente reclamam.

No plano dos valores e dos grandes objectivos, a minha candidatura, a candidatura do PCP às eleições presidenciais, sustenta o grande desígnio que temos para Portugal: a construção de uma democracia avançada, simultaneamente política, económica, social e cultural.

Propomos grandes objectivos que são conhecidos: desenvol-

ver a economia, travar os processos destrutivos e promover o emprego; melhorar as condições sociais e o ambiente como objectivos e factores de desenvolvimento; promover a educação; a ciência e a cultura; assegurar a liberdade, concretizar uma reforma democrática do Estado e aprofundar a democracia; e lutar por um Portugal de progresso e justiça, aberto ao mundo, e por um novo rumo na integração europeia.

A participação de Portugal na União Europeia tem apresentado profundas consequências em diferentes domínios da vida nacional.

A minha candidatura sustenta a imperativa necessidade de ser dada prioridade à travagem dos processos destrutivos da economia portuguesa e à resolução

dos graves problemas sociais actualmente existentes; à gestão democrática e transparente dos fundos comunitários; à democratização da participação na Comunidade Europeia com o reforço da intervenção da Assembleia da República, das regiões actuais e futuras e dos municípios, bem como das estruturas sociais representativas; à adopção de uma política social avançada com protecção dos trabalhadores, das mulheres, das crianças e dos mais desfavorecidos; à participação nas instituições da Comunidade Europeia com uma postura de firme defesa dos interesses, da prevenção e do desenvolvimento do país; à utilização do direito de veto em todas as questões de vital importância para o país.

Em Aveiro

Um projecto de esquerda para o país

Acompanhado na mesa por José Costa, Manuela Silva e António Salavessa, membros da Comissão Executiva da DORAV, Jerónimo de Sousa apresentou a sua candidatura, quinta-feira da passada semana, em Aveiro. Seguem-se alguns extractos da sua intervenção.

A minha candidatura ocupa um espaço que não pode ser preenchido por qualquer outra. Assume decididamente um projecto de esquerda para o nosso país. Exprime as aspirações dos trabalhadores e do povo. Representa a voz do PCP e das suas propostas, num debate centrado

nas funções e competências constitucionais do Presidente da República - designadamente em relação à sua responsabilidade de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição. (...)

Os velhos projectos da direita de se apropriar do controlo do órgão de soberania Presidente

da República, estão longe de ser uma ameaça ultrapassada. Mais uma vez, marcam a sua presença na actualidade política nacional, com a candidatura de Cavaco Silva.

A propósito do desesperado esforço de cosmética, destinado a apresentar o candidato Cavaco Silva como alguém que nada tenha a ver com o ex-Primeiro-ministro Cavaco Silva, dando-lhe uma falsa - e por vezes mal disfarçada - imagem de tolerância, numa operação reveladora da imensa hipocrisia política,

importa lembrar aos portugueses, que foi este mesmo candidato quem, ao longo de uma década, personificou a autoritarismo e o desrespeito pelos valores e princípios básicos do regime democrático.

Foi Cavaco Silva que protagonizou a precarização e a violação de direitos sociais e dos trabalhadores; assumiu pesadas responsabilidades no restabelecimento do poder dos grandes senhores do dinheiro, na subversão de Portugal perante a União Europeia e no agrava-

mento das desigualdades sociais.

Foi Cavaco Silva que protagonizou o continuado desrespeito e incumprimento da nossa Lei fundamental e uma oposição sistemática, enquanto Primeiro-ministro, ao exercício das normais competências constitucionais por parte do Presidente da República e de todos os órgãos do Estado que escapavam ao seu estreito controlo.

Num quadro que se encontrava confinado a duas candidaturas, a de Cavaco Silva e a de

Jorge Sampaio, candidatura de um democrata, que o PS pretendia partidizar e cujos pontos de vista são, como se sabe, distintos dos do PCP em questões essenciais, importa sublinhar, sem que tal signifique qualquer juízo de equivalência entre ambas as candidaturas, que o PCP não se revê politicamente em nenhuma delas e que a minha candidatura assume diferenças políticas que representam um factor de natural enriquecimento do debate democrático. (...)

Debate em Peniche sobre pescas Prossegue a política de abates

O candidato comunista à Presidência da República deslocou-se, no passado sábado, a Peniche onde participou num debate sobre a questão das pescas e o acordo entre a União Europeia e Marrocos. Na iniciativa, Jerónimo de Sousa começou por esclarecer os objectivos da sua candidatura, abordando, de seguida, o tema concreto em debate:

«Pensamos que Portugal tem futuro. E que o futuro que queremos, passa por uma política nacional e de esquerda, que enfrente de forma integrada os problemas e os desafios do crescimento económico e social. Que aproveite os recursos e potencialidades nacionais. Que fomente o emprego e o crescimento económico. Que garanta os direitos dos portugueses.

Claro que estas considerações estão relacionadas com a questão das pescas, que fundamentalmente motivou este nosso encontro. Trata-se de uma actividade de importância inegável para o nosso país. Não só pelo seu peso na economia e no emprego mas também pela sua importância no abastecimento da população, pelo seu impacto em economias regionais e locais dependentes da actividade piscatória - de que

Peniche é exemplo - como pelas suas raízes nas tradições culturais e sociais do país, na nossa ligação ao mar.

Sendo verdade que a contribuição das pescas para o PIB do país não excede os 2%, não é menos certo que em mais de 120 localidades muito estreitamente

ligadas à pesca, esta actividade emprega ainda mais de 30 mil trabalhadores e mantém estreitas relações com outras actividades produtivas, designadamente a indústria conserveira.

A importância das pescas deveria ter levado a que se adoptassem políticas que a defendessem e promovessem e que, no quadro da integração na União Europeia, tivessem defendido a especificidade das nossas pescas, a defesa dos nossos mares territoriais e dos nossos pesqueiros, a defesa das nossas posições de pesca em mares de outros países. Mas, infelizmente, tal não aconteceu.

A política de abates

O que tivemos desde a adesão foi sobretudo uma política de abates, diminuindo-se de forma drástica a nossa capacidade de pesca a troco de subsídios, mais de metade dos quais foram exactamente aplicados em abates. Isto é, subsídios para destruir a nossa frota pesqueira.

Os dados estatísticos não mentem: desde 1986 a nossa frota de pesca diminuiu em mais de 1/3. A importação de pescado cresceu de 30 milhões de contos em 1986, para 90 milhões. O desemprego disparou. Segundo dados que temos relativos a Peniche, aqui, entre 1992 e 1994, a pesca descarregada diminuiu em 8.238 toneladas. Uma diminuição de quase 750 mil contos.

E a situação tende a agravar-se. Desde logo por ter sido aceite a antecipação para 1996 da completa integração do país na política comum de pescas, prevista no acto de adesão para entrar em vigor só em

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

2003. Isto perspectiva a abertura das nossas águas territoriais à frota comunitária, o que é só por si um grave atentado à soberania nacional.

As notícias dos últimos dias, porém, vêm tornar mais negro o horizonte. Os recentes acordos com Marrocos estão longe de corresponder aos interesses nacionais.

Se é verdade que o Acordo por um lado permite a reentrada de uma parte da nossa frota nas águas marroquinas, não é menos verdade que esse acordo só terá uma vigência de quatro anos enquanto, em contrapartida, as concessões feitas em matéria de liberalização de entrada, sem taxas e sem prazo, de conservas de Marrocos irão pôr em causa o futuro de uma parte considerável da indústria conserveira e da frota de cerco para a pesca da sardinha (100 embarcações e cerca de 2.000 pescadores) que dependem em mais de 50% dos fornecimentos à indústria de conservas.

Os apoios conseguidos poderão minimizar algumas das consequências referidas. Mas não resolvem a questão de fundo que é a da competitividade e sobrevivência da indústria de transformação e,

por arrastamento, da frota de cerco e dos pescadores que dependem da existência e funcionamento da indústria conserveira.

Mas o problema é ainda mais vasto se tivermos em conta que além do acordo com Marrocos estão em curso outros acordos de abertura de mercados com outros países, em matéria de pescas e de produtos agrícolas.

Esta questão coloca um problema de fundo: que integração europeia é esta que está a ser construída?

Porque o que está em curso é a construção de um modelo de integração e de construção de uma União Europeia onde impera a lei do mais forte, dos países, sectores e grupos economicamente mais poderosos, com prejuízos permanentes para os países menos desenvolvidos, para os sectores mais frágeis, para o emprego de trabalhadores, agricultores e pescadores.

A tão falada coesão económica e social pouco tem ido além das palavras.

É pois necessário questionar-nos sobre esta União Europeia e pôr em cima da mesa nestas eleições presidenciais o debate sobre o futuro da Europa.



PCP

Barcelos Vendedores ambulantes contra novo regulamento

Aprovado no passado dia 3 deste mês, pela Assembleia Municipal de Barcelos, com os votos do PSD e a abstenção do PS, o novo regulamento de venda ambulante, já mereceu a «rescisão e denúncia» por parte da Associação Comercial e Industrial do concelho.

A CDU condena a falta de diálogo entre Câmara e vendedores e denuncia o conteúdo do regulamento por este «limitar drasticamente a venda ambulante

te e apresentar algumas lacunas».

Segundo a coordenadora da Coligação, cada vendedor fica limitado a apenas uma licença, o que vem criar sérias dificuldades ao sector. O exemplo mais flagrante é o dos cerca de 80 comerciantes de peixe, que possuem actualmente, no seu conjunto, mais de 200 viaturas. Com as novas normas, cada vendedor apenas poderá ter uma viatura, o que vem reduzir

drasticamente a frota para distribuição.

O regulamento apresenta ainda algumas lacunas importantes, esquecendo nomeadamente, que a lei obriga os que transportam ou vendem produtos alimentares a possuírem boletim de sanidade.

Apesar destas falhas terem sido denunciadas, o PSD fez ouvidos de mercador e aprovou o texto na sessão da Assembleia Municipal. Poucos dias depois,

um ofício do Presidente da Câmara, também do PSD, dirigido aos membros da AM, expressava a intenção de «preencher uma ou outra lacuna» e de integrar «qualquer sensibilidade no documento em causa», antes da sua aplicação.

Perante este recuo, a CDU já solicitou um encontro com a Associação Comercial e Industrial de Barcelos, com o objectivo de fazer propostas de alteração ao polémico regulamento.

CDU chumba contas de Vale de Santarém

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vale de Santarém rejeitaram o Relatório e Contas de 1994 apresentado pelo executivo, afirmando que o documento suscita «sérias dúvidas quanto à sua legalidade e veracidade».

Como exemplos, citam a «oferta de uma verba de 500 contos à comissão de festas sem autorização da Assembleia de Freguesia; a construção de uma casa de banho no jardim de infância por 1.750 contos, sem concurso público, nem conhecimento da AF; para além do facto de nas contas da CM de

Santarém constar a atribuição de duas verbas à Junta Freguesia (uma no valor de 9.660 contos e outra de 2.526.904\$00) e aquela apenas mencionar um montante pouco acima dos 9 mil contos.

A CDU considera igualmente estranho que a Junta de Freguesia tenha proposto um plano de actividades e um orçamento para 1994 num valor de 7.696 contos e tenha apresentado uma despesa de superior a 11.500 contos, sem que para tal tenha apresentado na Assembleia de Freguesia, como a lei exige, qualquer revisão orçamental.

Perante tais irregularidades, os eleitos não hesitaram em chumbar sistematicamente os três relatórios e contas referentes a 1994, já apresentados pela Junta à Assembleia de Freguesia. Esta posição foi de resto seguida por todos os membros da AF nas duas primeiras votações, embora a última versão ter sido aprovada com os votos dos eleitos socialistas e com o voto de qualidade do presidente daquele órgão autárquico.

Todavia, e ainda por unanimidade, foi aprovado um requerimento solicitando uma auditoria às contas e aos documentos da

Junta de Freguesia, já que como referem os autarcas CDU, provoca no mínimo «alguma perplexidade o facto de, baseando-se nos mesmos documentos, o executivo da Freguesia tenha conseguido fazer três relatórios e contas diferentes (...) nas parcelas, nos valores de algumas rubricas, nos saldos e nos totais».

Desta forma, a CDU vai expor o caso à Inspecção Geral da Administração do Território e à Inspecção Geral de Finanças, atitude que deveria ter sido tomada, e não foi, pelo presidente da Assembleia de Freguesia.

Encontro CDU na Amadora

Com a participação de várias dezenas de activistas, realizou-se, no passado sábado, o Encontro CDU/Amadora, que teve como objectivo, fazer um balanço dos dois anos de mandato e apontar os objectivos e linhas de orientação para 96/97. Das conclusões do encontro é de salientar a decisão de considerar o ambiente em todas as suas vertentes como a grande prioridade para o concelho da Amadora.



CAMARADAS FALECIDOS

Alípio da Silva Martins

Faleceu, no passado dia 7, com 66 anos de idade, Alípio da Silva Martins. Reformado dos TLPs, foi secretário da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, onde desenvolvia igualmente intensa actividade partidária.

José dos Santos Graça

Faleceu, no passado sábado, como 54 anos de idade, José dos Santos Graça. Natural e residente em Torres Novas, a cuja organização pertencia.

Arnaldo Augusto de Oliveira

Faleceu, no passado dia 17, Arnaldo Augusto de Oliveira, com 75 anos de idade. Residia em Vila Nova de Famalicão e militava no Partido desde 1975.

Maria Rosália Nicolau

Faleceu, com 48 anos de idade, Maria Rosália Vaz Loução Nicolau, destacada activista sindical na Banca, durante cerca de 25 anos. Militante do Partido, desde Maio de 1974, desempenhou várias tarefas na Organização dos Bancários Comunistas, assim como na Freguesia de Carnide (Lisboa) onde residia.

Manuel Freitas Rodrigues

Faleceu, no passado dia 11, Manuel Freitas Rodrigues, que com sua voz e guitarra animou muitas iniciativas do Partido, em especial em Vila Nova de Gaia. Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Concelhia de Aveiro

Aposta na organização

A Concelhia de Aveiro do PCP esteve recentemente reunida para analisar a presente situação política e tomar medidas de reforço da organização, em que se insere a realização da sua 5ª Assembleia, em Março do próximo ano.

O colectivo partidário começou por centrar as atenções nas próximas presidenciais, tendo manifestado apoio unânime às conclusões do Comité Central sobre esta matéria, de que resultou a apresentação da candidatura de Jerónimo de Sousa.

Tendo presente o objectivo central de trazer ao debate os problemas reais do País e o papel que deve ter o Presidente da República, contribuindo através desta intervenção para que não saia vitorioso aquele que foi o principal responsável pela política que foi derrotada no passado dia 1 de Outubro, a Concelhia de Aveiro decidiu promover um conjunto de sessões e iniciativas de contacto directo com os trabalhadores e a população.

Novas adesões

Da análise atenta das questões de organização, a concelhia deu especial destaque à «elevada adesão de jovens à JCP e ao PCP», que se tem verificado, bem como «a revelação de novos quadros».

São «dados objectivos» que «aliados ao reconhecimento por parte dos trabalhadores e das populações da justeza das posições defendidas pelos comunistas e da importância da sua intervenção na vida local e nacional, mostram existirem condições favoráveis a reforço orgânico do PCP no concelho, através da adesão ao Partido de novos militantes, da melhoria do funcionamento dos organismos e da sua intervenção política», afirma a Concelhia de Aveiro.

É neste sentido que a estrutura avançou com um conjunto de decisões, surgindo à cabeça a realização da 5ª Assembleia de Organização Concelhia, em 2 de Março do próximo ano, iniciativa que se integrará nas comemorações do 75º aniversário do PCP.

Entre os aspectos mais significativos destacam-se ainda a cooperação de cinco novos quadros do Partido para a Comissão Concelhia, três dos quais são jovens.

A renovação e rejuvenescimento do Executivo concelhio é outra das medidas adoptadas com vista «a melhorar substancialmente o funcionamento e a actividade do Partido nas diversas áreas de intervenção política, social e cultural».

Considerando o reforço da organização junto dos trabalhadores como uma frente prioritária, a concelhia aprovou diversas orientações e medidas concernentes a 11 células e sectores profissionais, salientando a cria-

ção de organismos para os sectores metalúrgico, cerâmico e intelectual.

Foi igualmente criado um organismo interfreguesias do concelho, que será composto pelos respectivos responsáveis.

A reunião debruçou-se ainda sobre a actividade da Comissão Coordenadora de Aveiro da CDU, delineando um conjunto de propostas voltadas para «uma melhor ligação às populações e aos problemas do concelho e para a melhoria do trabalho colectivo relativamente à intervenção dos eleitos da CDU nos órgãos autárquicos do concelho».

Por último, refira-se que, apesar de a meta concelhia de 500 contos, para a Campanha Nacional de Fundos, estar praticamente atingida, os comunistas de Aveiro decidiram intensificar a recolha de contribuições até ao final do ano, bem como empenhar-se na actualização de quotas dos militantes.

Utentes páram comboios em S. Iria da Azóia

Os utentes da linha Norte de Santa Iria da Azóia bloquearam a via férrea em protesto contra a supressão de horários e redução do número de composições, principalmente nas horas de ponta, em vigor desde Setembro último.

O bloqueio ocorreu por volta das 7 horas da manhã de segunda-feira, mantendo-se até cerca das 11 horas, altura em que por insistência da comissão de utentes, constituída no local, e da autarquia foi possível reunir com a administração da CP.

Aliás, não fora a intervenção atenta da autarquia local junto dos utentes e da administração da CP, bem como das forças da ordem, e os problemas tenderiam a complicar-se, dados os ânimos exaltados que se faziam sentir.

Entretanto, populares de outras freguesias vizinhas, tam-

bém insatisfeitos com a situação, aderiram ao protesto de Santa Iria de Azóia, concentrando-se frente à Administração da CP.

Já no final do dia, a administração da CP deu a conhecer a sua intenção de colocar mais dois comboios e reforçar as composições de manhã e de tarde, pelo menos até amanhã, sexta-feira, dia em que terá lugar nova reunião com os utentes.

Contudo, logo no dia seguinte, terça-feira, populares voltaram a cortar a linha devido a novo atraso de um comboio que quando chegou ao apeadeiro vinha com um reduzido número de carruagens. O corte verificou-se entre as 8.14 horas e as 11.50 horas. A CP justificou-se com um avaria de um comboio no percurso entre Alcântara e Vila Franca de Xira.

Évora PCP exige cumprimento das Finanças Locais

Reunida na passada semana para analisar o trabalho dos comunistas no Poder Local, a situação política e as tarefas imediatas do Partido, a Comissão Concelhia de Évora do PCP manifestou a sua preocupação pela «asfixia financeira» imposta às autarquias nos últimos anos.

No caso do Município de Évora, foram retirados cerca de um milhão e 680 mil contos, a preços de 1995 - aproximadamente 240 mil contos respeitantes a contribuição autárquica e um milhão e 440 mil contos referentes a «novas despesas obrigatórias», decorrentes da reforma fiscal, comparticipação para a CGA e pagamento de despesas com a ADSE.

Para além do cumprimento da

Lei das Finanças Locais, os comunistas exigem que o novo Governo redefina o quadro de delimitações das atribuições e competências entra a Administração Central e Local; garanta que todas as transferências de competências para as autarquias sejam acompanhadas dos respectivos meios financeiros; reforce os poderes dos órgãos deliberativos municipais; e dignifique o papel das freguesias.

Estas e outras medidas, afirma a concelhia, devem ser desde já contempladas no futuro orçamento de Estado.

Para aprofundar este tema e definir outras propostas de carácter local e regional a serem apresentadas na AR pelo Grupo Parlamentar do PCP, irá realizar-se uma reunião de quadros

comunistas, no próximo sábado em Évora, que contará com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

A Concelhia reclama ainda que sejam concluídas as obras do Hospital do Patrocínio e determinadas as suas valências, bem como verbas para a recuperação de edifícios degradados, como é exemplo a Estalagem do Cavallo.

O caso do encerramento do museu do Artesanato, decidido de forma arbitrária pelo ainda actual Governador Civil de Évora, é outra questão tem de ser resolvida, propondo o PCP que aquele equipamento seja entregue à Assembleia Distrital de Évora.

Recordando as afirmações feitas, em 19 de Setembro pas-

sado, pelo actual primeiro-ministro, no sentido de que um plano de emergência para o Alentejo constituía uma prioridade, os comunistas consideram «fundamental que o Governo dê agora a conhecer o conteúdo do referido plano».

Por último, a Comissão Concelhia apelou a todos os seus militantes para que se mobilizem em torno da candidatura de Jerónimo de Sousa, de forma a garantir a derrota de Cavaco Silva, «principal responsável pela política de direita praticada nos últimos dez anos e que tão graves consequências teve para o concelho, para a região e para os trabalhadores».

Oliveira do Bairro «O importante é como se age»

A Comissão Concelhia de Oliveira do Bairro manifesta, em comunicado, o receio de que «em questões fundamentais» a política do novo Governo não venha «ser diferente da levada a cabo pelo PSD».

Concretamente, esta estrutura do PSD refere-se às «novas ameaças à produção de vinho, que é uma das principais riquezas da região»; à desregulamentação das leis laborais e flexibilização do horário de trabalho, pretendidas pelo patronato, ao qual o Governo PS demonstrou «grande abertura»; bem como «aos aumentos salariais, tão propalados na campanha eleitoral», mas que agora são tratados com «os mesmos argumentos que o PSD usava, ou seja, a inflação prevista».

A concelhia aponta os magros aumentos das pensões e reformas, apesar do critério diferenciado utilizado «ser positivo» e aguarda a forma como serão recebidos na Assembleia da República os projectos de lei apresentados pelo PCP sobre as 40 horas semanais; o «pacote laboral»; a reposição da idade da reforma das mulheres aos 62 anos; revogação da lei das propinas; desenvolvimento da rede pública de educação pré-escolar e sobre a adopção de medidas imediatas para a defesa e segurança dos cidadãos.

Os comunistas de Oliveira do Bairro querem uma política que seja «efectivamente diferente» e afirmam que «não basta prometer e dialogar muito, o mais importante é como se age».

Depois de privatizada Proalimantar encerra

A Proalimantar - uma das mais importantes empresas leirienses, tanto em contributo directo para o PIB como em número de postos de trabalho (chegou a empregar mais de 400 trabalhadores), para além do estímulo que induzia em sectores a montante e jusante - foi recentemente encerrada, após ter sido privatizada.

Para os comunistas, reside aqui a principal causa da destruição da unidade, que foi entregue ao grupo monopolista Melo, o qual detém igualmente o controlo das empresas Nacional e Triunfo, a laborar no mesmo sector.

A Comissão Concelhia de Leiria, que manifesta total solidariedade aos trabalhadores atingidos, não hesita em considerar o encerramento como «um crime, facilitado pelo silêncio cúmplice da Junta de Freguesia dos Marrazes, da Câmara

Municipal de Leiria, do Governo Civil e dos deputados eleitos pelo círculo de Leiria. O PSD, PS e CDS/PP são assim co-responsáveis pelo drama que se abateu sobre muitos trabalhadores desta empresa e por mais um caso de destruição no sector produtivo regional», afirma uma nota assinada pelo secretariado concelhio do PCP.

Recordando as consequências nefastas para o concelho do processo de privatizações e reestruturações preparatórias em importantes sectores como a Telecom, Correios, EDP, Rodoviárias, entre outros, o PCP chama a atenção para notícias sobre «interesses imobiliários especulativos» com os terrenos da Proalimantar, sublinhando que se mantendrá «atento e denunciará qualquer alteração do PDM que venha permitir a alteração do uso do solo com vista a satisfazer tais interesses».

Banca de Natal já abriu

As organizações regionais, a JCP e sectores do Partido podem começar a adquirir diversos materiais para as suas iniciativas de Natal e Fim de Ano, na Banca da Festa do «Avante!», que está aberta desde terça-feira no Centro de Trabalho da Avenida António Serpa (nº 28, 2º Esq.).

A Banca funciona nos dias úteis, das 10 às 18 horas, e está também à disposição dos militantes e do público em geral. As organizações, sectores e JCP podem levantar materiais à consignação por um período de 3 meses (renovável por idêntico período), a preços que lhes permitem ter uma margem para revenda.

As encomendas e outras informações devem ser dirigidas ao camarada João Tabora, durante o horário de funcionamento.

Além de artigos diversos originários da China, tais como lenços de seda, papagaios de papel, sapatilhas, t-shirts e bijuteria, podem ser encontrados ainda medalhas de diversos anos da Festa (500 escudos); copos de solidariedade com Cuba (100 escudos); exemplares do boneco de cerâmica do Fagundes, evocativo dos acontecimentos da ponte 25 de Abril (mil escudos); Rum cubano «Havana Club» e «Bucanero» de 3, 5 e 7 anos, com preços de venda ao público de 1.150, 1.350 e 1.800 escudos, respectivamente.

Privatizações, desemprego, falências, salários em atraso

Fequifa exige medidas concretas para a química e farmacêutica

«Continua a evoluir muito negativamente» a situação social nas indústrias química, farmacêutica, do petróleo e do gás, segundo a federação sindical do sector.

A Comissão Executiva da Fequifa/CGTP-IN, reunida na semana passada em Lisboa, salientou, como traços dessa evolução:

— a eliminação de 30 mil postos de trabalho nos últimos 10 anos;

— dezenas de empresas estão em processos de encerramento, total ou parcialmente, ou estão ameaçadas de tal acontecer a curto prazo, como a Cuf-Têxteis, Codillab, Hoechst/Roussel, J. Neves, Marion Merrel, Pfizer, Abbott,

Barbot Costa, Wander, RMC, Plasquisa, VCM, Senna, Shering Lusitana, Spardel, Unifa, Unisys, entre outras;

— há dezenas de empresas e milhares de trabalhadores com salários em atraso (Vifibras, Biofranco, Saúde Canóbio, Neviplás, João Vitorino & Idalecio, Bueso, Cetap, Inalba, Sanjo, Tribor, etc...);

— verificam-se discriminações salariais e violação dos direitos de trabalhadores em várias dezenas de empresas.

A executiva fez o ponto da situação relativamente aos processos de privatização das empresas públicas do sector químico (Petrogal, Quimigal, Portucel, CNP e Gás de Portugal) e concluiu que a situação é «muito preocupante», nomeadamente porque «se não forem tomadas medidas de inversão destes processos de privatização, algumas empresas ficarão totalmente dominadas pelo capital estrangeiro e correm o risco de desaparecer a curto ou médio prazo».

Foi decidido solicitar, com carácter de urgência, audiências aos ministérios do Tra-

balho, da Indústria e das Finanças, com o objectivo de reclamar «medidas concretas, com particular importância para a paragem das privatizações».

No âmbito do subsector da Indústria e Comércio Farmacêutico, a FEQUIFA decidiu solicitar uma reunião ao Ministério da Saúde, com o objectivo de debater a política governativa para este Sector e exigir que todas as medidas de apoio às empresas sejam condicionadas à obrigação do cumprimento de cláusulas sociais, designadamente em questões de salários mínimos, emprego e condições de trabalho.

Salários e horários

A executiva aprovou medidas tendentes à revisão imediata de todos os Contratos Colectivos do Sector, bem como à apresentação de reivindicações directas nas empresas, com base em aumentos salariais de 8 a 10 por cento.

Foi decidido avançar com uma forma de luta consubstanciada na recusa de os trabalhadores do sector laborarem mais de 40 horas em cada semana, a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Analisando o processo disciplinar instaurado pela administração da Portucel Tejo a

um trabalhador da empresa e membro do Conselho Nacional da Fequifa, uma clara medida repressiva e uma inadmissível violação da legalidade.

«Sem prejuízo de outras acções de luta que venham a ser decididas», a CE aprovou a deslocação de dirigentes, delegados sindicais e membros de CTs do Grupo Portucel ao Ministério da Indústria, com o objectivo de exigir a demissão urgente do actual Conselho de Administração, o arquivamento imediato do processo disciplinar instaurado ao dirigente da Fequifa e a tomada de medidas para a resolução do conflito nas negociações salariais.

Professores querem mais jardins de infância públicos

O anúncio de algumas medidas específicas para a Educação Pré-Escolar, divulgadas dia 15 pelo ministro da Educação (nomeadamente a notícia do descongelamento das portarias que criam os lugares de jardim de infância lançados durante os últimos 7 anos, pelas autarquias), «vejo confirmar a justiça das reivindicações da Fenprof sobre a matéria» — refere uma nota da Federação Nacional dos Professores.

Recordando que a Fenprof e os educadores de infância «lutaram, durante muito tempo, sem o apoio de outras estruturas, por esta e outras reivindicações para o sector», considera-se legítimo que, hoje, «manifestem alguma satisfação e reafirmem a esperança de que a Rede Pública da Educação Pré-Escolar se desenvolva efectivamente».

«Importa, no entanto, recordar que o descongelamento das portarias é uma decisão de elementar justiça, indispensável para demonstrar sinais de uma vontade em repor a legalidade, e que o desenvolvimento da Educação Pré-Escolar exige muito mais», repara a federação, sublinhando que «o alargamento da Rede Pública da Educação Pré-Escolar tem de prosseguir, com a criação de mais jardins de infância, até à cobertura total do território nacional, sem prejuízo do reconhecimento da existência de uma rede supletiva, de natureza privada e cooperativa».

A existência desta rede supletiva exige, por outro lado, «a rápida valorização do estatuto profissional dos educadores de

infância que nela trabalham», sem a qual não responderá às exigências de qualidade indispensáveis a uma verdadeira Educação Pré-Escolar.

A Fenprof reclama ainda o reconhecimento do estatuto profissional dos educadores de infância, em geral, «o que exige uma aposta urgente na valorização da formação inicial (que deve evoluir para o nível de licenciatura), no aprofundamento da formação contínua para o sector e, conseqüentemente, na rápida regulamentação do artº 55º do Estatuto da Carreira Docente, que deverá reconhecer, para efeitos de carreira, as licenciaturas entretanto já adquiridas por educadores».

Sem candidatura mas com júris?

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa reafirmou a sua posição de exigir a suspensão imediata das funções dos júris, «medida que não carece de qualquer alteração legislativa, tratando-se apenas de um acto de gestão corrente». Todos os professores que já completaram o tempo de serviço previsto para o 7º escalão devem transitar aos escalões seguintes, reafirma o SPGL.

Um comunicado de imprensa distribuído sexta-feira pela direcção do Sindicato recorda que, em 31 de Outubro, uma nota informativa do Ministério da Educação concretizava uma promessa feita pelo Partido Socialista durante a campanha eleitoral — o fim da prova de

candidatura ao 8º escalão para os professores dos Ensinos Básico e Secundário.

«Talvez por acaso», os júris constituídos para apreciação das provas começaram a trabalhar mais rapidamente, isto é, os professores que desde 1992 aguardavam a sua chamada pelo júri passaram a ser rapidamente chamados quando, afinal, o fim da prova está anunciado.

O SPGL, em 6 de Novembro, tornou posição pública relativamente à actividade recente dos júris, no sentido de o Ministério da Educação tomar as medidas necessárias conducentes à suspensão de funções das referidas entidades. Um esclarecimento do gabinete da secretária de

Estado da Educação e Inovação, com data de 7 de Novembro, veio informar que, até à publicação de nova legislação, se mantém em vigor o actual ordenamento jurídico da candidatura.



Depois de anos de luta, é altura de actualizar a PRT de 1985 (foto de arquivo)

É preciso agir no distrito de Setúbal

No gabinete do recém-empossado governador civil de Setúbal deu entrada segunda-feira um pedido de audiência da União dos Sindicatos. Na reunião, pedida com carácter de urgência, a estrutura distrital da CGTP pretende apresentar um conjunto de propostas e reivindicações que deverão obter resposta rapidamente, de forma a atenuar e ultrapassar a crise social que persiste na região.

As medidas mais urgentes e as reivindicações imediatas dos sindicatos do distrito de Setúbal constam de uma resolução aprovada na semana passada pelo Conselho Distrital da USS. Neste documento — refere uma nota de imprensa distribuída dia 16 — são identificadas 40 empresas que se encontram actualmente em situação de crise laboral. Os dirigentes da União dos Sindicatos de Setúbal chamam também a atenção para o facto de continuarem os despedimentos e o crescimento do desemprego, que já ultrapassa os 51 mil trabalha-

dores (o que representa uma taxa de 16 por cento); este crescimento é ainda mais grave por ser acompanhado de uma subida acentuada do desemprego de longa duração.

Das propostas sindicais para o distrito, que requerem realização urgente, são destacadas:

- a preparação e implementação de um Programa Integrado para o Desenvolvimento do Distrito de Setúbal;

- a extensão do subsídio de desemprego e a actualização do fundo de garantia salarial;

- o combate eficaz ao trabalho precário e clandestino, a redução da sinistralidade e a revisão do sistema de reparação por acidentes de trabalho;

- a elaboração de um plano regional de Formação Profissional;

- uma intervenção mais responsável e eficaz do Estado na viabilização de empresas em crise, como a Torralta e a Renault.

Medidas urgentes para as IPSS

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública analisou a situação laboral dos cerca de 35 mil funcionários das Instituições Particulares de Solidariedade Social, tendo concluído que se justificam medidas

urgentes que salvaguardem os interesses e direitos dos trabalhadores do sector, a quem se aplica uma Portaria de Regulamentação de Trabalho de 1985.

Os dirigentes sindicais representativos dos trabalhadores das IPSS — refere uma nota divulgada sexta-feira pela federação — consideram que, «após vários anos de luta, depois dos trabalhadores terem impedido o Governo do Prof. Cavaco Silva de lhes retirar direitos, agora chegou o momento do actual Governo concluir o processo de actualização da PRT de 1985 e publicar uma nova regulamentação de trabalho que considere as propostas apresentadas pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública», nomeadamente:

— aumentos salariais significativos, com retroactivos a Janeiro de 1995, actualização das diuturnidades e restantes matérias remuneratórias;

— redução e uniformização dos horários de trabalho, consagrando de imediato um horário máximo de 40 horas semanais;

— criação de carreiras profissionais dignas para todos os trabalhadores;

— actualização anual dos salários e consagração do direito ao subsídio de refeição.

Neste contexto, a federação solicitou já à ministra do Emprego uma audiência, «para análise da grave situação verificada no sector e soluções que respeitem as propostas sindicais, os interesses e direitos dos trabalhadores de um sector que presta serviços indispensáveis ao bem-estar da população portuguesa.»

Necessária nova reforma fiscal

Salários – 4,1

Impostos – 33

No debate nacional da CGTP, sábado passado, foi revelado um estudo da central que traduz em números a injustiça fiscal há muito denunciada*

No período de 1990 a 1995, registou-se um aumento líquido médio de 4,1 por cento nos salários reais; o aumento líquido ficou-se apenas por 1,5 por cento, porque os impostos pagos pelos trabalhadores por conta de outrem (IRS) cresceram, nestes 6 anos, 33 por cento. Em média anual, o salário líquido subiu 0,8 por cento, o que significa apenas 0,3 por cento de aumento do salário líquido, contra 5,8 por cento na subida dos impostos.

Esta é a face mais evidente da injustiça fiscal de que são vítimas os trabalhadores portugueses e que sobressai do estu-

do divulgado sábado passado, em Lisboa, no debate nacional da CGTP «Uma nova reforma para uma justiça fiscal».

Aqueles resultados foram obtidos tendo em conta a variação dos salários e dos impostos relativamente à inflação oficial verificada no ano anterior (critério seguido na generalidade das propostas sindicais de revisão salarial).

O gabinete de estudos da CGTP analisou ainda aquela evolução considerando a inflação do ano (chamada de inflação prevista ou esperada, no momento de negociação salarial), e a conclusão é praticamente a mesma (ressalvado o benefício que esta alteração de

critério provoca nos ganhos salariais face aos preços): 13,2 por cento de aumento dos salários líquidos; 10,3 por cento, de aumento do salário líquido; e 44,6 por cento mais no pagamento de impostos.

A injustiça é ainda mais acentuada quando se analisa os efeitos dos impostos nos salários dos vários níveis de qualificação, pois são os níveis de menor qualificação os que tiveram agravamentos fiscais maiores: 183 por cento nos trabalhadores não qualificados (contra 5,6 por cento de aumento do salário líquido, o que reduz a 3 por cento o crescimento do salário líquido) e 51,2 por cento nos

semiquilificados (que tiveram perdas de 1,1 por cento no salário líquido, agravadas no líquido para 3,4 por cento).

Em média, o estudo da CGTP mostra que o poder de compra dos trabalhadores foi prejudicado pelos impostos em cerca de 2,5 a 5 pontos percentuais, conforme os níveis de qualificação.

Quem paga?

O gabinete de estudos da central analisou também a estrutura dos impostos, chamando a atenção para o agravamento das taxas que incidem sobre o consumo (impostos indirectos, como o IVA, o imposto automóvel, os impostos sobre tabaco ou sobre produtos petrolíferos, o imposto de selo...): passaram de 59 para 63 por cento dos impostos cobrados, aumentando 400 milhões de contos.

Os impostos directos (IRS e IRC, que incidem sobre os rendimentos das pessoas e das empresas, respectivamente) aumentaram 100 milhões de contos, representando 37 por cento dos impostos em 1995.

A CGTP sublinha que o IRS representa a maior fatia destes impostos: 900 milhões de contos, contra apenas 300 milhões do IRC (em 1995). No período de 1993 a 1995, o IRS aumentou 69 milhões de contos, enquanto o IRC apenas cresceu 32 milhões. E, apesar de os trabalhadores por conta de outrem terem diminuído, no período de 1992 a 1994, a uma média anual de 2,5 por cento, os montantes do IRS conseguiram subir a uma média anual

Fazer justiça

O estudo da CGTP pretende ir mais longe que a opinião corrente de que os trabalhadores por conta de outrem são quem suporta o grosso da carga fiscal, chamando a atenção para o alcance desta injustiça e mostrando os prejuízos que o sistema fiscal traz aos já de si magros salários praticados em Portugal.

A reflexão sobre a evolução recente dos impostos é ainda justificada pela central com as expectativas, geradas pelas recentes eleições legislativas, de que as dificuldades orçamentais sejam enfrentadas com políticas de justiça fiscal. A central defende o combate à evasão fiscal e o aligeiramento da carga fiscal que incide sobre os trabalhadores. «É necessário que o Orçamento para 1996 vá ao encontro das expectativas de mudança da sociedade e concretize o Programa do Governo em medidas de maior justiça fiscal, de combate à fraude e evasão fiscal e de aligeiramento dos impostos que incidem sobre os rendimentos do trabalho, nomeadamente através duma diminuição das taxas de IRS e/ou uma actualização dos valores dos escalões de rendimento, deduções e abatimentos, substancialmente superior à inflação do corrente ano» - reclama-se no documento.

A necessidade de maior justiça fiscal foi reconhecida pela generalidade dos participantes no debate nacional de dia 18, que reuniu algumas dezenas de dirigentes sindicais e especialistas, como Medina Carreira, Eugénio Rosa, Amílcar Ramos, Rogério Fernandes Ferreira e Octávio Teixeira.

O dirigente comunista analisou a actual situação do sistema fiscal português e considerou «imprescindível e urgente que se realize uma «nova reforma fiscal», que vise com eficiência uma maior justiça fiscal, assente na eliminação das discriminações e na baixa das taxas de impostos que incidem sobre o trabalho, que actue efectivamente como elemento de redução das desigualdades e que gire as receitas necessárias e suficientes para que o Estado possa cumprir integralmente as suas funções sociais». Numa intervenção que contamos publicar no próximo número, Octávio Teixeira sintetizou as principais linhas de orientação dessa reforma.



Os magros aumentos salariais conquistados pela luta dos trabalhadores ficam ainda mais reduzidos pelo agravamento da carga fiscal (foto de arquivo)

Frutos da luta

O Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP assegurou na semana passada a participação dos sindicatos, enquanto parceiro local, no órgão executor do Programa de Apoio a Desempregados de Longa Duração com mais de 40 anos. Na nota de imprensa em que anuncia este resultado, o secretariado - formado pela uniões distritais de Beja, Évora e Portalegre - considera que «o reconhecimento do direito à participação dos sindicatos neste órgão, em parceria com outras entidades já indicadas, mostra a justeza da reivindicação» do SIRA/CGTP.

Informa ainda que, logo que seja oficialmente convocado para indicar o seu representante, o secretariado «contactará de imediato com a Comissão Europeia, com vista a anunciar a eliminação dos obstáculos que motivaram o pedido de suspensão do Programa, empenhando-se em que o mesmo seja apoiado pela Comissão e pela DG XVI».

«Foram abertas algumas perspectivas de desbloqueamento das negociações salariais» na Portucel, informou a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, na passada sexta-feira, após uma reunião da comissão negociadora sindical com o secretário de Estado da Indústria.

Tendo em conta as expectativas criadas após esta reunião e o facto de a administração ter marcado para anteontem nova reunião de negociações do Acordo de Empresa, os sindicatos decidiram suspender a greve marcada para segunda-feira, dia 20, na Portucel Industrial, «no pressuposto de que o Governo e a administração vão apresentar na mesa de negociações novas posições que correspondam às reivindicações dos trabalhadores». Caso contrário, está já decidido convocar nova paralisação para 4 de Dezembro.

O Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual anunciou na semana passada que a direcção da Rádio Miramar (Montijo) se comprometeu por escrito a reintegrar a jornalista Ana Miranda, associada daquele sindicato, despedida sem justa causa a 10 de Novembro e que, depois de ver reconhecida em tribunal a sua razão, iniciou uma greve de fome a que pôs termo depois da cedência dos responsáveis patronais.

Da reunião entre o STT e a direcção da rádio, revela uma nota do STT, resultou ainda o agendamento de nova reunião, com vista a tratar de problemas que envolvem outros trabalhadores.

de 4,1 por cento, entre 1993 e 1995.

As receitas do IVA e do IRS representam 62 por cento do conjunto dos impostos em 1995.

No estudo da CGTP realça-se o nível «escandaloso» de evasão fiscal, que os próprios números oficiais de 1993 sugerem:

- apenas 177 mil empresas apresentaram declarações; destas, 112 mil não pagaram qualquer imposto, já que o IRC apurado foi igual a zero; 91 por cento do total do IRC cobrado foi pago por 27500 empresas (15 por cento), com facturação superior a 100 mil contos (28 por cento) ou 2,5 milhões de contos (68 por cento);

- cerca de 184 mil empresários em nome individual pagaram, em média, 27 contos de impostos (no ano); o rendimento bruto declarado foi, em média, de 400 contos (ou seja, menos de 29 contos por mês);

- cerca de 45 mil profissionais liberais pagaram, em média, impostos no valor de 100 contos; o rendimento médio declarado foi de 800 contos (57 contos por mês).

Naquele ano, o ganho médio de um trabalhador rondou os 104 contos, no global, sendo de mais de 300 contos para os quadros superiores por conta de outrem.

40 horas em Janeiro

- reafirma plenário nacional de sindicatos

Mantendo a disponibilidade para o diálogo com o Governo e o patronato, a CGTP sublinha que é preciso rapidamente começar a responder às aspirações manifestadas pelos trabalhadores. É que, se há questões acerca das quais o diálogo e a negociação ainda deverá prosseguir ou mesmo encetar-se, há outras que apenas aguardam medidas legislativas.

Ao apresentar aos jornalistas as conclusões do plenário nacional de sindicatos, que reuniu dia 16 em Lisboa, Manuel Carvalho da Silva apontou como exemplo a instituição das 40 horas como limite máximo legal da duração semanal do trabalho. Esta é uma matéria que já foi discutida pelos parceiros sociais e foi mesmo objecto de compromissos escritos. «Não há que discutir, há que legis-

lar, para que a semana de 40 horas passe a vigorar a partir de 1 de Janeiro» - afirmou o coordenador da CGTP.

Carvalho da Silva realçou que a central recusa quaisquer ideias no sentido de limitar o diálogo à concertação nas cúpulas das estruturas, defendendo que ele deve alargar-se a todos os níveis, em particular às muitas empresas onde a democracia ainda fica fora dos portões.

Ainda no plano da concretização de promessas e expectativas, o sindicalista desafiou o Governo a mostrar, com medidas práticas, que quer mesmo pôr de lado a política de aumento da competitividade à custa dos baixos salários e promover uma distribuição mais justa e equitativa do rendimento nacional.

Em reuniões no Parlamento CNA reclama reconhecimento como parceiro social

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) estabeleceu contactos com os Grupos Parlamentares do PCP e do CDS/PP no sentido de os sensibilizar para apoiarem a sua pretensão de ser reconhecida como parceiro na concertação social. Realizados no final da passada semana, estes encontros tiveram no caso do Grupo comunista uma boa receptividade, tendo o deputado Lino

de Carvalho manifestado o seu acordo quanto à pretensão da CNA, classificando-a de "reivindicação justa". Reiterada pelo deputado foi ainda a intenção de repor uma proposta nesse sentido, já apresentada na anterior legislatura.

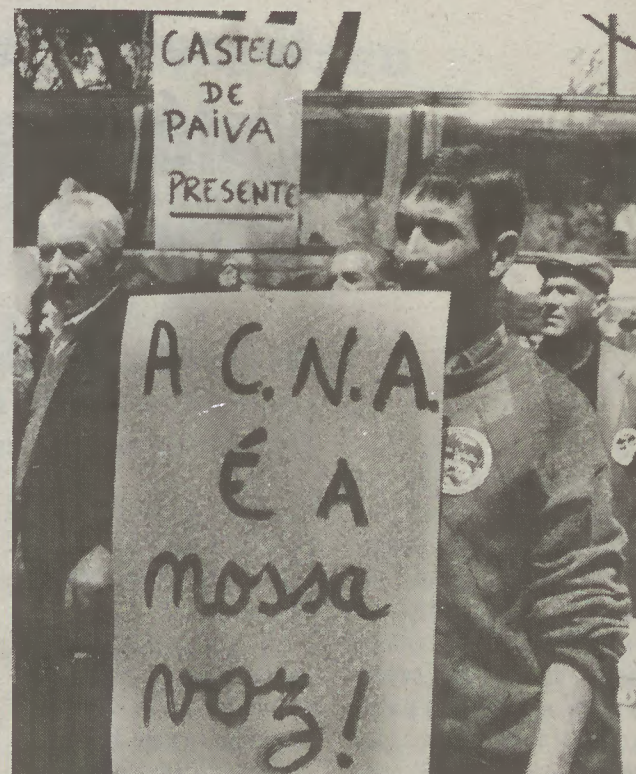
A deputada independente do Partido Popular, Alda Vieira, também concorda com esta proposta, mas referiu que só anunciará a sua posição depois

de saber qual o resultado da reunião prevista entre o Ministro da Agricultura, Gomes da Silva, e a CNA.

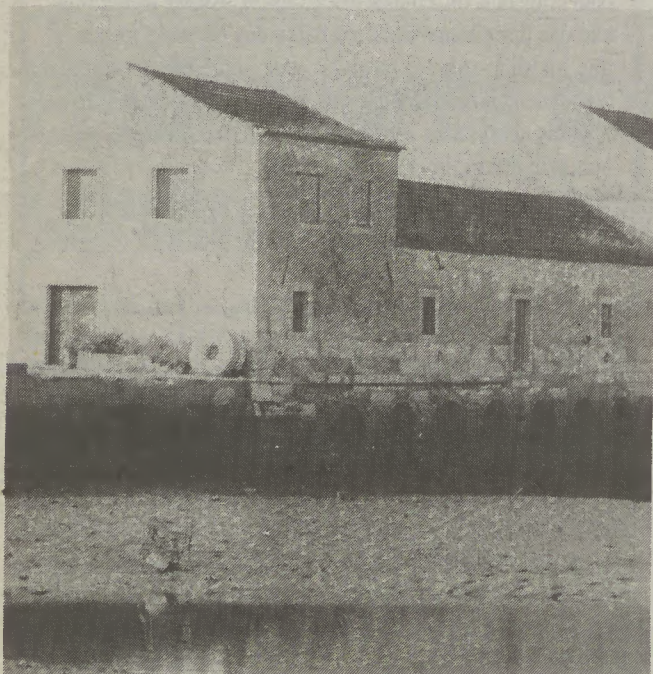
Além do reconhecimento como parceiro social, que se arrasta há cerca de 10 anos, desde o Governo do "Bloco Central" (PS-PSD), João Vieira, da direcção da Confederação, disse também estar preocupado com "o endividamento dos agricultores", bem como

com o fluxo de importações de produtos agrícolas, que, observou, "prejudicam os produtos" dos agricultores portugueses.

Dos grupos parlamentares - falta agora agendar reuniões com o PS e PSD - o dirigente da CNA afirmou esperar "uma intervenção" relativamente aos problemas colocados pela Confederação Nacional da Agricultura.



Com o PDM aprovado Montijo aposta no desenvolvimento económico e social



Depois da sua aprovação em reuniões recentes do Executivo e Assembleia Municipal, o Plano Director Municipal (PDM) do Montijo aguarda agora por ratificação ministerial, após o que se constituirá formalmente em instrumento de gestão e ordenamento do território.

Uma atenção particular, de acordo com as orientações definidas pela Câmara Municipal, será conferida ao parque habitacional, à frente ribeirinha, ao desenvolvimento industrial e à qualidade ambiental.

No que se refere à frente ribeirinha, segundo uma nota à

comunicação social, as medidas preconizadas passam por reactivar os cais, construir uma marginal e retirar os depósitos de sucata, constituir contínuos verdes, criar um plano de água para recreio, incentivar actividades de desporto e lazer fluvial, recuperar moinhos de maré e incentivar a fruição da frente ribeirinha.

Atendendo à pressão de crescimento populacional prevista para a próxima década, estima-se em cerca de sete mil o número de novos fogos, dos quais, segundo o PDM, cerca de dez por cento serão destinados a habitação social a custos controlados.

No âmbito do desenvolvimento industrial - pode ler-se no referido comunicado aos órgãos de comunicação social - estão previstas três zonas industriais de fixação de novos empreendimentos (Pau Queimado, Taipadas e Pegões), estando simultaneamente já definidas novas acessibilidades destas áreas aos principais eixos rodoviários existentes, o que não deixará de reforçar as condições de apetência industrial do Montijo.

Entre as prioridades do Executivo municipal - numa perspectiva de reforço da imagem do Montijo no limiar do século XXI - contam-se ainda a reabi-

litação dos espaços degradados, a renovação do centro da cidade, e a captação de novos serviços e equipamentos de nível superior.

No sentido de gerir as pressões e impedir a desqualificação e o consumo inadequado do espaço, a autarquia aposta ainda no controlo do "crescimento urbano de modo qualificado", na abertura de "grandes espaços de paisagem", no reordenamento da suinicultura e das indústrias poluentes, na resolução dos problemas de saneamento básico e num correcto uso do solo de acordo com as suas vocações.

Realidade virtual encena estuário do Tejo

— Junta Metropolitana de Lisboa
aprecia projecto do LNEC

Investigadores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) apresentaram em reunião da Junta Metropolitana de Lisboa, recentemente realizada em Vila Franca de Xira, um projecto de desenvolvimento de aplicações multimédia interactivas, incluindo modelos de simulação virtual, com vista a divulgar as características do estuário do Tejo e dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa aos visitantes da Expo 98.

Tratou-se de uma demonstração destinada a habilitar a Junta Metropolitana a decidir sobre o seu possível patrocínio a este projecto, que consiste num sistema de informação e simulação baseado em tecnologia hipermédia, através da qual o utilizador, mesmo sendo leigo em hidráulica e informática, pode criar cenários de desenvolvimento na região, simular os seus efeitos na hidrodinâmica e na qualidade das águas e visualizá-los.

Pretende-se com este projecto, segundo uma nota da Junta Metropolitana, que os visitantes

da Expo 98 tenham acesso a uma informação geral sobre o estuário do Tejo, designadamente, sobre o regime de marés e correntes, tráfego marítimo, evolução da qualidade da água, da fauna e da flora, assim como da zona ribeirinha e respectivos concelhos.

Além da possibilidade de criar cenários de desenvolvimento da zona ribeirinha é avaliar o impacto desses cenários nas características do estuário, o utilizador pode ainda obter, entre outras, informação sobre a actividade socioeconómica, a actividade cultural, a evolução das infra-estruturas viárias e de saneamento, e perspectivas futuras de desenvolvimento dos 18 concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa.

O projecto designa-se "Ferramenta multimédia para dar a conhecer o estuário do Tejo e os municípios ribeirinhos", está avaliado em 70 mil contos e está já em desenvolvimento, prevendo-se que 1997 seja o ano da passagem do protótipo ao sistema de produção.

Pela continuação dos programas ocupacionais

O Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Beja exigiu a prorrogação dos Programas de Actividade Ocupacional, celebrados entre a associação, os municípios associados e os trabalhadores ocupados.

Com a perspectiva do fim do prazo dos PAO no final do mês de Novembro, a associação, reunida no passado dia 13, afirma que a situação social não melhorou e, com o regresso à desocu-

pação, as condições de vida dos trabalhadores piorarão.

Numa carta enviada ao Ministro do Emprego, ao Ministro da Solidariedade e Segurança Social, ao Director do Centro de Emprego de Beja e ao Governador Civil da cidade, os municípios que integram a associação exigem ainda que o regresso aos programas dos actuais funcionários seja garantido.



Francisco Miguel
Das Prisões à Liberdade

Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses e que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mais difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Fiscalização das "secretas"

Acabar com os comportamentos ilegais

A efectiva fiscalização dos Serviços de Informações, os limites legais da sua actuação e a revogação de legislação anteriormente imposta pelo PSD dominaram o debate parlamentar centrado faz hoje oito dias em diplomas sobre a matéria subscritos pelos grupos parlamentares do PCP e do PS. Com a votação prevista para ontem, estava dada como certa a viabilização do projecto socialista, de acordo com o anúncio feito pelas diferentes formações, com a abstenção do PCP e os votos contra do PSD e CDS/PP. Destino diferente terá sido reservado ao projecto comunista, face aos anunciados votos contra do PSD e CDS/PP e à abstenção do PS.

Na base da abstenção dos deputados comunistas ao diploma da autoria do PS está o entendimento de que se é certo que as medidas nele preconizadas no domínio do reforço do aparelho de fiscalização dos Serviços de Informações contém virtualidades de que podem resultar soluções correctas - e este era um objectivo primordial perseguido no diploma do PCP -, já no que

se refere aos limites de actuação dos Serviços - outra questão nodal na perspectiva da bancada comunista - não se pode dizer exactamente o mesmo, uma vez que não são apresentadas quaisquer propostas.

Entre as medidas preconizadas no projecto do PCP no plano da fiscalização, recorde-se, está a atribuição ao Conselho com competência nesta matéria de

novos poderes e meios, designadamente o de poder realizar visitas de inspecção directas aos Serviços.

Quanto à clarificação dos direitos de actuação a conferir aos Serviços, a questão essencial passa, no entender do PCP, como frisou o deputado João Amaral, por "tornar claros os limites legais de pesquisa e produção de informações, particularmente quanto ao respeito devidos aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, o que significa na prática clarificar a proibição de actividades como as que o SIS vem exercendo e que o transformaram numa espécie de polícia política".

Diferenças nos articulados dos projectos apresentados pelo PCP e pelo PS marcaram ainda o debate no que respeita à revogação de legislação aprovada pelo PSD nos últimos meses da Legislatura passada (Lei nº 4/95; Decretos-Leis Nº 245/95 e 254/



/95). Para a formação comunista, que reclama essa revogação, tal exigência fundamenta-se, por um lado, como explicou o deputado João Amaral, nas referidas insuficiências quanto ao sistema de fiscalização e quanto aos limites de actuação, a que acresce, por outro, a redução do número de Serviços existentes de três para dois (através da junção

dos Serviços de Informações Militares e do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Invocado por João Amaral como fundamento para a revogação defendida pela sua bancada foi ainda uma terceira zona de alterações contidas na Lei PSD, a saber: a alteração do artigo 21º que, na opinião do PCP, configura um "inaceitável alargamento do âmbito de actividades do SIS"; a concentração dos serviços na dependência do Primeiro-Ministro; a atribuição da autonomia financeira dos Serviços; o circunscrever o segredo de Estado aos termos da respectiva lei e às finalidades essenciais do Sistema de Informações.

Ora foi esta revogação de alterações na estrutura dos Serviços que a bancada do PS - e foi essa a justificação avançada para a sua abstenção em relação ao diploma do PCP - considerou ser uma postura "maximalista de

pulverização e desintegração imediata do ordenamento em vigor", susceptível de "retornar precipitadamente à versão primitiva toda a orgânica do sistema".

Um argumento que João Amaral desmontou ao lembrar que a revogação dessas leis aprovadas pelo PSD nunca traria nenhum problema, na medida em que, enfatizou, tais diplomas não entraram em vigor, isto é, nunca foram aplicados.

Defendida pela bancada do PCP como uma medida positiva foi ainda a alteração da composição do Conselho de Fiscalização, designadamente quanto ao aumento do número de membros, de modo a que os partidos representados na Mesa da Assembleia nele estejam representados, facto que no entender de João Amaral "reforçaria a credibilidade do Conselho e aumentaria a sua representatividade".

Solidariedade com Timor-Leste

A heróica resistência do povo de Timor-Leste contra o ocupante indonésio concitou na semana transacta a atenção do Parlamento em sessão plenária agendada para assinalar a passagem de mais um ano sobre o massacre de Santa Cruz.

Consenso absoluto, expresso em votações por unanimidade, mereceram uma moção repudiando a intervenção da Indonésia e pela autodeterminação do povo maubere, bem como a constituição de uma comissão eventual de acompanhamento da situação naquele território.

De todos os quadrantes, na hora dos discursos, vieram também palavras solidárias, carregando simultaneamente um apelo que Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, soube sintetizar: "As causas justas acabam sempre por

vencer. O que é preciso é não perder a esperança."

Pronunciando-se em nome da formação comunista, porém, o deputado Ruben de Carvalho acabou por ir mais longe, expressando de forma clara a sua convicção de que o Governo, na apresentação do seu Programa, não deveria ter-se conformado a uma referência ao direito à auto-determinação e ao respeito pelos direitos humanos, omitindo de forma ostensiva o termo independência.

Implícita na intervenção de Ruben de Carvalho, para além

da crítica ao que lamentou ter sido um esquecimento do Executivo, estava a advertência a que o Estado português não ceda a "alguma *real politik*", antes prossiga, ao contrário, "com clareza o que com clareza a dignidade nacional e a solidariedade dos Homens nos aponta".

É que, lembrou, "o caso de Timor-Leste é por si só um requisito implacável para quantos supõem que vivemos hoje um mundo mais seguro e justo", sendo hoje certo, na opinião do deputado do PCP, que a realidade revela que "entre as palavras e as acções da política internacional das grandes potências se perfila, cortante e impositivo, o poder económico".

"O problema é que, ao mesmo tempo que nas instâncias internacionais se vertem palavras de condenação - sublinhou o depu-

tado comunista -, a *real politik* conduz aos reconhecimentos de facto da anexação, como o fizeram os Estados Unidos, quando não, como na Austrália e no Japão, ao reconhecimento de facto e de jure.

A questão fundamental não reside, pois, no entender de Ruben de Carvalho, no soçobrar da resistência, ou no alheamento da opinião pública e das instituições internacionais (por si lembrados foram as inúmeras resoluções dos mais variados organismos internacionais, a acção de centenas de organizações e o papel da comunicação social), mas sim nos interesses económicos prevaletentes em relação aos mais elementares direitos humanos.

"Se há um povo que resiste e luta pela sua liberdade e independência - inquiriu Ruben de Carvalho -, se o mundo condena o invasor e opressor, como se explica que o massacre continue, que o arbítrio triunfe, que a violação de todas as normas internacionais se tenha transformado num impune facto consumado?"

"O problema - foi ainda o deputado comunista a dar a resposta àquela que é sem dúvida a questão central - é que a as decisões das Nações Unidas desaparecem empapadas nos 900 milhões de toneladas de reservas de petróleo do mar de Java, as condenações de Comunidade Europeia rasgam-se nos rebites dos navios de guerra vendidos à Indonésia, os dois biliões de metros cúbicos de reservas de gás natural das ilhas de Sonda são suficientes para fazer arder condenações e consciências".

António Filipe preside a Comissão Parlamentar

A Comissão Eventual de Acompanhamento do Problema do Tráfico de Droga será presidida pelo deputado comunista António Filipe, de acordo com a decisão unânime adoptada nesse sentido pela Assembleia da República. Idêntica aprovação mereceu a criação das 14 comissões (12 permanentes e duas eventuais), facto já previsível face ao consenso obtido no decorrer da conferência de líderes parlamentares.

Ao CDS/PP foi atribuída a presidência da Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, tendo sido escolhido para o cargo Krus Abecasis.

Os grupos parlamentares ficaram entretanto de indicar os nomes dos deputados para as comissões, em ordem a possibilitar a sua instalação e posse, prevista para decorrer durante os trabalhos da sessão plenária de hoje.

As presidências serão escolhidas pelo método de Hondt, cabendo ao PS a primeira, de um total de 12, a saber: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias; Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação; Comissão de Defesa Nacional; Comissão da Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente; Comissão de Economia, Finanças e Plano; Comissão de Educação, Ciência e Cultura; Comissão de Saúde; Comissão de Trabalho, Solidariedade, Segurança Social e Família; Comissão de Assuntos Europeus; Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas; Comissão de Juventude; Comissão para a Paridade e a Igualdade de Oportunidades.



Crime Indonésio em Timor

Relatório mensal revela Desemprego aumenta em Portugal

O desemprego em Portugal aumentou 2,6 por cento em Outubro relativamente a Setembro e 8,4 por cento face ao mês homólogo de 1994, revela o relatório mensal do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), divulgado no final da semana transacta.

Os dados referem-se ao número de desempregados inscritos no final dos meses nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, que em Outubro ascendeu a 436.663, contra os 425.432 registados em Setembro passado.

Segundo o referido relatório, o Algarve foi a região que assinalou o maior crescimento de desemprego em relação a Setembro, com 12,3 por cento, seguido dos Açores com 8,8 por cento, do Alentejo com 3,5 por cento, de Lisboa com 2,7 por cento e do Norte com 2,3 por cento.

Os Centros de Emprego com menor percentagem de crescimento de desempregados inscritos relativamente ao mês anterior, foram os das regiões da Madeira (0,1 por cento) e Centro (0,6 por cento).

No final de Outubro o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP eram de 174.008 na região de Lisboa, 146.559 no Norte, 57.587 no Centro, 33.801 no Alentejo, 12.779 no Algarve, 6.428 nos Açores e 5.501 na Madeira.

Globalmente, o Continente contava com 424.734 desempregados inscritos e as Regiões Autónomas com 11.929.

Do total do desemprego registado em Outubro, 243.441 pessoas eram mulheres, o que representa um acréscimo de 3,4 por cento em relação a Setembro.

As ofertas de emprego no mês em apreço totalizaram 9.431, correspondente a um decréscimo de 3,4 por cento em relação a Setembro, mas um aumento de 43,3 por cento face a Outubro de 1994.

O Algarve e o Alentejo acusaram a maior quebra na variação de percentagem (Novembro/Setembro) de oferta de emprego com, respectivamente, 45 por cento e 39,1 por cento).

A região da Madeira foi a única a apresentar uma variação positiva na oferta de emprego com 27,5 por cento.



"Os Verdes" decidem sobre as presidenciais

O Partido Ecologista "Os Verdes" decidiu apelar desde já ao voto em Jorge Sampaio, pese embora não se revejam em nenhuma das candidaturas. Tomada em reunião do seu Conselho Nacional, realizada no passado dia 18, esta decisão foi adoptada após "ampla reflexão sustentada" e assenta na consideração de que as eleições se irão decidir na primeira volta, pelo que é desaconselhável qualquer desperdício de votos.

Pronunciando-se sobre a candidatura de Cavaco Silva, "Os Verdes" consideram que ela representa "um obstáculo ao exercício de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos", situando-a simultaneamente como "intimamente ligada ao exercício de um poder autocrático, centralista e antidemocrático" recusado pelos portugueses em Outubro último.

Quanto às restantes candida-

turas, de acordo com a nota dirigida aos órgãos de comunicação social, "Os Verdes" entendem que a de Jorge Sampaio é a "que se encontra melhor posicionada para no actual quadro inviabilizar a eleição de Cavaco Silva e rejeitar o projecto político que ele simboliza", isto, observam, "apesar de reconhecermos como positiva a existência de outras candidaturas, nomeadamente a de Jerónimo de Sousa".

Com início no sábado, em Almada

6.º Congresso Nacional de Deficientes

A decorrer sob o lema "Em unidade, pela integração da pessoa com deficiência", tem início no próximo sábado, dia 25, o 6.º Congresso Nacional de Deficientes.

Os trabalhos têm lugar no Complexo Municipal de Desportos "Cidade de Almada", estando prevista na agenda uma proposta de alteração dos Estatutos da UCNOD (União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes) que aponta para a transformação desta estrutura em Confederação Nacional das Organizações de Deficientes.

Ao longo do debate, que se prolonga no domingo, estarão temas relacionados com as questões sociais e económicas dos deficientes, o seu movimento associativo em Portugal e o Movimento Internacional dos Deficientes.

No 6.º Congresso participarão 500 delegados, em representação de Associações de deficientes do País, estando igualmente prevista a presença de várias dezenas de convidados, entre os quais delegações estrangeiras congéneres dos países da União Europeia.



Em 1994, realizou-se o I Parlamento Nacional de Deficientes (na foto)

Na Faculdade de Ciências

Semana do Ambiente até amanhã

A «Semana do Ambiente», promovida pelo Núcleo de Ambiente da Associação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, termina amanhã nas instalações da Faculdade, no Campo Grande.

Nesta iniciativa participam várias associações de defesa de ambiente, contribuindo com exposi-

ções e bancas, com toda a informação sobre o desenvolvimento do seu trabalho, com o objectivo de consciencializar a população em geral em relação a esta questão.

Está programado para amanhã um debate sobre «Experimentação e Comércio Animal», que se iniciará às 17.30h.



Em Loures, no Paz e Amizade

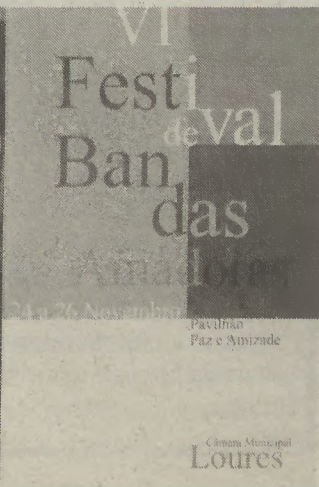
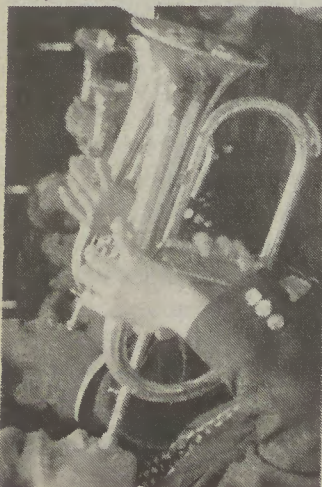
VI Festival de Bandas Amadoras

Tem início amanhã, sexta-feira, prolongando-se até domingo, o VI Festival de Bandas Amadoras, uma iniciativa da Câmara Municipal de Loures. A decorrer no Pavilhão Paz e Amizade, o Festival abre no dia 24, pelas 22 horas, com um desfile e exibição conjunta,

seguinte-se concertos no dia 25 (às 16.00 horas e às 21.00 horas).

No último dia, domingo, haverá igualmente concertos às 16.00 horas, estando o encerramento marcado para as 19.00 horas, com uma exibição conjunta.

O programa será preenchido com a actuação da Banda Academia Recreativa e Musical de Sacavém, as Bandas das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Fanhões, de Loures e do Zambujal, a Banda Associação Recreativa e Musical 1.º de Maio - Catujal, a Banda Ateneu Musical "La Lira" - Valência, a Banda Escola Juvenil do Concelho da Azambuja, a Banda Municipal do Funchal - Madeira, a Banda Musical de Ribadeo - Galiza, a Banda Recreativa de Buceias, a Banda Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivallense, a Banda Sociedade Musical Odivelense, a Banda União Musical de Benimodo - Valência.



CONSELHO EUROPEU

O Chefe do Governo espanhol e Presidente em exercício da União Europeia, Felipe Gonzalez, iniciou terça-feira, em Bruxelas e Paris, a ronda pelas capitais europeias de consultas preparatórias do Conselho Europeu de Madrid, que se reúne a 15 e 16 de Dezembro. Ontem, Gonzalez reuniu-se em Lisboa com o Primeiro-Ministro português, António Guterres.

A próxima Conferência Intergovernamental (CIG 96) para revisão do Tratado da União Europeia, que se inicia no primeiro semestre de 1996, o nome da futura moeda única europeia e as novas relações da UE com os países mediterrânicos, a América Latina e com os Estados Unidos, são algumas das propostas da presidência espanhola para a Cimeira.

Para o Conselho Europeu, está prevista também a assinatura de um acordo de cooperação com o Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

O Conselho Europeu é precedido pela Conferência Euro-Mediterrânea, que nos próximos dias 27 e 28 reúne, em Barcelona, os países comunitários e os da bacia do Mediterrâneo, com a intenção de estabelecer as vias de um novo relacionamento UE-Mediterrâneo. Também para antes da Cimeira, mas a 3 de Dezembro, está prevista a visita do Presidente norte-americano, Bill Clinton, a Madrid, onde deverá assinar com Felipe Gonzalez, em representação da UE, dois documentos que definirão as novas relações transatlânticas nos domínios político e económico.

ACORDO COM ISRAEL

A União Europeia e Israel assinaram segunda-feira um acordo de cooperação que vai enquadrar, nos próximos 12 anos, as relações políticas, económicas, comerciais e de cooperação entre ambos e visa, nomeadamente, a criação de uma zona de comércio livre euro-israelita. Na ocasião, o Primeiro-ministro israelita, Shimon Peres, salientou que a União Europeia "pode contribuir decisivamente para a transformação do Mediterrâneo e do Médio Oriente numa região de paz, de estabilidade e de prosperidade", desde que tenha presente que "não haverá qualquer possibilidade de desenvolvimento económico, sem uma abordagem regional".

Também o comissário europeu responsável pelas relações com os países mediterrânicos, Manuel Marin, sublinhou a importância da "integração económica regional para a paz e para a segurança".

O acordo euro-israelita prevê um desmantelamento progressivo dos obstáculos (direitos aduaneiros e outros) às trocas comerciais entre Israel e os Estados-membros da UE, bem como o reforço do diálogo político entre as duas partes e da cooperação nos domínios económico, científico, social e cultural.

Nos termos do acordo, a UE compromete-se ainda a apoiar financeiramente o desenvolvimento económico de Israel, país que terá acesso a uma parte dos 4,6 mil milhões de ecus (900 milhões de contos) de donativos que os líderes europeus aprovaram, na cimeira de Cannes, para os estados vizinhos da orla Sul do Mediterrâneo.

EMBARGO À NIGÉRIA

A União Europeia impôs um embargo à venda de armas e munições à Nigéria, entre outras sanções, por violação dos Direitos do Homem. A decisão, aprovada no início da semana em Bruxelas, condena ainda as execuções, a 10 deste mês, de nove activistas nigerianos dos direitos das minorias e dos direitos ambientais, incluindo o escritor Ken Saro-Wiwa.

A par do embargo sobre armas e munições, foram impostas restrições à concessão de vistos a membros da junta militar no poder na Nigéria e aos familiares respectivos, bem como a suspensão da cooperação europeia para o desenvolvimento deste país, um dos mais populosos de África, salvaguardando embora a possibilidade de derrogações em favor de programas para a promoção dos Direitos do Homem e da democracia, assim como projectos de combate à pobreza e destinados a satisfazer necessidades essenciais da população.

As medidas recém-aprovadas completam posições adoptadas, em 1993, na sequência do agravamento da situação política e social no país, incluindo a suspensão da cooperação militar, restrições às deslocações de militares e diplomatas nigerianos e as anulações de cursos de formação de pessoal e de visitas de altos dignitários nigerianos.

Na última semana, o Parlamento Europeu foi mais longe que o Conselho de Ministros da UE ao aprovar uma resolução em que se recomenda um embargo às compras de petróleo da Nigéria, hipótese que não recolheu a unanimidade entre os Estados-membros.

SEMINÁRIO EM ÉVORA

A Universidade de Évora promove, no próximo dia 30, um seminário sobre a Conferência Inter-Governamental de 1996, em que participam o ex-Ministro das Finanças, Braga de Macedo, o eurodeputado Sérgio Ribeiro e docentes universitários.

O seminário, que debaterá a coesão económica e social e a revisão do Tratado da União Europeia, é composto por duas sessões, a primeira das quais é dedicada à temática da União Monetária, os fundos estruturais e os problemas de financiamento da Convergência Real. «A dimensão social da coesão económica e as questões regionais» é o tema da segunda sessão.

Ensaio nucleares

França condenada na ONU por parceiros europeus

Dez dos 14 parceiros da França, entre os quais quatro membros fundadores da Comunidade Europeia - Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo -, aprovaram, na passada quinta-feira, um projecto de resolução das Nações Unidas condenando os ensaios nucleares franceses. Só o Reino Unido votou contra, como a França. A Alemanha, a Espanha e a Grécia optaram pela neutralidade, abstendo-se.

O projecto de resolução, que pede ainda a suspensão imediata dos testes nucleares franceses no Pacífico Sul, deve seguidamente ser apresentado para aprovação na Assembleia Geral da ONU.

O facto está a provocar uma verdadeira tempestade em França, com Jacques Chirac aparentemente disposto a entrar em conflito aberto com a maioria dos seus parceiros da União Europeia, por quem se sente traído e a quem acusa de hipocrisia.

Um dia após a condenação na ONU, Paris anunciou a anulação da cimeira anual franco-italiana prevista para os dias 24 e 25 de Novembro em Nápoles, e o Chefe de Estado, Jacques Chirac, adiou *sine die*, um encontro previsto para ontem com o chefe do governo belga, Jean-Luc Dehaene.

Não deixando dúvidas sobre as "razões" francesas, o porta-voz do governo, Alain Lamassoure, denunciou em Bruxelas, o que considera uma "afrenta à solidariedade europeia".

"Deploro o voto de alguns dos nossos parceiros europeus que são membros fundadores da União, da Aliança Atlântica e da UEO (União da Europa Ocidental)", disse, em declarações à margem do conselho dos ministros do Orçamento da União Europeia, no qual participava na capital belga, acrescentando que "este voto é tanto mais lamentável quanto é certo que a França multiplicou esforços para explicar a sua posição em matéria de testes nucleares".

Esta condenação da França não deixa de ser surpreendente, sobretudo se se tiver presente que ainda não há um mês a Comissão Europeia se pronunciou sobre o assunto, considerando que o reatamento dos testes atómicos na Polinésia francesa não viola as disposições do EURATOM. Uma decisão polémica, várias vezes adiada, mas

que acabaria por não provocar no Parlamento Europeu a onde de protestos que se previa.

Com efeito, a reacção da maioria dos eurodeputados foi bastante moderada, em nome de uma alegada "solidariedade" institucional aparentemente cada vez mais abalada.

Pelo contrário, o movimento ecologista "Greenpeace" instou o Parlamento Europeu a demitir a Comissão Europeia por não impedir a França de prosseguir com os ensaios nucleares em Mururoa, ou, em alternativa, a apresentar uma queixa contra o órgão executivo no Tribunal Europeu de Justiça por incumprimento de obrigações previstas no Tratado EURATOM, que regula o uso da energia nuclear na União Europeia.

Esta posição consta de um comunicado divulgado pela secção de Bruxelas do "Greenpeace", onde se afirma que "a Comissão Europeia cedeu à pressão francesa virando costas ao público europeu", e se classifica de "cães de colo do presidente Chirac" todos os membros, sem excepção, do colégio de comissários.

Para o movimento, a Comissão "foi incapaz", quando se reuniu a 23 de Outubro, a título extraordinário, para dar um parecer final sobre a legalidade dos testes franceses, "de exercer os seus poderes de protecção da saúde, segurança e am-

biente da população da Polinésia francesa".

Após ter conseguido fazer vingar as suas posições junto da Comissão Europeia, não é de estranhar que a França se sinta "traída" pela posição assumida pelos seus parceiros europeus no seio da ONU, a qual, por sua vez, coloca legítimas dúvidas sobre os reais motivos que lhe presidiram. Se é verdade que todos os Estados-membros que votaram este projecto de resolução condenam o recomeço dos ensaios nucleares franceses e não estão realmente satisfeitos com as conclusões da União Europeia, por que não se manifestaram então no colégio de Comissários?

Sabe-se que os países nórdicos e a Áustria estão desde o início na vanguarda da contestação ao recomeço das experiências nucleares, tal como se sabe quanto esta atitude desagrade a Jacques Chirac. Se a Comissão Europeia conseguiu, *in extremis*, evitar que isso transparecesse na sua posição, tal deve-se sem dúvida ao apoio implícito da Grã-Bretanha e da Alemanha, os outros dois "pesos pesados" da União Europeia, às posições francesas. Um apoio que, em sede da ONU, se revelou insuficiente, mesmo que a "rebelião dos pequenos países" possa destinar-se apenas para consumo interno e para apaziguar os ânimos antinucleares nos respectivos países.

Seja como for, a França, encarada como "demasiado arrogante", experimenta dificuldades, e não parece que as retaliações já anunciadas contribuam para as ultrapassar.

Uma questão filosófica

"Se a União Europeia existe? É uma questão filosófica" - as palavras são do ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hervé de Charette, na passada segunda-feira, à margem do Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos

"Quinze" em Bruxelas, ao ser questionado sobre as repercussões do isolamento da França na coesão da União.

A reunião serviu para atear ainda mais a fogueira da discórdia, com a França a acusar de hipócritas os dez países parceiros da União Europeia, incluindo Portugal, que subscreveram o projecto de resolução das Nações Unidas-ONU condenando a retoma dos ensaios nucleares franceses.

"Recusamos a hipocrisia", declarou, o ministro Hervé de Charette, falando em conferência de imprensa à margem da reunião.

Hervé de Charette considerou como um sinal de "muita hipocrisia" o facto de uma larga maioria de Estados-membros da União terem reconhecido numa reunião dos "quinze", em Madrid, horas antes do controverso voto em comissão da ONU, que "as forças nucleares da França e do Reino Unido contribuem para a segurança da Europa ocidental" para, horas depois, subscreverem "uma declaração da ONU que põe em causa a dissuasão nuclear", disse.

"Para haver dissuasão são necessários testes (atómicos)", defendeu Hervé de Charette, para quem os "dez" Estados-membros subscretores em causa mostraram "falta de solidariedade" para com a França.

Sem explicitar quando e onde o ministro francês indicou que a França protestara junto dos governos belga e italiano. "A França deu a conhecer os seus sentimentos e decepção", referiu.

Excluindo a possibilidade de uma "crise europeia" despoletada pela questão nuclear, o chefe da diplomacia francesa sustentou no entanto haver "uma forte necessidade de clarificação" dos temas relacionados com a defesa e a segurança europeias, sugerindo a inscrição destes temas na agenda das reuniões de Chefes de Estado e de Governo da UE sobre a reforma do Tratado de Maastricht (conferência intergovernamental), a partir de 1996.

Carlos Carvalhas no Parlamento Europeu

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, deslocou-se durante a passada semana a Estrasburgo, onde decorria mais uma sessão plenária do Parlamento Europeu, a fim de participar numa reunião com o grupo parlamentar do qual o PCP faz parte e de se encontrar com o presidente daquela instituição.

Na reunião que teve com o grupo - o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica (CEUE/EVN) que, além do PCP, é constituído por mais sete componentes de sete países, num total de 33 eurodeputados -, Carlos Carvalhas fez uma exposição sobre a actual situação política em Portugal, a nova composição da Assembleia da República ditada pelos resultados eleitorais, o novo Governo, e sobre as perspectivas de intervenção do PCP.

Posteriormente, seguiu-se um período de perguntas dirigi-

das pelos vários deputados presentes ao secretário-geral do PCP e que incidiram, essencialmente, sobre aspectos bastante concretos da realidade portuguesa e da intervenção e acção do PCP.

No dia seguinte, no encontro que manteve com o presidente do Parlamento Europeu, Klaus Hänsch, Carlos Carvalhas teve a oportunidade de lhe transmitir algumas das preocupações fundamentais do PCP no que diz respeito à política europeia, como seja a subalternização das questões sociais face à estratégia que impõe os critérios de convergência nominal, que não têm em conta as especificidades e reais necessidades de cada país.

O secretário-geral do PCP, durante a sua estadia em Estrasburgo, acompanhou a actividade do colectivo do Partido que trabalha no Parlamento Europeu.

França

A política de direita do governo de Paris está a provocar uma onda de lutas por todo o país. Terça-feira os estudantes descenderam à rua numa grande manifestação nacional em Paris e nas principais cidades. As Universidades encontram-se em luta há várias semanas, com os estudantes a reclamar meios suplementares e melhores condições de trabalho. As principais centrais sindicais apelaram por sua vez a uma jornada de luta a ter lugar sexta-feira. Será também um movimento de protesto a nível nacional contra as recentes medidas anunciadas por Alain Juppé no âmbito da reforma do sistema social francês. Os caminhos-de-ferro e outros transportes colectivos deverão paralisar, o que não deixará de afectar a actividade do país no próximo dia 24. Os funcionários públicos são também chamados a aderir a um movimento de greve para defenderem o seu estatuto de reforma que se encontra igualmente ameaçado.

Rússia

Segundo uma sondagem agora publicada pelo jornal "Izvestia", o Partido Comunista da Rússia está a subir nas perspectivas de voto para as eleições legislativas de 17 de Dezembro. As sondagens apontam actualmente para os 23%, contra os 18% previstos em Setembro. O partido do ultranacionalista Jirinovski, que obteve 23% dos votos nas últimas eleições legislativas, fica-se actualmente, nas previsões de voto, pelos 5%.

Nuclear

O governo francês designou como falta de solidariedade a posição assumida por dez dos países da União Europeia que votaram na ONU a favor de uma resolução exigindo a "imediate suspensão" dos ensaios nucleares franceses e chineses. Esta resolução foi adoptada pela comissão de desarmamento e de segurança da ONU e deverá ser apresentada no próximo mês na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Itália

Dezenas de milhar de pessoas participaram em duas manifestações, na cidade de Turim, contra o racismo e de protesto contra a entrada em vigor do decreto-lei contra a emigração clandestina. As manifestações foram convocadas pelas centrais sindicais e pelas organizações juvenis, e contaram com o apoio dos principais partidos políticos italianos, à excepção da Liga do Norte e da Aliança Nacional.

Apontamento sobre Portugal, a NATO e a Bósnia

■ Rui Fernandes

Está prestes a fazer um ano que se fala da constituição de uma força multinacional para operar na Bósnia.

O quadro de intervenção desta força - que começou por ser da NATO, passou posteriormente a ser da ONU e é agora da NATO -, visa garantir eventuais acordos de paz. Mas outra versão é a de que esta força (com cerca de 60.000 homens) tem por objectivo dar cobertura à retirada das forças que lá se encontram actualmente. E é de referir que, segundo notícias vindas a público, dos 60.000 homens envolvidos na operação 40.000 serão operacionais, isto é, sem missões de logística.

Esta força será estruturada com base em três grandes Divisões multinacionais.

Portugal terá disponibilizado um batalhão da Brigada Aerotransportada que muito provavelmente irá integrar a Divisão francesa.

Não vamos aqui aprofundar como nasceu o conflito e os dois pesos e duas medidas que

têm sido utilizados ao longo do tempo, mas tão-só relevar quatro aspectos, a saber:

Um primeiro aspecto a realçar, por estar ainda pouco claro, é qual é o objecto desta força multinacional.

Se é para participar na implementação dos acordos de paz, então é necessário que estes existam, coisa que ainda não acontece. Então porquê falar, vai para um ano, na constituição de uma força multinacional com 60.000 homens?

Um segundo aspecto a anotar tem sido o sucessivo matraquear relativamente à participação portuguesa.

Poder-se-ia dizer que temos estado a assistir a um profundo trabalho de adaptação das consciências nacionais, ao intento de que os militares portugueses participem numa operação que envolve alto risco, visando amolecer a capacidade de indignação, se vier a verificar-se esse envolvimento.

Um terceiro aspecto é que não é indiferente que essa força opere no quadro da ONU ou da NATO.



Refugiados. Um dos dramas da guerra

Estando agora certo de que é no quadro da NATO, tal implica que seja Portugal a pagar os custos financeiros da sua participação e esses custos serão avultadíssimos.

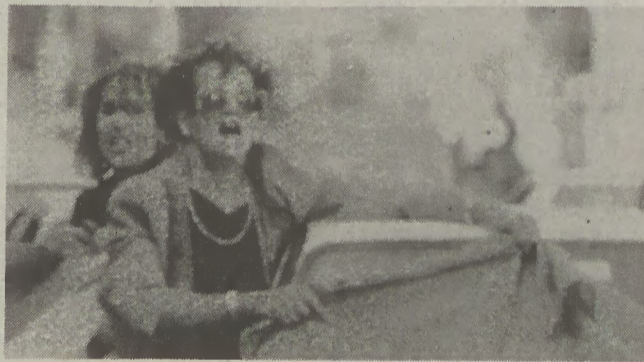
No plano político, a verificar-se a necessidade de mais forças visando dar cumprimento a acordos de paz que venham a ser conseguidos, deveria ser sob a égide da

ONU que tal força deveria ser constituída, reforçando assim o contingente de capacetes azuis que já se encontram no terreno. Tal não acontece porque a ONU, estrutura vocacionada para a paz e a segurança internacional, está amarrada pelas grandes potências, nomeadamente os EUA.

Um quarto e último aspecto para realçar a oposição do PCP

ao envolvimento das FAs portuguesas em acções militares fora do território nacional e a posição de que a solução dos problemas na ex-Jugoslávia só é possível no quadro de negociações políticas pacíficas e equitativas e não no quadro de operações militares que podem redundar numa nova escalada do conflito.

Argélia A derrota dos fundamentalistas



A festa da vitória nas ruas de Argel

Os argelinos festejaram nas ruas de todas as grandes cidade do país os resultados das eleições presidenciais. Uma afluência massiva às urnas - o que, face às ameaças dos fundamentalistas, constitui em si uma vitória da democracia -, a eleição na primeira volta do primeiro presidente eleito num processo pluralista.

A taxa de participação nas eleições foi de 74,92%. Liamine Zeroual foi eleito com 61,34% dos votos. O candidato do Hamas obteve 25,38% dos sufrágios.

As primeiras eleições legislativas pluralistas

realizaram-se em Dezembro de 1991. Marcadas por uma grande abstenção (mais de metade do eleitorado), deram a vitória aos candidatos da Frente Islâmica de Salvação (FIS), com 25% dos votos. O escrutínio foi então anulado, mas ficou assim aberto um período particularmente dramático da história da Argélia independente.

Os resultados destas eleições representam de facto uma viragem na vida política do país. Mas apenas como ponto de partida. Na verdade, todos os graves problemas que marcam a vida da Argélia, permanecem inteiros.

Chipre PCP saúda Congresso do AKEL

O 18º Congresso do Povo Trabalhador de Chipre (AKEL) realizou-se entre os dias 16 e 19 de Novembro. O PCP fez-se representar pelo camarada Carlos Aboim Inglez, membro do Comité Central e da Comissão Central de Controlo.

Na saudação enviada ao AKEL pelo CC do PCP, que aqui reproduzimos no essencial, é dado particular destaque à análise da actual situação internacional.

"O vosso Congresso tem lugar num momento particularmente complexo da situação internacional, que coloca perante os comunistas tarefas particularmente exigentes. O desaparecimento da URSS e do socialismo como sistema mundial alterou profundamente a correlação de forças no mundo. Sob a hegemonia dos EUA, o imperialismo procura impor a todo o planeta a

sua chamada "nova ordem mundial", que na prática tem aumentado a desordem e servido apenas para reforçar o carácter explorador, opressor e agressivo das grandes potências, como é o caso próximo da ex-Jugoslávia, agora com a perigosa intervenção da NATO. O grande capital desencadeia uma ofensiva geral contra os direitos e conquistas sociais e democráticas

dos trabalhadores e dos povos e a independência de estados soberanos. A ONU tem sido instrumentalizada e desviada dos princípios da sua Carta, sob a influência das grandes potências, que bloqueiam e adiam a resolução de tão gritantes injustiças como a divisão de Chipre pela ocupação de uma parte do país pela Turquia. Sob o impacto negativo da degradação da situação social e da democracia política, crescem as forças da extrema-direita, do chauvinismo, do racismo e do fanatismo religioso.

"Todavia, em todo o mundo os trabalhadores e os povos não se conformam, desenvolvendo importantes lutas pelos seus interesses vitais, direitos

e conquistas, contra as intervenções militares e as imposições económicas e políticas, pela democracia e o progresso social, o desarmamento e a paz. O socialismo não morreu, prossegue a sua construção com a experimentação de novos métodos em diversos países do mundo, e observa-se a tendência para o reforço de diversos partidos comunistas e o avanço da sua cooperação com outras forças progressistas e democráticas.

"Nós, comunistas portugueses, prosseguimos com determinação e confiança a luta por uma viragem democrática na vida nacional, contra as imposições supranacionais da União Europeia e da NATO, por uma política orientada

pelos interesses dos trabalhadores, da democracia e da independência nacional, por uma Europa de paz, progresso e cooperação".

Em conclusão, afirma-se na saudação do PCP: "A nossa luta, vemo-la inscrita no processo mundial de emancipação social e nacional. Considerando de decisiva importância a luta em cada país, consideramos simultaneamente que o fortalecimento da solidariedade internacionalista dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos é de capital importância para o êxito de todos e de cada um na luta pelo progresso social, a democracia, a paz e o socialismo".

Polónia A derrota de Walesa

A derrota de Lech Walesa nas eleições presidenciais polacas representa um claro repúdio popular pelo violento processo de restauração capitalista, alheado de quaisquer considerações sociais, e pelo estilo profundamente autoritário que o ex-presidente sempre imprimiu à sua actuação política. Tendo em conta o papel que desempenhou na história recente da Polónia, a sua queda representa de facto uma viragem na vida do país.

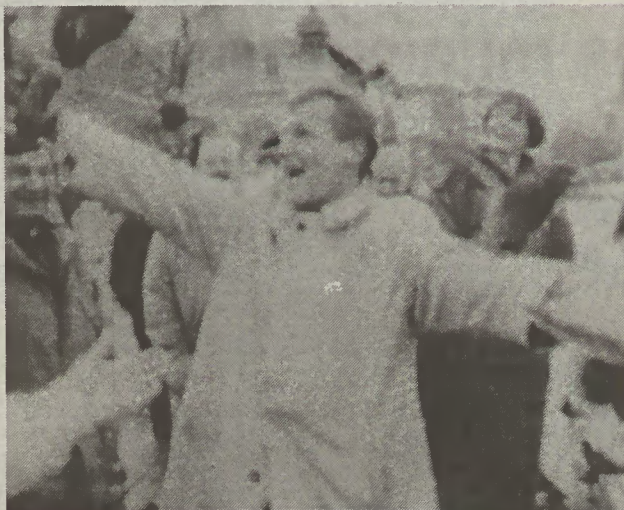
Kwasniewski, candidato da Aliança da Esquerda Democrática, venceu com 51,72% dos votos, contra os 48,28% obtidos por Lech Walesa. Resultado eleitoral que confirma o avanço da esquerda já registado nas eleições legislativas de Setembro de 1993. Uma esquerda empenhada num processo contraditório, que não recusa o processo de privatização e mesmo uma futura pertença da Polónia à NATO, mas que surge como alternativa a um poder profundamente autoritário e indiferente aos custos sociais da orientação política que Walesa imprimiu ao país.

Se os actuais resultados económicos são salientados como um êxito, tudo indica que as populações polacas terão uma opinião diversa. Nos dois últimos anos, o país registou taxas de crescimento da ordem dos 5% ao ano, mas simultaneamente aprofundaram-se as diferenças entre regiões, as zonas rurais foram abandonadas, registando taxas de desemprego de 25%, a instabilidade laboral passou a fazer parte da realidade polaca e os sectores mais vulneráveis da população, como é o caso dos reformados, foram brutalmente atingidos.

Não é esta a perspectiva de

futuro que os polacos desejam para o seu país, e não será de mais assinalar que foi em boa parte o eleitorado mais jovem que deu a vitória a Aleksander Kwasniewski.

A derrota que atinge agora Walesa, atinge em igual medida a direita polaca e em particular a Igreja católica. Desde os tempos em que se afirmou com a imagem do sindicalista empenhado na defesa de interesses dos trabalhadores, Walesa foi sempre inequivocamente apoiado pela Igreja. Nestas eleições, a Igreja não se poupou a esforços para apoiar o ex-presidente e ignorou mesmo todas as regras da democracia. O cardeal Glemp, arcebispo de Varsóvia e primaz da Polónia, declarou, no próprio momento de depositar o voto na urna, que a escolha nestas eleições se fazia entre "duas pessoas e dois sistemas de valores: uma escolha entre os valores cristãos e um sistema que chamaria de neopaganismo". O arcebispo de Lublin, em comunicado divulgado na



Kwasniewski derrotou Walesa

véspera da segunda volta das eleições, convidava a "votar num católico". Na verdade, os púlpitos das igrejas serviram como centros de propaganda pró-Walesa. Os resultados eleitorais indicam que muitos foram os católicos que recusaram os conselhos da sua Igreja.

Em vésperas desta segunda volta eleitoral, o ex-presidente - especializado na guerrilha contra o Parlamento eleito em 1993 - veio ameaçar que dis-

solveria a Assembleia legislativa, logo após a sua (não alcançada) vitória. Antecipando assim - sem qualquer base constitucional - um processo eleitoral que só deverá decorrer em 1997. Uma ameaça que confirma o trajecto autoritário do ex-presidente e de alguma forma alerta para os processos a que a direita polaca não terá pejo em recorrer para pôr em causa a viragem que o povo polaco acaba de consagrar nas urnas.

Coreia

O antigo ditador sul-coreano, Roh Tae-woo, foi preso por corrupção. Roh reconheceu publicamente ter amealhado 650 milhões de dólares de fundos secretos e ter utilizado ilegalmente 470 milhões com fins políticos. Obrigado, em 1993, pelo protesto popular, a demitir-se e organizar eleições gerais, tentou manter-se de facto no poder, financiando alternadamente os dois partidos políticos da oposição na época.

Grã-Bretanha

John Major deverá anunciar em breve reformas constitucionais para a Escócia, segundo o jornal "The Independent". Rejeitou, entretanto, as propostas do Partido Trabalhista de criação de um Parlamento escocês.

Irlanda do Norte

Londres decidiu libertar oitenta e quatro presos lealistas e republicanos da prisão de alta segurança de Belfast.

Nazi

O antigo oficial das SS, Erich Priebke, acusado do massacre das fossas Adreatinas em Roma, em 1944, regressou a Itália depois de ter sido extraditado da Argentina.

Terrorismo

Cem quilos de explosivos foram descobertos nos arredores de Roma. A polícia admite que se destinavam a um atentado na capital. Esta descoberta vem na sequência da prisão de mafiosos de Palermo implicados em atentados em Roma, Milão e Nápoles, em 1993.

IS

O presidente da Internacional Socialista (IS), Pierre Mauroy, felicitou Aleksander Kwasniewski pela vitória na eleição presidencial da Polónia.

"Em meu nome pessoal e em nome da Internacional Socialista, quero felicitá-lo calorosamente pelo enorme êxito que conseguiu na segunda volta das eleições presidenciais polacas", escreveu Mauroy em comunicado.

Vaivém

O vaivém espacial norte-americano Atlantis aterrou na pista do Centro Kennedy, de Cabo Canaveral, no termo de uma missão durante a qual esteve três dias acoplado à estação orbital russa Mir.

"Bem-vindos no vosso regresso à Terra e felicitações pela missão cumprida com sucesso", disse à tripulação o centro de controlo de Cabo Canaveral. A missão da Atlantis e dos seus cinco tripulantes - quatro norte-americanos e um canadiano - durou uma semana. Foi a segunda vez em quatro meses que a aeronave se juntou à estação Mir. O lançamento da Atlantis para o espaço deu-se no passado dia 12.

Delegação do PC da China concluiu visita a Portugal

Conforme noticiámos no último "Avante!", esteve em Portugal, de 14 a 19 de Novembro, a convite do PCP, uma delegação do Partido Comunista da China (PCCh), dirigida por Wei Jianxing, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do PCCh e que integrava ainda Hwan Guoying, vice-ministra do Departamento de Relações Internacionais do Comité Central (CC) do PCCh, e Chen Guangwen, sub-secretário do Comité Municipal do PCCh de Pequim.

Num comunicado de balanço da visita, o Gabinete de imprensa do PCP refere as conversações realizadas entre a delegação do PCCh, e "uma

delegação do PCP composta por Carlos Carvalhas, Secretário-geral, Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, Albano Nunes, membro do Secretariado, e José Neto, membro do CC e do Conselho Nacional". Durante as conversações "foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos respectivos países, a actividade dos dois partidos e questões de actualidade da situação internacional".

"As duas delegações expressaram a sua satisfação pelo desenvolvimento das relações de amizade e cooperação fraternal entre o PCP e o PCCh e

consideraram iniciativas com vista ao seu fortalecimento no interesse da amizade entre os dois povos e países e da causa comum do progresso social, do socialismo e da paz", sublinhava-se no comunicado.

"Durante a sua estadia, a delegação chinesa contactou directamente com a realidade portuguesa e a actividade do PCP, tendo-se encontrado com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Setúbal, visitado a Câmara Municipal do Seixal, realizado um encontro com quadros do PCP no Fórum Cultural do Seixal, efectuado uma visita à fábrica IPOCORK no concelho da Feira. Na sua deslocação ao Porto foi recebida pela Direcção

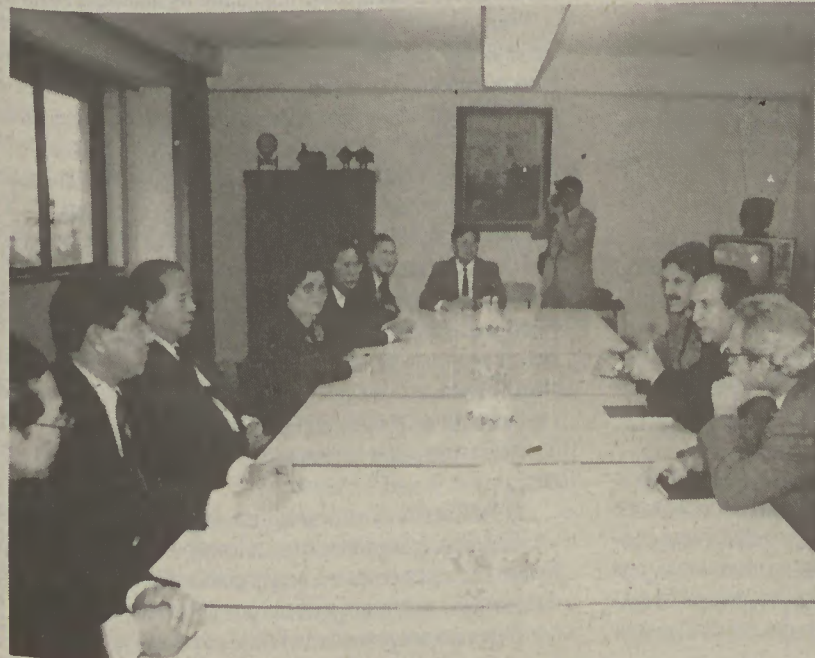
da Organização Regional do Porto e efectuou visitas de interesse cultural" - refere ainda a nota do Gabinete de Imprensa.

Um ponto alto desta visita foi o encontro com quadros do PCP no Seixal, em que estiveram presentes cerca de 200 camaradas, e o tempo disponível acabou por se revelar insuficiente para o esclarecimento das inúmeras questões levantadas pela delegação chinesa.

De destacar igualmente o encontro com a DORS, em que a delegação chinesa manifestou grande interesse em conhecer as formas como o PCP se organiza nos sindicatos, nas autarquias, nas empresas, como desenvolve a sua acção de massas.

Os membros da delegação foram recebidos pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro e efectuaram uma visita à Assembleia da República onde se encontraram com o respectivo Presidente e com a Direcção do Grupo Parlamentar do PCP.

Nas conversações finais sublinhou-se que os objectivos da visita foram plenamente alcançados. Como contributo para uma aproximação entre os dois partidos e um passo no conhecimento de realidades diversas que, no caso da China, englobam um processo de profundas transformações (iniciado em 1979), eivado de múltiplas dificuldades.



Encontro, no Porto, entre as delegações do PCP e do PC da China



Encontro no Seixal

"O objectivo político é derrotar o candidato da direita"

Jerónimo de Sousa é o candidato apresentado pelo PCP para as próximas eleições presidenciais. Uma candidatura que pretende a derrota do candidato da direita e o debate de ideias em torno de quatro áreas fundamentais: União Europeia, direitos laborais e sociais, concentração da riqueza e exclusões sociais, reforma democrática do Estado. Uma forma diferente de ver o papel do Presidente da República, explicada ao «Avante!» pelo candidato comunista, numa entrevista onde se marcam as diferenças em relação aos outros candidatos e se explica o próprio papel da candidatura. Uma confirmação fica feita nas palavras de Jerónimo de Sousa: «os comunistas no dia 14 de Janeiro vão, de certeza, votar para que a democracia saia reforçada».

Desde que o Partido anunciou a tua candidatura já o explicaste várias vezes, mas será inevitável perguntar: que motivos levaram o PCP a apresentar uma candidatura própria à Presidência da República?

Foi o resultado da análise e da apreciação que a Direcção do Partido fez aos resultados das eleições legislativas de Outubro e à importância assumida pelas eleições presidenciais após a definição das candidaturas que vieram a apresentar-se no terreno. A candidatura de Cavaco Silva, em particular, é, na análise da Direcção do Partido, uma tentativa de um certo ajuste de contas pela derrota que lhe foi infligida em 1 de Outubro e de reabilitar a política de direita, apoderando-se dum importante órgão de soberania.

O Presidente da República terá poderes limitados para conseguir tal objectivo.

Não estou de acordo. No quadro do sistema misto parlamentar-presidencial, a Presidência da República tem grande importância. Tanto mais importância quanto estão hoje na ordem do dia grandes questões europeias, como a possibilidade de uma Conferência Intergovernamental poder reconsiderar as orientações leoninas do Tratado de Maastricht; a Moeda Única com as consequências que pode ter para o nosso país e também as questões relacionadas com a realização de um referendo em Portugal, tendo em conta a eventual revisão do Tratado de Maastricht.

Dizes isso na perspectiva de o futuro Presidente da República ter influência decisiva nessas matérias?

Tem um papel importante a desempenhar. Na própria capacidade de decisão para a realização de uma proposta de revisão extraordinária da Constituição apresentada pelo PCP na Assembleia da República e onde se prevê a possibilidade de realização deste referendo - o Presidente da República não terá um mero papel de ratificação, terá poder para decidir.

Os poderes do Presidente

Mas em matéria europeia, excluindo esta questão do referendo, a maior parte dos poderes do Presidente da República são extremamente limitados.

Não. É importante sublinhar que uma das prerrogativas do Presidente da República é a de garantir a independência nacional e a nossa soberania. Este é um poder real que pode ser protagonizado através de um exercício de mandato que não se limite a ser o de um «jarrão decorativo». O Presidente da República deve aplicar e exercer os direitos e poderes que a Constituição lhe atribui.

Os motivos da apresentação da tua candidatura não se limitam às questões europeias.

Estava a apresentá-lo quando, entretanto, colocaste outras questões. O Partido considerou que as eleições legislativas tiveram como resultado mais destacado a expressão de um grande sentimento e desejo de mudança do nosso povo. Nesse sentido uma vitória de Cavaco Silva que o levasse a apoderar-se de um cargo como o da Presidência da República viria ao arrepio desse sentimento.

Pelo que Cavaco Silva representa pelo seu passado ou também pelo que poderá fazer no futuro?



Cavaco Silva, como candidato da direita, iria exercer o mandato de Presidente de acordo com os interesses da direita que o elegeria

ção de promovermos um grande debate de ideias, que transforme tudo isto num processo e não apenas num acto, em que se escolhe alguém para Presidente da República, sem se saber bem como nem porquê.

A minha candidatura não é uma candidatura instrumental, não é uma candidatura ajudante seja de quem for. Está, de qualquer modo, determinada pelo objectivo político atrás explicado: derrotar o candidato da direita e dar expressão ao sentimento e às esperanças de mudança.

O PCP e as presidenciais

Poderá o Partido adoptar posições diferenciadas em relação à tua efectiva ida às urnas, conforme a análise que fizer sobre o decorrer da campanha eleitoral e do processo que se desenvolve até às eleições?

Analisemos a postura do Partido Comunista Português em todas as quatro eleições presidenciais passadas: o nosso partido nunca teve a este respeito uma visão facciosa, sectária, colocando-se sempre numa posição de defesa e reforço da democracia. Fé-lo, indo ou não às urnas, mas assegurando sempre a contribuição dos comunistas para derrotar os candidatos da direita. Foi sempre com a contribuição dos comunistas - por

Também pelo que poderá fazer. Não é por acaso que ele, numa entrevista à televisão, afirmava qualquer coisa como «os Governos governam mais para quem os elegeram». Isto significa que Cavaco Silva, como candidato da direita, iria exercer o mandato de Presidente mais de acordo com os interesses da direita que o elegeria do que com a perspectiva de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República.

Dá a necessidade da tua candidatura? A Direcção do Partido considerou fundamental a apresentação de uma candidatura com o objectivo político de derrotar o candidato da direita.

Ou seja, o objectivo político não é ganhar as eleições.

Exige-se uma resposta complementar pois há, no entanto, outra candidatura no terreno, a de Jorge Sampaio. Se nós consideramos como objectivo político a derrota de Cavaco Silva, também é verdade que nós nos revemos na candidatura de Jorge Sampaio. Há diferenças...

As questões da União Europeia.

Sobretudo essas, mas também a própria matéria respeitante à concentração da riqueza e das exclusões sociais. É evidente que no discurso de Jorge Sampaio essa componente está hoje muito presente, mas nós comunistas não nos limitamos a tratar das consequências, preferimos ir às causas. As da exclusão social estão ligadas ao processo de concentração da riqueza, hoje agravado pelo processo privatizador e pelas benesses aos grandes senhores do dinheiro. Aqui existem de certeza grandes diferenças de opinião entre nós e Jorge Sampaio. Tal como haverá divergências em relação à defesa do aparelho produtivo, ao modo de relançamento da nossa economia, etc.

Em relação à pergunta que colocaste sobre o resultado eleitoral, há que, para além do desfecho destas eleições, colocar e priorizar a inten-

ção de promovermos um grande debate de ideias, que transforme tudo isto num processo e não apenas num acto, em que se escolhe alguém para Presidente da República, sem se saber bem como nem porquê.

A minha candidatura não é uma candidatura instrumental, não é uma candidatura ajudante seja de quem for. Está, de qualquer modo, determinada pelo objectivo político atrás explicado: derrotar o candidato da direita e dar expressão ao sentimento e às esperanças de mudança.

A Direcção do Partido considerou fundamental a apresentação de uma candidatura com o objectivo político de derrotar o candidato da direita.

Ou seja, o objectivo político não é ganhar as eleições.

Exige-se uma resposta complementar pois há, no entanto, outra candidatura no terreno, a de Jorge Sampaio. Se nós consideramos como objectivo político a derrota de Cavaco Silva, também é verdade que nós nos revemos na candidatura de Jorge Sampaio. Há diferenças...

As questões da União Europeia. Sobretudo essas, mas também a própria matéria respeitante à concentração da riqueza e das exclusões sociais. É evidente que no discurso de Jorge Sampaio essa componente está hoje muito presente, mas nós comunistas não nos limitamos a tratar das consequências, preferimos ir às causas. As da exclusão social estão ligadas ao processo de concentração da riqueza, hoje agravado pelo processo privatizador e pelas benesses aos grandes senhores do dinheiro. Aqui existem de certeza grandes diferenças de opinião entre nós e Jorge Sampaio. Tal como haverá divergências em relação à defesa do aparelho produtivo, ao modo de relançamento da nossa economia, etc.

Em relação à pergunta que colocaste sobre o resultado eleitoral, há que, para além do desfecho destas eleições, colocar e priorizar a inten-

ção de promovermos um grande debate de ideias, que transforme tudo isto num processo e não apenas num acto, em que se escolhe alguém para Presidente da República, sem se saber bem como nem porquê.

A minha candidatura não é uma candidatura instrumental, não é uma candidatura ajudante seja de quem for. Está, de qualquer modo, determinada pelo objectivo político atrás explicado: derrotar o candidato da direita e dar expressão ao sentimento e às esperanças de mudança.

Revisão Constitucional

O próximo mandato do Presidente da República inclui, pelo menos, um período ordinário de Revisão Constitucional. Entre os temas que na altura se debaterão, estará certamente o da redução ou aumento dos poderes presidenciais. O PCP pensa que esses poderes devem ser aumentados, diminuídos ou mantidos como estão?

Temos a ideia que a estabilidade constitucional também é um valor em si. Sendo uma Lei, feita por homens, não será um documento perfeito, certamente poderá necessitar de ajustes. Isso não significa a sua destruição ou perversão. Os indícios que tivemos na anterior legislatura foram de a direita, particularmente o PSD e o CDS/PP, procurarem uma revisão que vise o tal afeiçãoamento da Lei Fundamental mas a sua perversão e descaracterização. Contra isso está o PCP.

Isso em matérias económicas. E em matérias de configuração do próprio regime. Lembro o caso concreto das leis eleitorais. Em relação ao candidato Cavaco Silva as coisas, a este respeito, são mais claras porque o presidente do PSD subverteu o projecto de revisão constitucional do seu partido, onde para além de restrições de direitos económicos e sociais, visava-se alterar a configuração do próprio regime. Em relação à candidatura de Jorge Sampaio existe pouca nitidez, particularmente em relação às leis eleitorais.

O PCP aceita discutir modificações nas actuais leis eleitorais. Concretiza. Seguimos é um princípio fundamental: assegurar de forma clara e democrática a proporcionalidade da eleição. Essa é uma questão central que a direita procura perverter.

E quanto aos poderes do Presidente da República?

Com a nossa candidatura os votos dos comunistas não serão votos silenciosos. Serão votos conscientes, votos que falam

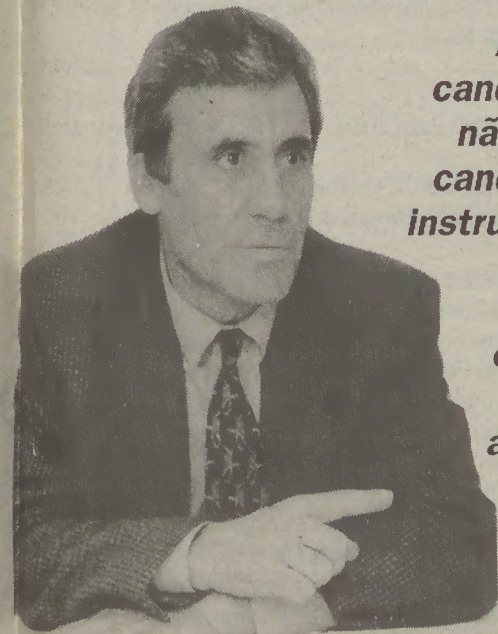
Pensamos que a Constituição está suficientemente equilibrada, poderá exigir um ou outro afeiçãoamento, mas não devem ser modificadas as traves mestras que hoje existem.

Exclusão social e concentração da riqueza

Esses poderes dão poucos instrumentos ao Presidente para actuar em temas centrais da tua campanha, como, insiste-se, nas matérias económico-sociais.

Volto a sublinhar o que já disse: não queremos que o Presidente da República governe mas queremos que defenda, cumpra e faça cumprir a Constituição. Estamos a falar de coisas muito concretas consagradas na Lei Fundamental. Quando se diz que o Presidente da República deve garantir a independência e a soberania nacional, não se fala de matéria formal, fala-se, por exemplo, de matéria económica. Esse é, para nós, assunto fundamental. Se nós assistimos à destruição do aparelho produtivo, das nossas pescas, da nossa agricultura, é evidente que esse facto não corresponde ao projecto consagrado na Constituição nem ao juramento solene que o Presidente da República faz de cumprir e fazer cumprir a Constituição. A defesa da nossa independência nacional é também a defesa dos nossos interesses e é uma batalha que também compete ao Presidente em matérias de União Europeia.

Recordo a Moeda Única sobre a qual vemos o Governo mostrar-se disponível para aceitar com alguma facilidade os prazos e calendários da Convergência Nominal, independentemente das consequências. Nós não estamos de acordo com estes prazos leoninos nem com a secundarização da coesão económica e social, da convergência real das economias.



A minha candidatura não é uma candidatura instrumental, não é uma candidatura ajudante seja de quem for

Presume-se que a candidatura de Jorge Sampaio está de acordo com essas exigências?

Eis uma pergunta que pressupõe um argumento que dá força a esta candidatura: aqui está uma zona de pouca nitidez da candidatura de Jorge Sampaio... a exigir respostas e debate.

Ainda sobre matéria europeia: a candidatura do PCP vai colocar a questão de «qual é a Europa que estamos a construir?». A dimensão social da Europa tem sido secundarizada, maltratada. Se repararmos no Tratado de Maastricht, as questões sociais são tratadas em protocolo e nem sequer são parte integrante do próprio Tratado. Nós pensamos que sem dimensão social não há progresso nem há desenvolvimento. Nesse sentido valorizamos muito os direitos sociais e laborais, particularmente em relação ao emprego, aos salários, aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Estes e a exclusão social, associada ao aumento da concentração da riqueza, serão temas centrais da minha campanha. Já começamos a ouvir muitas vezes preocupadas com o aumento de fenómenos de exclusão social mas só as vozes do PCP, do Movimento Sindical, de organizações representativas de trabalhadores, agricultores e reformados é que têm colocado o dedo na ferida. É que não basta olhar para as exclusões sociais com um sentimento de caridade mas sim atacar as causas, analisando-as e denunciando-as e propondo uma nova política, uma política de esquerda. Por isso, quando criticamos as privatizações não estamos só a



**Texto: Pedro Tadeu
Fotos: Jorge Caria**

não tenho na agenda um único dia livre de iniciativas de campanha até à data das eleições, para além de outras iniciativas do Partido.

Como comentas o apoio de «Os Verdes», habituais parceiros do PCP na CDU, à candidatura de Jorge Sampaio?

Quero lembrar que a decisão do Partido foi autónoma, não consultámos nem tínhamos que consultar os nossos amigos de «Os Verdes», independentemente do bom relacionamento que existe e certamente continuará a existir. Compreendemos perfeitamente a posição desse partido e consideramos que não constituirá factor de perturbação nas nossas relações.

O voto comunista

No princípio desta conversa falaste de uma campanha para as legislativas ter sido muito

falar por falar. É evidente que quando se entrega o melhor património público e empresarial às grandes multinacionais, aos velhos senhores que mandaram em Portugal durante 48 anos, originam-se desequilíbrios e maiores fossos entre os dois pólos da sociedade portuguesa.

Branqueamento de Cavaco

Os outros dois candidatos argumentarão, eventualmente, que socialmente tudo isto teve alguns custos mas para a macroeconomia os resultados foram positivos e o processo está a resultar.

A grande diferença é que o nosso Partido pensa que quaisquer medidas económicas devem ter como destinatários as pessoas. O que verificamos, infelizmente, é geralmente tender-se a privilegiar o lucro e não a dimensão social da economia. Com grande espanto ouvimos há dias Cavaco Silva a falar da falta de concretização do terceiro «D», o do desenvolvimento, como se não tivesse nada a ver com os últimos dez anos de Governo.

Falta de memória?

É antes uma espantosa operação de fabrico de um «novo» Cavaco Silva, de branqueamento do seu passado, de desresponsabilização duma governação que foi derrotada nas últimas eleições. Querem fazer crer aos portugueses que foi precisa essa derrota para que ele fosse «reconvertido». Não é verdade. Ele tenta apenas libertar-se desse passado, apresentar-se como podendo ser o Presidente de todos os portugueses. Não o pode ser pelas razões do passado e por continuar a defender um projecto político que em nada foi alterado.

Falaste há pouco da importância da estabilidade constitucional. Nesta pré-campanha já se discute o papel do Presidente da República como garante, ou não, da estabilidade governativa. Em que casos deve um Presidente da República considerar a dissolução da Assembleia da República ou a demissão de um Governo?

Quando se verifique uma situação de crise institucional ou de crise social. Quando o PCP reclamou a demissão do Governo de Cavaco Silva e a dissolução da Assembleia, não foi por gostar pouco ou nada desse Governo. Foi por causa da situação social e do confronto institucional que se verificou. Lembro as acusações sistemáticas do Governo de Cavaco Silva em relação aos órgãos de soberania que o fiscalizavam, dando origem à célebre expressão «forças de bloqueio» com que os designou. Quando houver uma crise institucional e social o Presidente da República deve usar todos os mecanismos constitucionais que existem para a debelar, incluindo o poder de demissão do Governo e dissolução da Assembleia da República. Evidentemente sem banalizar, ou apenas por razões de circunstância, mas tendo em conta o funcionamento do próprio sistema. Utilizar esses poderes, se servir os interesses nacionais, não será drama nenhum, antes pelo contrário. Seja qual for o Governo.

Como é que vai ser, no terreno, a campanha do PCP?

Não será uma cópia da campanha das eleições legislativas. Não será também uma campanha determinada pelos tempos de antena. Será uma campanha do PCP - e não da CDU - de dimensão nacional, dirigida a todos os portugueses, com iniciativas em todo o território, com realizações que não tendo a espectacularidade das realizadas nas legislativas, terão a eficácia necessária para debater ideias, contribuir para o esclarecimento e para a mobilização dos comunistas. Tudo isto sem desprezar a possibilidade de realizarmos alguns comícios. Será uma campanha a sério e não, como alguns órgãos de comunicação afirmaram, uma campanha a fingir ou de tempos de antena. A partir de hoje, posso dizer que

mediática, no sentido de ter havido pouco debate de ideias, de alguma comunicação social ter bipolarizado o acto eleitoral em torno dos dirigentes do PS e PSD. Não receias que isto suceda novamente nestas eleições, em torno das figuras de Jorge Sampaio e Cavaco Silva e se mostre mais as figuras que as ideias que elas transportam?

Devo dizer que até aqui a candidatura do PCP não se sente discriminada, salvo o caso concreto da SIC que ainda não apareceu em praticamente nenhuma iniciativa da nossa candidatura. De qualquer modo um facto inquietante é a insistência com que os órgãos de comunicação social colocam a pergunta sobre se o PCP vai ou não às urnas. Colocando isto assim, só...

A pergunta é perfeitamente legítima. É sim senhor e nós sublinhamos isso sempre que ela foi colocada. É legítima e compreende-se o interesse jornalístico e da opinião pública na resposta. Mas colocada da forma que tem sido - por vezes é a única pergunta que nos é formulada - resulta de uma visão afuniladora deste processo. Qualquer dia o povo português não precisará sair de casa para votar e desará um qualquer «0560» e escolhe entre uma mostra de candidatos que se lhe apresente nas televisões. Nós valorizamos, como já disse, o debate de ideias, a discussão de propostas, de opções. Uma terceira candidatura não é factor de divisão mas antes de diversidade que pode ajudar a impedir em Portugal a formação de ideias bipolarizadoras. Aqui a comunicação social pode ter um papel importante.

Na nossa opinião não existem só candidaturas ganhadoras. A democracia comporta outras candidaturas e por isso a nossa vai usar todas as prerrogativas constitucionais e legais.

Mas a tua candidatura quer captar votos? Com a nossa candidatura os votos dos comunistas não serão votos silenciosos. Serão votos conscientes, votos que falam. Através da nossa candidatura estamos a esclarecer, a mobilizar e a potenciar os votos dos comunistas no sentido de garantir o reforço da democracia. Isto para nós, enquanto partido político, é importante. Podíamos «lavar as mãos como Pilatos», como de resto fez o CDS/PP, mas um partido com as características do nosso não pode ter uma concepção desse tipo. Pomos acima dos interesses partidários os interesses da democracia, do nosso povo.

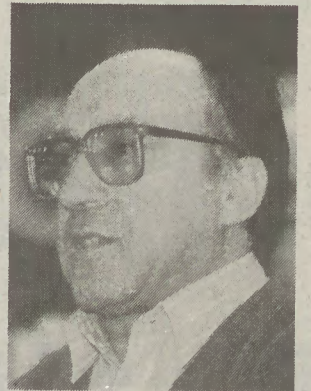
Portanto o PCP sacrificará o seu próprio interesse em favor do interesse da derrota de Cavaco Silva?

Nós não colocamos em contradição os interesses do Partido e os interesses da democracia. Antes pelo contrário. Temos provas dadas nesse sentido. Um partido que tem uma visão estratégica das coisas e não uma visão imediatista ou facciosa procura sempre a melhor forma de intervir para defender a democracia. O Comité Central decidiu, (de forma consensual que pessoalmente muito me animou) ser esta a melhor maneira de intervir neste processo. Creio que vamos conseguir ganhar esta batalha.

Vai haver um momento em que se terá de escolher entre apenas dois candidatos, nem que seja na segunda volta. A escolha do PCP será por que candidato?

Os comunistas no dia 14 de Janeiro vão, de certeza, votar. Darão a sua contribuição para a derrota do candidato da direita. Mas o cenário que traças está condicionado por um factor: Imagina que um dos candidatos consegue mais de 50 por cento dos votos logo na primeira volta. Nesse sentido não faço futurologia. A Direcção do Partido saberá avaliar e ponderar o desenvolvimento do próprio processo e agir em conformidade. Até lá ainda há muito para fazer e muito para esclarecer.

A concertação estratégica do PS e a ofensiva contra o mundo do trabalho



DOMINGOS ABRANTES
Membro da Comissão Política

O PS acaba de desenterrar uma espécie de poção milagrosa para os males da economia nacional: a «Concertação Estratégica», designação bem mais sonante (e mais abstracta) do que o «Pacto de Legislação», avançado durante a campanha eleitoral.

Todavia, abstraindo o carácter miraculoso que se lhe atribui, não se descortina no projecto um grama de originalidade. O cavaquismo navegou, como é sabido, nas águas da concertação a longo prazo e nos últimos anos a Europa, a acompanhar o acentuar da crise, tem sido literalmente varrida por uma fúria de «concertação social», dita estratégica, envolvendo tanto partidos socialistas como de direita, coligados ou não.

Esta estratégia desenvolve-se com diferentes rótulos: («Pacto de Progresso», «Pacto de Solidariedade», «Pacto para o ajustamento estrutural», «Pacto de Legislação» etc.). Apesar da diversidade de rótulos, verifica-se uma grande homogeneização quanto aos conteúdos: «comer» nos salários, desvalorizar a força de trabalho assalariada, desregular as relações laborais, liquidando importantes direitos jurídicos, responsabilizados pela rigidez dos processos económicos. O desmantelamento da segurança social e das funções sociais do Estado, áreas altamente cobiçadas pelo capital privado, são amplamente justificados como essenciais ao desenvolvimento económico.

O salto qualitativo verificado nas práticas de «concertação social» na actualidade, procurando co-responsabilizar os sindicatos na execução da ofensiva do grande capital contra as condições de vida e os direitos dos trabalhadores, constitui uma séria ameaça para o movimento sindical, como organização de classe, cuja função deverá ser a defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores.

A nova estratégia para a «concertação social» desenvolvida pelo grande capital e os governos a seu mando (socialistas ou de direita cujas práticas não se diferenciam), sistematiza a experiência de várias décadas de política de «concertação», procura explorar as dificuldades que o movimento operário e sindical enfrentam na actualidade e as alterações verificadas na correlação de forças a favor do capital e contra o trabalho.

As funções que hoje o capital atribui aos processos de «concertação social» não são separáveis da natureza e extensão da fase actual da crise do capitalismo, dos problemas que se colocam à valorização do capital em condições de crise, das alterações operadas nos mecanismos e nos métodos de dominação do capital, sob a batuta das multinacionais e dos mecanismos de regulação de exploração da força de trabalho, no estágio actual do capitalismo monopolista de Estado.

O salto qualitativo

A política de «concertação social» tem já várias décadas. Ela foi a grande descoberta de alguns partidos socialistas e sociais-democratas para assegurar a máxima exploração possível do trabalho assalariado, em condições de paz social, no período de «vacas gordas» do desenvolvimento capitalista.

Num clima de certa euforia quanto às virtualidades do capitalismo e de perspectivas de um desenvolvimento sem crises, de taxas de crescimento significativas e de baixas taxas de desemprego, tornou-se relativamente fácil à Social-Democracia assegurar elevados ritmos de exploração com importantes concessões ao movimento operário em matéria de salários e protecção social.

Entretanto, o quadro alterou-se radicalmente e, conseqüentemente as funções da «concertação social». De esporádica, tende a generalizar-se e a institucionalizar-se. Alargou-se o leque dos seus promotores, envolvendo os partidos socialistas e os partidos de direita, reflexo do papel comum que estes partidos assumem (coligados ou não) na gestão do sistema de capitalismo monopolista de Estado.

Dos acordos limitados à política de rendimentos e preços (sobre tudo limitados aos rendimentos do trabalho), passou-se a abranger praticamente todas as matérias consideradas essenciais à valorização do capital.

No quadro de profunda crise em que está mergulhado o sistema capitalista, do objectivo inicial que era limitar as concessões ao movimento operário, a «concertação social» passou a ter como objectivo determinante, assegurar que a mais brutal ofensiva do capital dos últimos 50 anos contra o mundo do trabalho, a qual assume o carácter de desforra social, apelidada de nova reestruturação das relações sociais, se processe em condições de paz social.

Uma burla social

A «concertação social», é uma espécie de burla social, a que não faltam métodos do tipo «conto do vigário». As medidas contra os trabalhadores são de execução imediata e delas se encarregam os

governos, enquanto a execução ou não das promessas patronais só pode ser comprovada a longo prazo.

O pano de fundo para a ofensiva do capital é a crise, pela qual os salários, os direitos dos trabalhadores e a protecção social são responsabilizados.

A batalha da competitividade, considerada como a mãe de todas as guerras, torna-se o objectivo supremo no altar do qual, tudo, mas sobretudo os salários, o emprego e os direitos sociais dos trabalhadores, devem ser sacrificados, em nome de «amanhãs felizes» ou para que os «lucros de hoje possam dar lugar aos empregos de amanhã».

Os sacrifícios exigidos aos trabalhadores e às massas populares são sempre apresentados como transitórios (não promete o PS dois anos difíceis para que a seguir tenhamos anos de mel?) e indispensáveis para garantir o crescimento sustentado e a criação de postos de trabalho.

Não falta na teoria de «concertação social» uma base ideológica de tipo neocorporativo. Os interesses da valorização do capital são identificados com os interesses de toda a Nação e o Estado, em nome desses interesses, assume o papel de mediador e garante «neutral» dos compromissos entre o trabalho e o capital.

A demonstração dos resultados desta política está feita. Bastará atentar-se na progressão das taxas de desemprego, no aumento do desemprego de longa duração e na brutal precarização do mercado do trabalho, para se concluir que o sacrifício dos salários, o desmantelamento dos direitos sociais e a desregulamentação das relações laborais, não criaram postos de trabalho, bem pelo contrário. A própria OCDE reconhece que a «moderação salarial» se fez acompanhar de elevadas e persistentes taxas de desemprego.

Do mesmo modo é pura mistificação a teoria dos sacrifícios dos trabalhadores para garantir o aumento da rentabilidade e o aumento das taxas de investimento e por essa via garantir um crescimento gerador de empregos.

É um facto conhecido e comprovado que a produtividade aparente do trabalho cresce mais rapidamente do que os custos unitários de produção e que não há uma correlação entre o aumento da rentabilidade das empresas e a criação de postos de trabalho. O que se tem verificado, isso sim, é uma acentuada e persistente alteração da repartição do rendimento nacional a favor do capital e contra o trabalho, sem que esta política anti-social tenha criado postos de trabalho.

A experiência prática demonstra até à exaustão que a tríade milagrosa colocada pelo Livro Branco, «competitividade, crescimento e emprego», para a criação de 15 milhões de postos de trabalho, não fez recuar o desemprego, nem mesmo contê-lo e que o único resultado foi uma maior escalada no desmantelamento dos direitos sociais dos trabalhadores.

«Competitividade, crescimento e emprego», são princípios que se excluem, quando a lógica da competitividade assenta na desvalorização da mão-de-obra assalariada e na «libertação» sistemática de mão-de-obra, numa palavra, quando assenta na lógica de aumentar a taxa de lucro, intensificando a exploração.

A concertação social e os direitos democráticos

Numa altura em que de forma muito generalizada se restringem importantes direitos democráticos e sociais, se acentua o desfiguramento dos regimes democráticos e se reduz a participação dos cidadãos na vida política, a «concertação social» institucionalizada é apresentada por alguns teóricos ao serviço do grande capital, como uma forma superior de democracia participativa.

Os sindicatos, pela via da institucionalização da «concertação social», no dizer desses teóricos, ascenderiam à área do poder, tornando-se co-participantes na definição das políticas macroeconómicas e na elaboração, definição e execução da gestão social.

A este respeito importa reflectir sobre as teorias do Prof. Mário Pinto, defensor apologético da «concertação social».

O Prof. Mário Pinto conclui que a «concertação social» «na medida em que significa uma entrada dos sindicatos na área da decisão política (...) tem como consequência prática uma substituição do papel dos partidos» ficando a função de mediação política destes «enfraquecida, com esta espécie de governo sindical por via de acordos com o Governo» e na medida em que «até o próprio Parlamento se pode vir a sentir menos livre perante consensos estabelecidos entre

governos e sindicatos» estes «podem muito bem aproveitar esta oportunidade histórica para se estabelecerem como parceiros de concertação de políticas governamentais, e desse modo entraram no governo da sociedade»¹.

Puro delírio! A «concertação social» não coloca as forças sociais em pé de igualdade e as orientações do Governo são determinadas pelos interesses de classe que defende. A política do Estado não perde a sua natureza de classe com a «concertação social», o que pretende é amarrar os sindicatos à execução das suas políticas.

Os sindicatos e os trabalhadores não têm qualquer possibilidade de controlo sobre as políticas «globalmente negociadas», e muito menos têm possibilidade de interferir na execução das políticas cuja responsabilidade cabe exclusivamente ao patronato e aos governos.

A «concertação social» institucionalizada, pela sua prática, é de natureza antidemocrática. Ao impor normas de aplicação universal, mesmo aos que dela discordam, fere o princípio da autonomia dos sindicatos e atenta contra um dos seus mais importantes direitos, o direito à negociação colectiva.

A lógica da «concertação social» institucionalizada tende a privilegiar a intervenção das cúpulas e burocracias sindicais, contra a intervenção das organizações sindicais e sobretudo a intervenção dos trabalhadores, visando desactivar a acção reivindicativa.

Ao defender-se que os sindicatos se corresponsabilizem pelos políticas anti-sociais inerentes aos pactos sociais, pretende-se integrá-los no sistema de exploração e que os trabalhadores tomem como seus, os valores do capitalismo, abandonando a luta pela realização de projectos de transformação social.

A concertação e a luta reivindicativa

O balanço da «concertação social», em Portugal e na Europa, está feito e traduz-se por elevados custos para os interesses dos trabalhadores.

A lógica da «concertação estratégica» do Governo do PS não foge à regra. Para os trabalhadores avizinham-se novamente dias difíceis. O Governo de António Guterres assume como suas orientações, a execução do credo neoliberal: privatizações, «comer» nos salários, desregulamentação das relações laborais, desmantelamento do sistema de protecção social público.

Curiosamente, os fundamentalistas do mercado, utilizam cada vez mais as alavancas do Estado para impor a reorganização das relações sociais e aplicar medidas de coacção económica e extra-económicas para assegurar uma maior redistribuição da riqueza a favor do capital.

O patronato rejubila com as promessas do novo Governo. Como no tempo do PSD, ouvimos o actual Primeiro Ministro afirmar que a competitividade «afecta as políticas sociais e de emprego» e tal como anteriormente, se camufla a política de austeridade para o mundo do trabalho e as massas populares, chamando-lhe política de rigor.

Tal como anteriormente, a insistência na mesma política, não deixará de ter a oposição firme das suas vítimas, os trabalhadores.

De certo o movimento sindical não poderá deixar de contar com a existência da «concertação social» institucionalizada. Aí intervirá com as suas propostas próprias, dando voz e corpo às mais profundas reivindicações e aspirações dos trabalhadores. Mas a participação institucional não pode substituir, antes pressupõe, o desenvolvimento da luta reivindicativa de massas. Só a intervenção ampla dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e reivindicações pode derrotar a política anti-social que já está no horizonte.

Ao movimento sindical e aos trabalhadores coloca-se a tarefa imperiosa de organizar a luta contra o desemprego, por melhores salários, contra a revisão da legislação laboral e em defesa do sistema de protecção social público.

Não há outro caminho. Este é o preço de se ter derrotado a direita em 1 de Outubro e não se terem criado as condições para derrotar a política de direita. Mas a luta é que manterá vivas as aspirações e abrirá caminho à real mudança. A experiência mostra que lutar vale a pena.

¹ «Os últimos Anos da Década de 80 e a Entrada na Década de 90, em Portugal. Ensaio sobre a Concertação Social e a mudança do paradigma sindical e social.»

Sábado, em Lisboa, a CGTP-IN realiza uma conferência sindical sobre a juventude trabalhadora, onde vão ser debatidas questões fundamentais para os jovens e para o movimento sindical

A diminuição do número de jovens empregados e o brusco crescimento do desemprego na faixa etária dos 14 aos 35 anos, entre 1993 e 1994, são alguns dos dados preocupantes que tecem o pano de fundo das discussões na conferência sindical sobre a juventude trabalhadora, que a CGTP leva a cabo no próximo sábado, dia 25, no Hotel Altis, em Lisboa.

Os documentos preparatórios, propostos pela direcção da central para discussão aos vários níveis das estruturas sindicais, chamam a atenção para o facto de a taxa de desemprego nas camadas jovens ser duas vezes superior ao índice global nacional. «Mesmo o pouco emprego que vai havendo para os jovens, caracteriza-se por ser o de mais baixos salários, mais

Os jovens e os sindicatos analisam problemas e soluções

Emprego, estabilidade, valorização e participação

baixa qualificação profissional, menor segurança de continuidade e condições de trabalho menos atractivas», realça um dos projectos de resolução, como referimos no número anterior.

Além das preocupações mais sentidas pelos jovens trabalhadores (e das propostas sindicais para dar solução aos problemas), a conferência vai debruçar-se também sobre a necessidade de aumentar a sindicalização de jovens e reforçar a sua participação na vida do movimento sindical.

Disto se trata, com mais detalhe, nos extractos dos documentos da conferência, que publicamos nesta página.

Precariedade não é fatalidade

«A precariedade de emprego tem-se vindo a desenvolver e a diversificar nos últimos anos, impulsionada por políticas liberais. Assume formas como os contratos a prazo, o trabalho clandestino, o falso trabalho independente, o emprego temporário, o trabalho ilegal, o trabalho domiciliário, etc. Na generalidade dos casos, trata-se de expedientes usados pelos empregadores para não cumprirem as obrigações legais e convencionais que protegem os trabalhadores e lhes atribuem direitos.

A precariedade de emprego constitui um problema geral dos trabalhadores, mas que atinge os jovens com maior intensidade. Os jovens são mais vulneráveis na medida em que a entrada na vida activa se faz quase sempre por contratos não permanentes e na medida em que não dispõem de experiência profissional.

A segurança e a estabilidade no emprego, para além de um princípio a que o legislador constituinte quis conferir dignidade constitucional, é condição fundamental para o equilíbrio humano, para assegurar a independência económica e familiar dos jovens, permitindo-lhes encara o seu próprio futuro, sem temores e com confiança. A segurança e a estabilidade no emprego é, ainda, um princípio justo e um meio insubstituível na criação de

equilíbrios sociais e emocionais dos jovens, tanto mais importante num momento em que a estabilidade lhes é essencial para constituir ou consolidar a sua vida familiar e assumir obrigações, como, por exemplo, o pagamento de um casa.

Estas realidades são escamoteadas pelos defensores das «novas formas de emprego» e das teorias que afirmam que os jovens não desejam a estabilidade de emprego, mas uma rotação elevada. É uma visão falseadora que não tem em conta que a maioria destes empregos não resultam de uma escolha, mas de uma imposição do mercado de trabalho. É ainda uma visão ultrapassada como o demonstram posições recentes de organizações internacionais insuspeitas.

Na verdade, recentemente, relatórios da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e do Director Geral da OIT, contrariam as teses da precarização do trabalho e dos baixos salários como meio de crescimento económico e combate ao desemprego, afirmando-se no primeiro que a flexibilização das relações laborais não resolve os problemas da economia e que a liberalização do mercado do trabalho criou sobretudo empregos pouco qualificados e mal remunerados.»

Os números do Ensino e da formação profissional

«Em 1994, por cada 100 alunos matriculados no 10º, 11º e 12º, respectivamente 13, 22 e 31 tinham obtido insucesso escolar nesses anos. Em 1991, 22% dos jovens dos 15 aos 24 anos tinham abandonado o sistema escolar antes de atingirem o final dos 6 anos de escolaridade obrigatória.

Os progressos no ensino superior são também muito lentos, uma vez que apenas 8% dos jovens que completaram 22 anos em 1991 tinham completado um curso superior, contra 7% em 1985.

No que respeita à formação profissional dos jovens, e apesar dos muitos milhões de contos do Fundo Social Europeu que se gastaram nos últimos anos, a situação não é muito animadora.

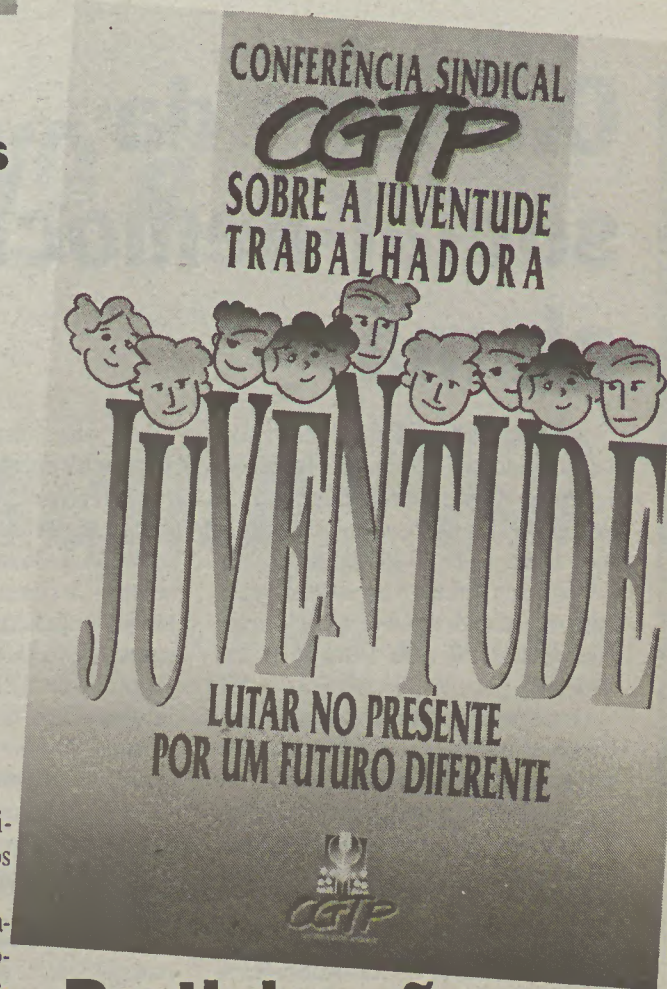
As despesas efectuadas em formação profissional dos jovens e o respectivo número de formandos praticamente não

variaram entre 1990 e 1993 (entre 0,33% e 0,37% do PIB em termos de despesas e de 2,6% da população activa em termos de formandos em ambos os anos).

Em 1992, um inquérito na União Europeia revelava que dos 15 aos 24 anos apenas 14% dos portugueses empregados tinham frequentado no último mês um curso de formação contra 28% no conjunto dos países europeus.

Por outro lado, em Portugal apenas 11% dos programas de formação para empregados eram de formação profissional (contra 25% na UE) e apenas 6% eram de formação profissional inicial (contra 26% na União Europeia).»

(Do projecto de resolução sobre os jovens e o movimento sindical)



Participação

e rejuvenescimento

«O discurso voluntarista e os apelos genéricos à participação dos jovens não chegam para os levar à participação nos sindicatos. A questão fundamental é encontrar com eles caminhos que assegurem a sua participação na solução dos seus problemas, em torno das suas reivindicações e pela aplicação dos seus direitos.

A participação significativa e combativa, e em algumas situações determinante, da juventude em lutas duras, como os casos da Rodoviária do Sul, dos Vidreiros da Marinha Grande e da Grundig, bem como a participação de muita juventude nas comemorações do 25º aniversário da CGTP e do 1º de Maio deste ano, são exemplos extraordinários de empenhamento da juventude nas acções do movimento sindical.

O rejuvenescimento profundo e duradouro só pode emergir da base, com a sindicalização e a participação dos jovens nos sindicatos, a eleição de delegados sindicais e de dirigentes jovens, rejuvenescendo, assim, o elo fundamental do movimento sindical e a partir destes toda a organização e acção.

Contudo, na fase actual, impõe-se medidas internas energéticas de rejuvenescimento dos quadros. Nesse sentido é necessário:

- Que na sua intervenção diária todos os quadros sindicais assumam o objectivo de dar atenção acrescida ao trabalho de juventude, com mensagens, acções e iniciativas dirigidas aos jovens trabalhadores atendendo às suas características, profissões e formas de estar na vida;

- Eleger jovens para as direcções sindicais, atribuindo-lhes responsabilidades nomeadamente o acompanhamento das empresas com maior concentração de mão-de-obra juvenil;

- Promover formação sindical contínua que permita a aproximação dos níveis de conhecimento dos jovens aos dos restantes dirigentes e sua evolução como quadro, atribuindo-lhes competência;

- Assegurar aos jovens dirigentes a tempo inteiro formação profissional adequada às necessidades de actualização profissional, que os ajude na sua progressão numa carreira e nas sua realização pessoal e familiar, que devem poder ser alcançadas no quadro da actividade sindical;

- Construir comissões Interjovem, como espaço para a iniciativa e de afirmação dos jovens, sua criatividade e vontade de transformar como é característica da juventude, no sentido de fomentar a sua participação.

É preciso também compreender que os quadros sindicais não nascem feitos, antes se vão desenvolvendo ao longo dos anos com o estudo, a luta e o trabalho.

Todavia, será na demonstração prática através da acção na resposta aos problemas e reivindicações imediatas dos trabalhadores, valorizando os resultados, na defesa e promoção de valores e ideias de justiça social e na contribuição para a construção de uma sociedade mais justa que os sindicatos continuarão a ter o seu terreno privilegiado de afirmação e implantação no seio de todos os trabalhadores, nomeadamente junto dos jovens.»

(Do projecto de resolução sobre os jovens e o movimento sindical)

O drama da social-democracia alemã

■ Rui Paz

O afastamento do presidente do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), Rudolf Scharping, no congresso de Mannheim, em circunstâncias extremamente dramáticas, numa autêntica rebelião dos delegados contra a direcção do partido, é um acontecimento único na história da social-democracia alemã e dos partidos políticos da Alemanha Federal desde 1945.

O congresso, que iniciara os trabalhos sem grandes surpresas, com o habitual discurso inaugural do presidente, foi sacudido no segundo dia pelos aplausos estrondosos com que os delegados receberam a intervenção do Oskar Lafontaine sobre a situação económica do país.

A partir desse momento estavam atrás dos por terra os planos de uma candidatura única, traçadas pela direcção do partido, para a reeleição de Rudolf Scharping.

Foram sobretudo as referências de Lafontaine às vantagens concedidas aos «milionários» pelo sistema fiscal alemão, em contraste com a miséria dos trabalhadores e dos desempregados, e a recusa da utilização dos aviões de guerra «Tomado» no conflito na Ex-Iugoslávia que despoletaram a revolta dos delegados.

A mesa do congresso perdeu então o controlo dos acontecimentos, com muitos militantes a insistirem directamente junto de Lafontaine para se candidatar contra Scharping.

O nervosismo e a perplexidade dos elementos mais à direita do partido eram evidentes, com Karsten Vogt, responsável pela política de defesa, a realçar perante as câmaras da ZDF, o perigo, para a política externa alemã, das posições anti-intervencionistas daquele que viria a ser eleito presidente do partido. O ex-chanceler Helmut Schmidt, assim como outras figuras de pedestal da social-democracia, renunciavam mesmo à leitura dos discursos que haviam preparado para o congresso.

Na manhã seguinte, tentando reduzir os estragos e salvar as aparências, Rudolf Scharping anunciava ter pedido a Lafontaine para se candidatar contra ele próprio, o que provocou mais uma vez a reacção entusiástica da maioria dos delegados. Após as necessárias alterações ao regulamento, o qual não havia previsto a apresentação de mais do que um candidato, Oskar Lafontaine acabaria por vencer o seu adversário espectacularmente com 321 votos contra 190.

O Congresso acabava assim de eleger para presidente do partido o dirigente que há cinco anos, como candidato da oposição no período eufórico da unificação, denunciara «a mentira» de Helmut Kohl. O Chanceler afirmara na altura, que ninguém iria viver pior na Alemanha unificada, do que tinha vivido até então na RDA. O SPD acreditou de olhos fechados nas promessas de Kohl, apoiou no essencial a sua política, marginalizando o indezível Oskar Lafontaine, considerado demasiado à esquerda. Mas o tempo acabou por lhe dar razão. Depois da inundação inicial do mercado do leste com algumas toneladas de bananas e meia dúzia de «Deutsche Mark» para animar, seguiram-se o desemprego, o desalento e a miséria. A economia foi devorada pelo capital privado e até os antigos proprietários do tempo do nazismo passaram a reclamar fábricas, edifícios e terrenos enquanto o território da ex-RDA era invadido por um exército de políticos, funcionários do estado e empresários vindos da parte ocidental.

Parante uma social-democracia prostrada em adoração diante do bezerro-de-ouro da unificação, praticamente «proibida» pelo Cham-

celer de fazer alianças à esquerda e tendencialmente mais inclinada para as grandes coligações com a democracia-cristã, e só em caso de extrema necessidade com os Verdes, o Partido do Socialismo Democrático (PDS), afirmou-se nestes últimos cinco anos como a única força política verdadeiramente de oposição e de resistência ao colonialismo de Bona. A desorientação e o desespero dos membros do SPD, habituados desde há décadas a ouvir dos seus dirigentes que o partido era de esquerda, atingiu o ponto culminante após o desastre eleitoral de Outubro último em Berlim, com a deslocação massiva do eleitorado para os partidos à esquerda da social-democracia — PDS e Verdes.

Apesar de saudada como positiva pelos ecologistas, aceite com uma certa expectativa pelo PDS e causando preocupação à direita governamental, a eleição de Lafontaine, só por si, não garante uma real viragem política na social-democracia alemã, na medida que o aparelho directivo do partido, assente nos ministros-presidentes de vários estados federados e nos deputados do Bundestag, vai continuar completamente divorciado da base, do sentir e das aspirações da grande maioria do povo e dos trabalhadores. O primeiro sinal, para uma avaliação do grau de inflexão na orientação política do SPD, poderá ser o resultado do encontro, que já fora previsto antes da realização do congresso de Mannheim, entre Oskar Lafontaine e dirigente do PDS.

No entanto, para levarem a direcção do partido a assumir os objectivos em que acreditam, os militantes sociais-democratas vão ter que continuar a lutar contra a resistência de dirigentes rotineiros, envolvidos nos compromissos da Internacional Socialista com a NATO, com Bruxelas, com Washington...

Igualmente difícil vai ser modificar o pendão directivo do grupo parlamentar, dominado por homens como Perter Struck ou Wolfgang Close, mais preocupados em servirem de acólitos da democracia-cristã, preservarem as suas carreiras pessoais, assegurarem os aumentos exorbitantes das reformas e das gratificações dos deputados (1), o acesso aos tachos e demais privilégios da camada política dominante do que em cumprir e concretizarem no plano legislativo as aspirações dos militantes e dos eleitores.

A resolução de apoiar o envio de tropas alemãs para a ex-Iugoslávia, embora recusando o seu envolvimento em acções de combate, um dia apenas após o discurso anti-intervencionista do novo presidente, mostra claramente que os compromissos descaracterizados da mudança política, desejada pela maioria dos membros do partido, irão continuar.

O facto de os delegados não terem reeleito, para um dos cinco postos da vice-presidência, o chefe do governo da Baixa-Saxónia, Gerhard Schröder, conhecido porta-voz dos interesses patronais da indústria automóvel, é um sinal significativo do estado de espírito da base, mas apenas uma gota de água a menos nas mangueiras e depósitos de um partido, cujos dirigentes, em momentos decisivos para a história da Alemanha, se têm assumido como os bombeiros voluntários do capitalismo e do militarismo germânicos.

(1) O deputado do PDS, Stefan Heyn, abandonou o Bundestag como protesto contra a aprovação pelo SPD, CDU/CSU e FDP dos aumentos escandalosos dos salários e reformas dos parlamentares (mais cerca de 1400 contos mensais). A lei acabaria mesmo por ser recusada pelo conselho dos presidentes estaduais por inconstitucionalidade.

■ Joaquim Miranda



Relatório do Tribunal de Contas relativo a 1994: - um sério aviso à navegação; - um libelo acusatório contra o governo PSD

1. O Tribunal de Contas das Comunidades Europeias acaba de apresentar ao Parlamento Europeu (P.E.) o seu relatório anual relativo ao exercício de 1994 (1).

A par com aquele relatório, o Tribunal apresentou também a «Declaração de fiabilidade relativa às actividades incluídas no orçamento» para o mesmo ano e referiu-se, ainda, a um conjunto de «Relatórios Especiais», publicados ou a publicar.

O facto de, entre estes, constar - apesar de ainda não publicado - o que respeita à Gestão das despesas do FEOGA-Orientação, em Portugal entre 1988 e 1993 (e, em especial, ao PEDAP), determinou que uma particular atenção fosse concedida ao acto pelos deputados e, em geral, pela opinião pública portuguesa.

A sua apresentação, no plenário do P.E., pelo Tribunal - o que acontece desde a entrada em vigor do Tratado da União Europeia (Maastricht) - confere a esse documento, naturalmente, uma relevância política que antes não tinha.

2. O Relatório suscita, antes de mais, a seguinte consideração: uma particular atenção é concedida pelo Tribunal às despesas (e também às receitas) efectuadas nos países do sul.

Isso mesmo ressalta do conjunto de auditorias realizadas e que o fundamental, especialmente dirigidas para esses países ou para fundos por eles particularmente utilizados: e o mesmo se retira da própria introdução do documento, nomeadamente quando, ao afirmar-se a «necessidade de uma alteração substancial do que se pode designar por "cultura da gestão financeira", segundo o qual se admistraram e controlam a cobrança e utilização dos recursos orçamentais a nível da Comissão e dos Estados-Membros» se refere, igualmente, que «Os fundos estruturais oferecem um exemplo notável de subutilização que resulta principalmente da incapacidade de prever as dificuldades no primeiro ano de uma reforma, embora as mesmas dificuldades tenham verificado por ocasião da última reforma desta natureza, que teve lugar há seis anos».

Aliais, é ainda sintomático que mesmo no domínio das despesas agrícolas, que representam metade das despesas comunitárias e que, em larga medida, se efectuam em países do norte (França, incluída), se tenha agora privilegiado a análise de sectores como o das frutas e dos produtos hortícolas, em característicos do sul.

Esta orientação não surge inesperadamente. Nem constitui um acto isolado no contexto comunitário.

Com efeito, numa reunião realizada com o Tribunal de Contas, no passado

mês de Julho, e em que participámos na qualidade de membro e relator da Comissão dos Orçamentos, tornou-se evidente o especial enfoque colocado nos *dossiers* relativos aos fundos estruturais, nomeadamente por parte do juiz alemão Bernhard Friedmann, decano do Grupo de Auditoria II e primeiro responsável, entre outros, pelo domínio regional e pela parte de infra-estruturas de transporte do Fundo de Coesão.

Como tem sido evidente a atenção privilegiada ultimamente concedida aos fundos estruturais, geralmente em tom crítico, por instituições como o próprio P.E., tradicionalmente propenso a posições positivas relativamente a estes domínios. O presente processo orçamental tem sido, a este respeito, sobejamente elucidativo desta mudança de tom.

Esta nova situação não surge por acaso. E merece respostas adequadas.

Por um lado, ela insere-se numa estratégia: a de preparar o terreno para as negociações que terão que ocorrer com vista a definir as perspectivas financeiras do período posterior a 1999. Que ocorrerão em paralelo com as destinadas a preparar um novo alargamento. Sendo certo que os principais países contribuintes (em especial a Alemanha), tudo tentarão para que esse alargamento ocorra com significativos aumentos do actual quadro financeiro... E pelo que importará, desde já, ir criando zonas de contenção futura.

Terminou o «estado de graça» em que o país (e outros países da «coesão») tem vivido.

Obviamente, é indispensável dar firme combate a esta estratégia. Até porque, como sempre afirmámos, os fundos destinados aos países da «coesão», sendo embora significativos, não compensam suficientemente os efeitos negativos decorrentes de orientações como as referente ao mercado único ou aos critérios de convergência nominal (para não falar já e políticas sectoriais como a PAC ou em domínios como as pescas, os têxteis ou de siderurgia).

Orientações esta que, devemos recordá-lo, são indissociáveis das que determinam os aumentos dos fundos estruturais.

Por outro lado, uma tal situação só é possível porque, efectivamente e como também sempre afirmámos no país, as irregularidades, as fraudes ou a incorrecta aplicação de fundos, até porque não alicerçada em políticas ou objectivos adequados, são factos indementíveis; e, assim e para além de constituírem um factor de menor eficácia na respectiva rentabilização, constituem, agora, também um argumento para quantos desejam a redução futura de tais transferências.

O rigor que sempre defendemos e a correcta aplicação dos fundos comunitários, sendo indispensáveis do ponto de vista económico e social (e até moral) são agora, mais que nunca, também elementos decisivos para fazer frente à estratégia dos principais países contribuintes para o orçamento comunitário, que antes referimos.

3. O Relatório do Tribunal de Contas explicita vários casos - quer no domínio



das receitas, quer no domínio das despesas - respeitantes a irregularidades detectadas em Portugal.

Como exemplo, e no domínio das receitas, o Tribunal ao mesmo tempo que sublinha que «entre 1989 e 1994 a quota parte dos recursos próprios baseados no PNB passou de 8,7% para 29% do total das receitas comunitárias, afirma que «os desvios entre as observações estatísticas e as previsões definitivas revelam que as estimativas de quatro Estados-Membros (Grécia, Irlanda, Luxemburgo e Portugal) foram sempre demasiado baixas». Para logo concluir que «os encargos financeiros provisórios dos quatro Estados-Membros foram subavaliados durante cinco anos em relação ao recurso IVA, ao recurso PNB e ao financiamento da correcção concedida ao Reino Unido» (2).

Quanto às despesas, também alguns exemplos de referências ao nosso país: Reportando-se a irregularidades entre 1988 e 1994, no sector das frutas e produtos hortícolas, o Tribunal aponta 20 casos em Portugal num montante de 5,393 milhões de ecu (cerca de um milhão de contos), o que faz com que Portugal surja, em termos relativos, como o segundo país (a seguir à Itália) com maior índice de irregularidades neste sector.

Três dos casos referem-se a intervenções relativas e compensações financeiras para favorecer a transformação dos citrinos; quinze deles a ajudas à produção de produtos transformados à base de toma-

tes; o restante, a ajudas à produção de produtos transformados à base de frutas.

Os apoios concedidos à pesca do atum nos Açores e na Madeira suscitam também referências particulares por parte do Tribunal. Referindo-se a ajuda para cada quilo de atum pescado e entregue à indústria local e o facto de tal ajuda, inicialmente destinada, na íntegra, à indústria de conserva, o Tribunal constata que «em consequência disso, os industriais reduziram o preço de compra do atum pelo mon-

tante que os produtores recebem no âmbito da ajuda POSEIMA, o que levou a uma descida do preço do atum detido em conta para desencadeamento da indemnização».

No domínio do FEDER, refere-se explicitamente que «As auditorias do Tribunal em Portugal mostraram que a diversidade dos financiamentos e a insuficiência do acompanhamento fizeram com que determinados projectos inspeccionados beneficiassem de uma intervenção comunitária total superior ao limite dos 75%».

Duas referências especificamente dirigidas a Portugal se encontram também no domínio do FSE. Uma para constatar que num adiamento efectuado ao Estado, no montante de 53,3 milhões de ecu, apenas 8 milhões foram pagos ao beneficiário final, dentro dos três meses regulamentares (PO 94 1000P1). Outra para referir que «uma inspecção efectuada em Portugal fez salientar que o principal promotor, o IIEFP, classifica os beneficiários de formação sem ter devidamente em conta a dimensão das empresas de que provém os estagiários», o que resulta em desfavor das PME's.

4. É, porém, na Nota de Informação do Tribunal que encontramos o caso mais gritante e mais comprometedor da acção do governo PSD/Cavaco Silva.

Referindo-se ao Relatório Especial relativo à «Gestão das despesas do FEOGA-Orientação, em Portugal entre 1989 e 1993» (3), elaborado a pedido do

Presidente do P.E. e ainda não publicado, o Tribunal lança um verdadeiro libelo acusatório contra o governo português de então.

O montante posto à disposição do país, no contexto do PEDAP, dificilmente será absorvido na sua totalidade. Entre 1987 e 1994, inclusive, os pagamentos efectuados totalizaram 538 milhões e em 1995 e 1996 há um montante previsto de pagamentos da ordem dos 101,1 milhões. Pelo que, como refere o Tribunal, «é pouco provável que o montante total de 700 milhões de ecu (cerca de 130 milhões de contos) seja alcançado».

Referindo-se cri-

da, de pedidos de ajuda superiores a um milhão de contos (5,6 milhões de ecu) para um projecto de desenvolvimento extensivo de 300 hectares de estufas de vidro, que se revelou excessivamente optimista e que fracassou, acarretando muito provavelmente a perda da totalidade da ajuda comunitária. A segunda, respeitante «a uma irregularidade manifesta envolvendo um montante material de ajuda comunitária no Programa Operacional relativo a Medidas Florestais, que tem consequências graves na medida em que parece ter sido cometida por funcionários do Instituto Floresta, um organismo estatal; além disso as autoridades portuguesas não informaram os serviços da Comissão e, por esse motivo, não se procedeu ainda a uma investigação independente do incidente».

Finalmente, «esta parte do relatório (especial, ainda não publicado) refere um número considerável de deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas. Foi assinalado um número significativo de casos específicos em que o financiamento comunitário foi incorrectamente concedido ou inadequadamente controlado. Na realidade, 43 dos 321 projectos e operações analisados incluíam uma certa quantidade de erros que colocam em causa a justificação para os respectivos pagamentos».

A publicação deste relatório especial, após este aperitivo, é coisa que promete...

Referindo-se cri-

da, de pedidos de ajuda superiores a um milhão de contos (5,6 milhões de ecu) para um projecto de desenvolvimento extensivo de 300 hectares de estufas de vidro, que se revelou excessivamente optimista e que fracassou, acarretando muito provavelmente a perda da totalidade da ajuda comunitária. A segunda, respeitante «a uma irregularidade manifesta envolvendo um montante material de ajuda comunitária no Programa Operacional relativo a Medidas Florestais, que tem consequências graves na medida em que parece ter sido cometida por funcionários do Instituto Floresta, um organismo estatal; além disso as autoridades portuguesas não informaram os serviços da Comissão e, por esse motivo, não se procedeu ainda a uma investigação independente do incidente».

Finalmente, «esta parte do relatório (especial, ainda não publicado) refere um número considerável de deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas. Foi assinalado um número significativo de casos específicos em que o financiamento comunitário foi incorrectamente concedido ou inadequadamente controlado. Na realidade, 43 dos 321 projectos e operações analisados incluíam uma certa quantidade de erros que colocam em causa a justificação para os respectivos pagamentos».

A publicação deste relatório especial, após este aperitivo, é coisa que promete...

Referindo-se cri-

da, de pedidos de ajuda superiores a um milhão de contos (5,6 milhões de ecu) para um projecto de desenvolvimento extensivo de 300 hectares de estufas de vidro, que se revelou excessivamente optimista e que fracassou, acarretando muito provavelmente a perda da totalidade da ajuda comunitária. A segunda, respeitante «a uma irregularidade manifesta envolvendo um montante material de ajuda comunitária no Programa Operacional relativo a Medidas Florestais, que tem consequências graves na medida em que parece ter sido cometida por funcionários do Instituto Floresta, um organismo estatal; além disso as autoridades portuguesas não informaram os serviços da Comissão e, por esse motivo, não se procedeu ainda a uma investigação independente do incidente».

Finalmente, «esta parte do relatório (especial, ainda não publicado) refere um número considerável de deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas. Foi assinalado um número significativo de casos específicos em que o financiamento comunitário foi incorrectamente concedido ou inadequadamente controlado. Na realidade, 43 dos 321 projectos e operações analisados incluíam uma certa quantidade de erros que colocam em causa a justificação para os respectivos pagamentos».

A publicação deste relatório especial, após este aperitivo, é coisa que promete...

Referindo-se cri-

da, de pedidos de ajuda superiores a um milhão de contos (5,6 milhões de ecu) para um projecto de desenvolvimento extensivo de 300 hectares de estufas de vidro, que se revelou excessivamente optimista e que fracassou, acarretando muito provavelmente a perda da totalidade da ajuda comunitária. A segunda, respeitante «a uma irregularidade manifesta envolvendo um montante material de ajuda comunitária no Programa Operacional relativo a Medidas Florestais, que tem consequências graves na medida em que parece ter sido cometida por funcionários do Instituto Floresta, um organismo estatal; além disso as autoridades portuguesas não informaram os serviços da Comissão e, por esse motivo, não se procedeu ainda a uma investigação independente do incidente».

Finalmente, «esta parte do relatório (especial, ainda não publicado) refere um número considerável de deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas. Foi assinalado um número significativo de casos específicos em que o financiamento comunitário foi incorrectamente concedido ou inadequadamente controlado. Na realidade, 43 dos 321 projectos e operações analisados incluíam uma certa quantidade de erros que colocam em causa a justificação para os respectivos pagamentos».

A publicação deste relatório especial, após este aperitivo, é coisa que promete...

Referindo-se cri-

da, de pedidos de ajuda superiores a um milhão de contos (5,6 milhões de ecu) para um projecto de desenvolvimento extensivo de 300 hectares de estufas de vidro, que se revelou excessivamente optimista e que fracassou, acarretando muito provavelmente a perda da totalidade da ajuda comunitária. A segunda, respeitante «a uma irregularidade manifesta envolvendo um montante material de ajuda comunitária no Programa Operacional relativo a Medidas Florestais, que tem consequências graves na medida em que parece ter sido cometida por funcionários do Instituto Floresta, um organismo estatal; além disso as autoridades portuguesas não informaram os serviços da Comissão e, por esse motivo, não se procedeu ainda a uma investigação independente do incidente».

Finalmente, «esta parte do relatório (especial, ainda não publicado) refere um número considerável de deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas. Foi assinalado um número significativo de casos específicos em que o financiamento comunitário foi incorrectamente concedido ou inadequadamente controlado. Na realidade, 43 dos 321 projectos e operações analisados incluíam uma certa quantidade de erros que colocam em causa a justificação para os respectivos pagamentos».

A publicação deste relatório especial, após este aperitivo, é coisa que promete...

Referindo-se cri-

da, de pedidos de ajuda superiores a um milhão de contos (5,6 milhões de ecu) para um projecto de desenvolvimento extensivo de 300 hectares de estufas de vidro, que se revelou excessivamente optimista e que fracassou, acarretando muito provavelmente a perda da totalidade da ajuda comunitária. A segunda, respeitante «a uma irregularidade manifesta envolvendo um montante material de ajuda comunitária no Programa Operacional relativo a Medidas Florestais, que tem consequências graves na medida em que parece ter sido cometida por funcionários do Instituto Floresta, um organismo estatal; além disso as autoridades portuguesas não informaram os serviços da Comissão e, por esse motivo, não se procedeu ainda a uma investigação independente do incidente».

Finalmente, «esta parte do relatório (especial, ainda não publicado) refere um número considerável de deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas. Foi assinalado um número significativo de casos específicos em que o financiamento comunitário foi incorrectamente concedido ou inadequadamente controlado. Na realidade, 43 dos 321 projectos e operações analisados incluíam uma certa quantidade de erros que colocam em causa a justificação para os respectivos pagamentos».

A publicação deste relatório especial, após este aperitivo, é coisa que promete...

Referindo-se cri-

da, de pedidos de ajuda superiores a um milhão de contos (5,6 milhões de ecu) para um projecto de desenvolvimento extensivo de 300 hectares de estufas de vidro, que se revelou excessivamente optimista e que fracassou, acarretando muito provavelmente a perda da totalidade da ajuda comunitária. A segunda, respeitante «a uma irregularidade manifesta envolvendo um montante material de ajuda comunitária no Programa Operacional relativo a Medidas Florestais, que tem consequências graves na medida em que parece ter sido cometida por funcionários do Instituto Floresta, um organismo estatal; além disso as autoridades portuguesas não informaram os serviços da Comissão e, por esse motivo, não se procedeu ainda a uma investigação independente do incidente».

Finalmente, «esta parte do relatório (especial, ainda não publicado) refere um número considerável de deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas. Foi assinalado um número significativo de casos específicos em que o financiamento comunitário foi incorrectamente concedido ou inadequadamente controlado. Na realidade, 43 dos 321 projectos e operações analisados incluíam uma certa quantidade de erros que colocam em causa a justificação para os respectivos pagamentos».

A publicação deste relatório especial, após este aperitivo, é coisa que promete...

Viagens em Inglaterra

Manoel de Lencastre

Sementes portuguesas de amor e fúria

A crise da imprensa britânica aprofundou-se, recentemente, de maneira brutal mas não inesperada. Homens de negócios, sem vocação publicista, apropriam-se de títulos em crise para reorientá-los, como aconteceu, há dias, com «The Scoteman», um prestigioso jornal diário que se publica em Edimburgo desde o dia 25 de Janeiro de 1817. Que pretendem fazer com o jornal, esses «businessmen»? Transformá-lo na tribuna dos seus interesses, evidentemente.

Outros, como o notório Rupert Murdoch, encerram, liquidam, põem fim a jornais que, por razões múltiplas, não produzem lucros e não despertam o interesse do público — «Today» acaba de conhecer o termo da sua reacção caminhada; «The Independent» atravessa dificuldades atroz. E também os títulos pertencentes ao grupo «Express Newspapers» lutam com profundos desequilíbrios — a circulação cai, a banalidade do conteúdo das publicações torna-se doentia, os preços não convidam o leitor. Numa palavra: a má imprensa tem os seus dias contados, vê-se rejeitada. E, entretanto, continua a existir mercado para jornais de qualidade que informem com imparcialidade e ajudem o leitor a sair da selva literária e do inferno das notícias tendenciosas ou falsas, dos debates sem sentido e sem realidade em que se acha perdido.

Monarquia em chamas

As confissões da marginalizada Princesa de Gales, «Lady» Diana Spencer, agitaram e apaixonaram toda a Grã-Bretanha. O país colou-se, perplexo, cheio de ansiedade, frente à transmissão televisiva da BBC, absolutamente sensacional. Mas estamos em 1995. O povo britânico, apesar de fascinado pela «telenovela» dos Windsor, encara com reservas e bastante ironia a vida dos chamados «royals». São poucos os que, apesar das curiosas declarações da princesa Diana, se pretendem convencidos de que a sobrevivência da monarquia seja uma questão central da sociedade. Há milhares de ingleses que escarnecem da família real, da instituição monárquica, da sua fossilizada maneira pública. Tal como a imprensa de baixa qualidade, também a monarquia tem os seus dias contados.

Mas, em 1936, quando surgiu a gravíssima crise que levou Edward VIII à dramática decisão de abdicar, este mesmo país sentira-se atingido por um rude golpe e pensou que todo o seu destino podia estar em jogo, dadas as consequências da inesperada e extraordinária renúncia ao trono que abalou todos os fundamentos da vida britânica. Isso, contudo, era em 1936. Hoje, ao contrário, os povos destas Ilhas mostram-se desinteressados do futuro da família real. Preocupam-se, sim, com a trajectória social de todo o Reino Unido onde a juventude, sem perspectivas, conhece problemas monumentais, onde se anuncia mais uma vaga de greves (Ford, Vauxhall, etc.), os despedimentos e encerramento de empresas continuam. O povo britânico, apesar dos fundamentalistas conservadores, já não teme a Europa e sentiu-se fascinado com a recente redução de preços do «Eurostar» (comboios que ligam este país à França e à Bélgica viajando sob as águas do Canal da Mancha). Foi uma boa decisão que a terrível situação financeira da «Eurotunnel» (a empresa proprietária) justificou. Uma viagem de ida e volta a Bruxelas ou à medieval Bruges custa, agora, apenas 16 contos. Mas não são muitos os que podem fazer essa viagem.

Portugueses em Inglaterra

O 22º aniversário da «Associação dos Portugueses em Inglaterra», comemorado há dias, não pode passar sem uma referência. Como foi possível sobreviver, consolidar, nas condições pesadas, às vezes desesperadas, que eram aquelas em que existia a «Associação», sempre orgulhosa dos seus princípios antifascistas, democráticos, progressistas?

Em 1972 e 1973, quando a «Associação» tomou forma e se fundou, os fascistas entrincheirados na Embaixada e no Consulado de Portugal em Londres, procuravam dominar a cena portuguesa na capital britânica. Organizavam festas de conteúdo incer-

to, sessões de «comes e bebes», báilaricos, concertos de fados e guitarradas. Os cerca de 15 000 compatriotas nossos que estavam em Londres nessa altura, não tinham acesso ao outro Portugal, ao grande, ao de todo o seu povo, ao verdadeiro.

Outros portugueses, pretendendo-se gente de liberdade, agiam através da chamada «Liga da Cultura e do Ensino da Língua Portuguesa» — mas fugiam à luta pela conquista de um lugar sólido e sério na alma dos 15 000 portugueses em questão. E, devorados por uma insaciável sede de espectáculo e notoriedade, vimo-los agitando falsos estandartes à porta do Hotel Rembrandt, na Crommwell Road, apresentando-se como antigos trabalhadores portugueses que lá se empregavam, mas exigindo que entrassem numa impossível acção de greve sem quaisquer possibilidades de êxito. Como os trabalhadores houvessem rejeitado a sugestão, os esquerdistas da época mimosearam-nos, então, com belos epítetos de fascistas, reacconários, traidores, amigos dos patrões.

Quando surgiu a «Associação dos Portugueses em Inglaterra» havia, manifestamente, um grande espaço a preencher e um enorme trabalho a realizar. Tudo começou, portanto, com 20 sócios e alguns simpatizantes e curiosos. Entre estes, notaram-se desde logo diversos tipos de espíões — os do Consulado, os da Pide, os de outros serviços secretos internacionais. Nunca esqueceremos um rapaz de cor que aparecia de bicicleta e queria saber,

procedia à venda do «Avante!» e de «O Português na Inglaterra», publicações agitantes, novas, vindas de um mundo que se julgava irreal. Muitos portugueses olhavam os nossos jornais com desconfiança. Mas o «Avante!» acabou por tornar-se num companheiro que fazia falta. A certa altura, os hesitantes da primeira hora haviam compreendido que o seu destino pertencia também ao destino da Pátria. E dirigiam-se aos militantes comunistas, em que já confiavam: «Quando sai o "Avante!", amigo? Reserve-me quatro ou cinco. Não se esqueça de mim.» O «Avante!» vencia «batalhas de mercado» todos os dias. E se os seus leitores, já ganhos para os combates nacionais que os comunistas lideravam, começaram a aparecer, também nas festas da Associação cujo calor português, sentir patriótico e espírito fraternal os cativava. Alguns, abraçaram a luta dos comunistas. E continuam nela.

Quando o ditador Marcelo Caetano realizou a célebre visita ao então primeiro-ministro britânico, Edward Heath, que deu lugar à não menos célebre marcha sobre a Embaixada de Portugal, o trabalho de agitação realizado pelos comunistas e seus simpatizantes atingiu o nível máximo. Pode dizer-se que a sede do Partido Comunista da Grã-Bretanha estava ocupada pelos militantes do PCP. Os camaradas ingleses, cépticos, às vezes, quanto às posições dos seus camaradas portugueses, acabaram, enfim, por aceitar o entusiasmo destes, a sua dedicação à luta, a sua disponibilidade para todos os sacrifícios. Viram, então, que aqueles comunistas portugueses não tinham horário fixo, a sua causa era vivida minuto a minuto, segun-

do a segundo. As impressoras e as máquinas de fotocopiar do Partido britânico estiveram à disposição dos portugueses durante vários dias. E o trabalho do PCP, enérgico, cheio de dedicação, acabou por convencer aqueles que tanto costumavam criticar a chamada «linha dura» dos princípios dos camaradas portugueses. Os ingleses, então, deitaram-se ao trabalho lado a lado com os seus camaradas, Mike Hicks, hoje secretário-geral do «Communist Party of Britain», disse nessa altura: «São poucos, mas são bons!»

Mário Soares chegou a Londres dois dias antes da manifestação. Então, parte dos portugueses que acompanhava o trabalho dos comunistas correu a juntar-se-lhe. Sem surpresa, quando a grossa manifestação saiu à rua sob ininterrupta chuva, Soares foi colocar-se na frente, como gosta de fazer. Mas a agitação antes provocada pelos comunistas portugueses e britânicos e os apelos do «Morning Star» ao povo e aos trabalhadores ingleses já tinham selado o destino daquela extraordinária marcha. No meio de muitos milhares de pessoas, sempre à chuva, uma única

bandeira portuguesa surgiu. Empunhava-a um comunista. De onde viera, entretanto, aquela tão querida bandeira vermelha e verde? Uma camarada da Associação e também sua fundadora, militante comunista, trouxera-a do único lugar possível — do escritório da TAP.

O 25 de Abril transformou tudo. A «Associação dos Portugueses em Inglaterra» teve, igualmente, de alterar as suas formas de trabalho. Feita a revolução, o que interessava, agora, era fazê-la progredir, defendê-la. Tarefas difíceis. A concorrência alargou-se. Surgiram novas associações, clubes, sociedades recreativas, centros religiosos, colectividades desportivas. Mas, obviamente, não havia gente portuguesa em Londres para tantas diversificações. A Associação, entretanto, dirigida por mãos prudentes e com os olhos postos no futuro, manteve-se e, para surpresa de muitos, existe, respira e vive.

Vinte e dois anos não são vinte e dois dias. Mas parece que tudo o que aconteceu foi ontem, ainda. As sementes que fizeram a «Associação dos Portugueses em Inglaterra» eram de boa qualidade. Não eram falsas. Eram sementes de amor e fúria pela causa portuguesa, no coração do imperialismo — em Londres, capital de todas as lutas clandestinas, guerras secretas e de amores internacionais.



insistentemente, onde se encontravam certos dirigentes do Partido Comunista Português.

A «Associação» introduziu, pioneiramente, a obra cinematográfica do grande Eisenstein a muitos embaçadados emigrantes portugueses para quem tão dramáticas e ferventes matérias eram absolutamente novos terrenos. Ficavam. Apareciam, depois, em almoço de celebração de certas datas mais sentidas pelo povo português, a sessões de música de protesto, de esclarecimento sobre a explosiva situação política em Portugal, de apoio à luta contra as guerras coloniais, pela campanha de ajuda às famílias dos presos políticos. A «Associação» trabalhando assim, prosperou, ganhou autoridade e confiança. Preparou-se, por assim dizer, para o 25 de Abril que se aproximava. Ganhou o rancor do inimigo. Já se passaram 22 anos...

Era complexa, mas extasiante, a tarefa dos quadros de direcção da «Associação». As festas eram aos domingos. Durante a semana, porém, realizavam-se contínuas reuniões preparatórias de trabalhos a executar. Membros do Partido Comunista apareciam em certos cafés da zona de Picadilly onde se encontravam imensos portugueses que trabalhavam no sector da hotelaria e restaurantes. Era nesses lugares, tal como nos hospitais (outro sector que empregava bastantes portugueses) que se

A arte rupestre do Vale do Côa

■ José Manuel Vargas

A recente decisão do governo de suspender a construção da barragem de Foz Côa e o anúncio de um plano de desenvolvimento integrado para a região, são medidas correctas, cuja necessidade o PCP vem defendendo desde há muito, sendo oportuno lembrar que foi o único dos grandes partidos políticos nacionais a assumir inequivocamente, no seu Programa Eleitoral, a defesa do conjunto de arte rupestre do Vale do Côa.

As soluções agora apresentadas, de um sentido global positivo, comportam, no entanto, algumas insuficiências e limitações, que interessa analisar e debater. Por outro lado, a decisão governamental não pode, de nenhuma forma, fazer esquecer as responsabilidades de quem permitiu a ocultação inicial da descoberta das gravuras e prosseguiu as obras da barragem, com danos irreparáveis na paisagem do vale, criando uma situação quase irreversível, com elevados prejuízos materiais. Ou de quem, utilizando processos de desinformação e chantagem política, encomendou pseudodatações para desvalorizar as gravuras, e mentiu deliberadamente sobre a indispensabilidade da barragem e sobre os custos da sua não construção.

Numa altura em que o debate está relançado, importa avivar os traços essenciais de um processo algo sinuoso e pouco conhecido, pelo menos na sua fase inicial.

Cavaco sabia...

Quando, em Fevereiro de 1992, o governo de Cavaco Silva tomou a decisão de construir a barragem de Foz Côa, tinha conhecimento de dois estudos de impacto ambiental, um de 1989, outro de 1991, que identificavam diversos sítios de interesse arqueológico e patrimonial, entre os quais seis sítios com vestígios de pinturas e gravuras pré-históricas. Esses estudos recomendavam uma prospecção sistemática do Vale do Côa e a constituição de quipias de pesquisa. Tal não sucedeu e foi um investigador isolado, Nelson Rebanda, que detectou, ainda em 1992, a primeira rocha com gravuras de estilo paleolítico.

Em Março de 1993, foi assinado um protocolo entre o IPPAR e a EDP, para se efectuar o levantamento arqueológico da área a inundar pela barragem. Novas gravuras foram descobertas em Setembro de 1993, pelo referido arqueólogo e, em Janeiro de 1994, o presidente do IPPAR, o arquitecto Nuno dos Santos Pinheiro, tomou conhecimento da existência dessas gravuras. Mais descobertas no Verão de 1994 e só em 19 de Novembro, o IPPAR anunciava publicamente o achado de um «notável conjunto de gravuras de tipologia paleolítica».

Surpreendidos com a revelação de tão valiosa descoberta e temendo pela sua submersão, os arqueólogos reagiram de imediato, sendo de destacar Mila Simões de Abreu e Cláudio Torres que, sem hesitar, defenderam a paragem das obras. Outros, criticando o IPPAR, propunham a constituição de uma equipa internacional de especialistas para o estudo e levantamento da arte rupestre do Côa. Era o caso de Vítor Oliveira Jorge, que viria a revelar-se um dos mais empenhados defensores das gravuras, mas que em 5 de Dezembro de 1994, ainda declarava: «Não entro em lutas quixotescas. É demasiado tarde para parar as obras» («Diário de Notícias», 5/12/94).

Enquanto isso, na Assembleia da República, o deputado do PS, Eurico de Figueiredo, fazia, a 29 de Novembro, a primeira de uma série de intervenções em defesa das gravuras, não sendo acompanhado nessas iniciativas pela direcção do seu grupo parlamentar, nem pela maioria da sua bancada.

Iniciativas do PCP

O PCP, através do deputado Paulo Rodrigues, apresentou em 5 de Dezembro de 1994, um requerimento questionando o governo sobre as medidas a tomar para preservar o conjunto pré-histórico. Em 27 de Janeiro de 1995, o grupo parlamentar do PCP promoveu um encontro com arqueólogos para discutir o problema. No âmbito dos Debates com o País, efectuou-se outro encontro a 11/2/95 e, depois de diversas reuniões internas, a Comissão de Cultura Literária e Artística do PCP apresentou, em conferência de imprensa, a 17/2/95, uma tomada de posição, de que se salientam as seguintes medidas:

«Que o Governo solicite de imediato à UNESCO a inscrição do conjunto de arte rupestre do Vale do Côa na Lista do Património Mundial em perigo (...) de forma a garantir a sua salvaguarda e a prestação de assistência e cooperação internacional, nos planos financeiro, científico e técnico;

Que a SEC e o IPPAR determinem, ao abrigo da Lei do Património, a suspensão das obras da barragem que possam pôr em

Questões em aberto



risco a salvaguarda das gravuras e de forma a permitir o estudo, inventário e prospecção sistemática de todo o conjunto;

«Que sejam estudadas alternativas de desenvolvimento regional, numa solução integrada, que potencie o valor do conjunto de arte rupestre como Património Mundial, com os decorrentes apoios internacionais e outros que o Governo deve assegurar;

«Que não se tome qualquer decisão definitiva sem se proceder a um amplo debate público, que envolva a Assembleia da República, o Poder Local da região e a própria população, de forma que as soluções a encontrar sejam inequivocamente assumidas como as mais correctas para o desenvolvimento económico e cultural da região e do país.»

Estas medidas, apontadas prioritariamente pelo PCP, vieram a merecer a aceitação da comunidade científica nacional e dos movimentos de opinião pública e constituem, no essencial, as soluções que o governo viria a adoptar.

No Parlamento Europeu, o deputado comunista Sérgio Ribeiro fez duas intervenções sobre o assunto (24/3/95 e 12/6/95). A 30/6/95, o plenário da Assembleia da República, perante um relatório da subcomissão da Cultura, onde teve participação muito activa o camarada Paulo Rodrigues, tomou a decisão de «rejeitar a construção irreversível da barragem».

Mantendo-se as outras forças políticas numa atitude de indefinição e ambiguidade, o PCP reafirmou em 13/7/95 as propostas que apresentara a 17/2/95, acrescentando:

«Que sejam reparados os estragos já causados no Vale do Côa, repondo o mais possível o enquadramento paisagístico natural;

«Que seja reestruturado o IPPAR, no quadro de uma nova política para o Património Cultural, de forma que situações como a do Côa não voltem a repetir-se.»

Como corolário das posições antes enunciadas, o Programa Eleitoral do PCP propunha:

«A defesa do Conjunto de Arte Rupestre do Vale do Côa, promovendo a sua classificação como Património Mundial e criando um Parque Arqueológico e Natural que potencie o excepcional interesse arqueológico do sítio como factor de desenvolvimento da região e projecção cultural do País.»

Não podem, pois, deixar de merecer a nossa concordância as medidas que o governo acaba de anunciar, uma vez que corres-

pondem, caso as intenções manifestadas venham a concretizar-se, às nossas propostas e objectivos.

Persistem dúvidas

Persistem, todavia, algumas dúvidas que conviria esclarecer. Enquanto o Ministro da Cultura declara que a «barragem de Foz Côa é um projecto abandonado», o Primeiro-Ministro e o Secretário de Estado da Energia afirmam que isso só acontecerá «se a excepcional valia dos achados se vier a confirmar».

É no mínimo estranho que ainda se possa pôr em causa o valor desse património único e insubstituível que é o Complexo de Arte Rupestre do Vale do Côa, sucessivamente confirmado pela comunidade científica nacional e internacional. A menos que se trate de ganhar tempo, para evitar indemnizar a EDP, não se compreendem tais reservas.

Como não se entende que prossigam as obras de consolidação de estruturas de betão, com o argumento que «devem ser deixadas opções em aberto», quando nesses trabalhos se irão gastar milhares de contos, ao invés de proceder desde já à desmontagem do estaleiro da barragem e tratar de recuperar o enquadramento paisagístico do vale.

Até porque só com o abandono do projecto da barragem e com a criação do parque arqueológico poderão ser conseguidos apoios comunitários que viabilizam a solução preconizada.

O adiamento da decisão definitiva para daqui a cinco anos, tem ainda a desvantagem de não permitir, a curto prazo, a rentabilização económica, cultural e turística do conjunto de arte rupestre e dos outros bens arqueológicos e patrimoniais do Vale do Côa.

Além disso, dessa forma, fica adiada a criação de postos de trabalho que o Parque Arqueológico e Natural iria assegurar.

Toda a área que integra o complexo arqueológico do Vale do Côa deve ser, de imediato, delimitada, bem como garantida a sua protecção física. Deve, começar a organizar-se os acessos para visitar as gravuras e iniciar-se a formação de guias, de preferência entre a juventude local. De um modo geral, o parque deve começar a ser criado, nos moldes propostos pela Pro APA, Associação Profissional de Arqueólogos.

Urgente é ainda a classificação do sítio arqueológico e a apresentação da candidatura a Património Mundial, pelas razões já apontadas.

ANGOLA

Vinte anos depois da independência, Angola ainda não viveu um verdadeiro período de paz.

A guerra acompanha o dia-a-dia do novo país, desde o próprio momento da declaração da independência.

Uma realidade que necessariamente se traduz numa desestruturação dramática do seu tecido económico e social.

Dois décadas passadas sobre a afirmação de Angola como país, o "Avante!" optou por reflectir - através do que foi sendo publicado nas suas páginas - esse longo primeiro período de guerra, que se arrastou até aos acordos de paz de Lisboa (em 31 de Maio de 91), abrindo caminhos de uma esperança que não se viria a concretizar, mercê da recusa da Unita em aceitar os resultados das eleições de Setembro de 1992.

25.10.74 - Acordo com o MPLA põe fim à guerra

Sete semanas após ter suspenso todas as acções de combate, o MPLA concordou em oficializar o cessar-fogo. (...) Após a assinatura do documento que assinalou o fim da guerra, Agostinho Neto salientou a sua importância, afirmando que "os conflitos, os males, as contradições que nos opõem podem terminar através de um diálogo honesto e construtivo".

15.11.74 - Provocações em Angola

Em Luanda, em Cabinda, em Malanje, em Duque de Bragança, a atmosfera é de tensão permanente, com momentos de pânico.

No dia 6, após incidentes em vários bairros periféricos de Luanda, em que foram assassinadas dezenas de pessoas, o almirante Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa, distribuiu uma nota em que responsabilizava, pelos distúrbios verificados, grupos de marginais, estranhos aos partidos políticos e para os quais "os acordos de cessar-fogo nada significam".

26.6.75 - Cimeira de Nakuru

No final da Cimeira de Nakuru, no Quênia, os dirigentes dos três movimentos de libertação angolanos assinaram um acordo nos termos do qual se comprometem a renunciar ao uso da força como forma de resolver os problemas do seu país.

11.9.75 - Ingerência externa

O processo de descolonização de Angola tem-se revelado particularmente complexo. Porque nele se reflectem as próprias hesitações do processo revolucionário em Portugal. Porque Angola - território particularmente rico - é presa que o imperialismo se esforça desesperadamente por conservar. Porque a reacção externa, na sua ânsia de manter a exploração, tem apoios internos não negligenciáveis, apoios que surgem mesmo encobertos sob a preta capa de "movimentos de libertação".

Este conjunto de factores tem vindo a permitir uma cada vez mais descarada ingerência externa que ultrapassa mesmo o nível económico e político, para assumir a forma militar directa.

11.11.75 - Independência

O MPLA proclama a independência. Agostinho Neto torna-se o primeiro Presidente da República Popular de Angola.

A África do Sul invade parte do território angolano para apoiar a Unita, organização criada em 1964 por Jonas Savimbi, colaborador do regime fascista português e "homem de mão" do apartheid e do imperialismo norte-americano.

(ainda em 1975) Desembarcam em Luanda os primeiros contingentes cubanos em consequência do pedido de auxílio lançado por Angola em face da ocupação sul-africana.

28.1.76 - Resistência ao invasor

A África do Sul recua diante da FAPLA, que avançam com sucesso em direcção à fronteira com a Namíbia. No Norte, os agressores zairenses não têm outro recurso senão atravessar a fronteira e voltar ao seu país. (...)

Avançar nas frentes de combate e produzir na retaguarda é o lema do MPLA, que alcança vitórias cada vez mais decisivas em todas as regiões do país.

28.1.76 - Tarefas da paz

Em Luanda, Uíge, Negage, Malange, Novo Redondo, em todas as cidades e povoações donde as FAPLA expulsaram as forças invasoras e outros inimigos do povo angolano, assiste-se à rápida normalização das estruturas populares, à activação do trabalho colectivo, ao restabelecimento dos circuitos de distribuição, à regularização da vida administrativa e à criação de novos órgãos do poder popular.

13.5.76 - Abrir caminho para o futuro

"Não há independência política sem independência económica" - afirmou o camarada Lopo de Nascimento, primeiro-ministro da República Popular de Angola (...) - "apenas quando Angola for dona das suas riquezas, o país será plenamente independente.

"Angola dona das suas riquezas quer dizer que o petróleo, o ferro, o diamante, as grandes fábricas e fazendas, serão propriedade social, propriedade colectiva de todo o povo angolano.

"Trocar o burguês português ou americano por um burguês angolano, seria apenas angolanizar a exploração do povo".

12.8.76 - Visita Agostinho Neto a Cuba

"A República Popular de Angola agradeceu ao povo, ao Partido e ao Governo cubanos a solidariedade oferecida durante a luta anticolonial e no decurso da guerra contra as forças pro-imperialistas e racistas que invadiram o seu território" - afirma-se no comunicado conjunto.

Foi decidida a continuação da colaboração cubana na preparação das Forças Armadas de Angola e no desenvolvimento de alguns ramos da economia nacional. Assim como no ensino e na saúde pública.

9.9.76 - Novas agressões

Racistas sul-africanos agridem de novo a fronteira angolana. (...) "Provou-se mais uma vez que por detrás das infiltrações na fronteira sul do nosso país de grupos armados de bandidos angolanos da FNLA/UNITA se encontram os racistas sul-africanos (afirma-se em nota de Luanda). A nossa fronteira com a Namíbia tem vindo a ser permanentemente violada pelas forças do Exército regular dos racistas sul-africanos e por mercenários de origem portuguesa, que treinam,

enquadram, armam e equipam grupos de angolanos fantoques que se infiltram no nosso país para aqui semearem a destruição, a morte e a insegurança".

4.11.76 - MPLA define opção socialista

O comunicado final da III Conferência Plenária do Comité Central do MPLA, lido publicamente pelo camarada Agostinho Neto, assume uma importância histórica para o futuro de Angola.

Definida a opção abertamente socialista da revolução angolana, foi decidida a transformação do MPLA em partido operário marxista-leninista (...) Num programa de acção adoptado por unanimidade, foi apontada a conquista da independência económica como meta da "segunda fase da luta de libertação nacional".

9.12.76 - Angola na ONU

No passado dia 1 de Dezembro, a República Popular de Angola tornou-se no 146º Estado membro da Organização das Nações Unidas, um ano após a proclamação da independência em Luanda.

(...) A admissão de Angola nas Nações Unidas foi recomendada à Assembleia Geral pelo Conselho de Segurança, na sua sessão de 22 de Novembro, por treze votos a favor, nenhum contra e a abstenção dos EUA. A China não participou, igualmente, nesta sessão.

11.5.78 - Pretória reconhece agressão a Angola

No dia 4 de Maio, tropas sul-africanas atacaram a cidade de Cassinga, no Sul da República Popular de Angola, 250 Km no interior do território deste país. Tropas pára-quadistas foram lançadas neste centro mineiro depois da zona ter sido bombardeada, ocasionando a morte de centenas de refugiados da Namíbia, em particular mulheres e crianças.

(...) O Conselho de Segurança da ONU, reunido de emergência a pedido da República Popular de Angola, condenou a invasão exigindo a retirada imediata e incondicional das tropas sul-africanas de território angolano.

Destá vez - contrariamente ao que tem acontecido desde que as tropas da África do Sul invadiram Angola em 1975, desferindo repetidamente novos ataques - o governo racista de Pretória reconheceu publicamente a agressão.

8.11.79 - ONU condena agressões

Reunido de emergência, o Conselho de Segurança das Nações Unidas acaba de aprovar, através de uma resolução sem votos contra e com três abstenções - os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França -, a condenação da agressão racista contra Angola, concretizada em 28 de Outubro, nas províncias do sudoeste angolano, Porto Alexandre, Moçâmedes e Lobango.

(...) Aspectos importantes ligados a esta nova agressão foram salientados nas Nações Unidas: o reforço da agressividade da África do Sul, sempre que aumenta a pressão internacional para a descoloniza-



ção da Namíbia; a múltipla ajuda militar proveniente dos mesmos países capitalistas que se dizem empenhados numa solução para o problema da Namíbia e que utilizam sistematicamente o seu veto para impedir sanções económicas; a crescente e perigosíssima capacidade nuclear de Pretória.

3.7.80 - A invasão

A 17 de Junho, a República Popular de Angola, que tem vindo a ser vítima de sucessivos ataques por parte da África do Sul, foi invadida por tropas de Pretória.

(segundo informação do Ministério da Defesa da RPA) Actualmente, e em despeito frontal das resoluções entretanto tomadas pela ONU, "as tropas do Exército regular da África do Sul mantêm-se em território angolano, onde matam, indiscriminadamente, velhos, mulheres e crianças, ao mesmo tempo que provocam uma série de destruições, visando, especialmente, as estruturas de interesse económico".

3.9.81 - Escalada

No passado dia 3 de Agosto, os racistas sul-africanos iniciaram uma agressão de grande envergadura à República Popular de Ango-

"Esta nova agressão - afirma-se em comunicado do grupo de países africanos representados na ONU (50 Estados) - surge em resultado do apoio que é dado pela administração Reagan ao regime minoritário, racista e terrorista da África do Sul, encorajando-o assim a ser mais ousado na continuação dos seus odiosos actos de agressão contra Angola".

19.8.82 - A questão da Namíbia

O regime racista sul-africano tem insistido, para justificar a invasão do sul de Angola, que com isso pretende atingir e destruir pretensas bases da Swapo que dizem existir em Angola. Na realidade, o que o regime racista sempre pretendeu - recorde-se a invasão de Angola antes da independência, quando os sul-africanos estiveram a poucas dezenas de quilómetros de Luanda - foi a criação de um Estado fantoche que lhes permitisse negociar a independência da Namíbia de acordo com os seus interesses capitalistas.

A independência da República Popular de Angola fez gorar esses intentos.

10.11.83 - Plano de emergência

As autoridades angolanas, que definiram 1982 como o ano da "Organização Económica e da Vigilância Popular", adoptaram para o corrente ano um Plano de Emergência que visa concentrar o máximo de recursos nos sectores considerados como prioritários (...) O Plano de Emergência, elaborado em estreita colaboração com os ministérios do Plano e da Defesa, introduz alterações à legislação em vigor, designadamente às leis do trabalho, e aponta para uma responsabilização crescente das estruturas representativas dos trabalhadores. Refira-se,

metros na província de Moxico e 325 quilómetros na província de Huila. Nos últimos, o exército sul-africano tem estado a realizar incursões em grande escala na província de Cuando-Cubango, no sueste de Angola, e está a preparar a introdução de armas pesadas nas províncias do Cunene e Huila.

A denúncia foi feita pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em carta enviada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas solicitando a tomada de medidas daquele organismo que obriguem a África do Sul a pôr termo às agressões militares contra Angola.

7.1.88 - Saneamento económico

O presente ano será para o povo angolano o "Ano I do saneamento económico e financeiro", nas palavras de José Eduardo dos Santos. (...) O chefe do Estado angolano alertou para as tarefas que se colocam com a implementação do Programa de Saneamento Económico (...) sublinhou três grandes objectivos: o aumento do emprego produtivo, através do saneamento das empresas; a melhoria do poder de compra, mediante o aperfeiçoamento do sistema oficial de abastecimento e controlo indirecto do mercado paralelo; o incremento global do consumo, sem comprometer o esforço de acumulação, através do ajustamento racional dos preços.

4.2.88 - Negociações

Representantes do governo de Angola e dos Estados Unidos concluíram (...) mais uma ronda de conversações.

De acordo com o comunicado (distribuído no final do encontro) a parte angolana reafirmou as posições de princípio segundo as quais a questão da retirada das forças internacionalistas cubanas de Angola está condicionada à retirada das tropas sul-africanas do território angolano, ao fim da ajuda norte-americana e sul-africana aos bandos terroristas da Unita, à implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia e ao respeito pela soberania e integridade territorial da República Popular de Angola.

11.8.88 - Genebra

O cessar "de facto" das hostilidades foi o resultado mais sensível das negociações que se realizaram de 2 a 5 de Agosto em Genebra entre representantes de Angola, Cuba, África do Sul e EUA para a resolução pacífica do conflito no sudoeste africano.

(...) Angola e Cuba definiram um calendário "aceitável para todas as partes" para a saída das tropas cubanas da RPA, enquanto Pretória se comprometeu a iniciar desde já a retirada do território angolano das suas forças e a completá-la até 1 de Setembro.

22.12.88 - Acordo decisivo

Hoje, dia 22, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, será dado um passo decisivo rumo à paz no Sudoeste Africano. É assinado o acordo entre Angola, Cuba e África do Sul, que abre caminho para a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas para a independência da Namíbia, e que inclui a garantia da não-agressão a Angola por parte da África do Sul e a retirada das tropas cubanas de território angolano num período de 27 meses.

2.8.90 - Os difíceis caminhos da paz

Segunda-feira, Luanda ficou às escuras devido à destruição de postos na linha de alta tensão de Cambambe, numa acção de sabotagem da Unita. (...)

De par da guerra, os angolanos vivem (e morrem) com o flagelo da fome.

Calcula-se em três milhões as vítimas da seca, e milhares de pessoas e cabeças de gado morreram já no sul do país. A fome, aliada à guerra, obriga os camponeses a abandonarem as suas áreas normais de vida e cultivo, gerando assim os círculos viciosos de pauperização e morte.

A guerra, para além dos outros efeitos dramáticos, dificulta a própria ajuda às vítimas.

31.10.90 - Revisão da Constituição

O Comité Central do MPLA-PT decidiu consagrar na Constituição angolana o sistema multipartidário (...) Quanto à realização de eleições gerais, foi visto que terão lugar em data a definir por especialistas, após a instauração da paz em Angola.

(...) Estas propostas, a submeter à apreciação da Assembleia do Povo e do 3º Congresso, que reúne na primeira semana de Dezembro, inserem-se no conjunto de reformas que desde há alguns meses têm vindo a ser introduzidas no sistema político angolano, mas até ao momento não obtiveram a resposta desejada por parte da Unita que insiste em prolongar a guerra no país.

a título de exemplo, (...) que certas unidades produtivas passam a funcionar em exclusivo para o abastecimento das forças armadas, com os trabalhadores funcionando em regime militar.

9.2.84 - Apesar da guerra

Um primeiro facto a assinalar: quase tudo o que o inimigo destrói tem sido reconstruído. (...) Os esforços são concentrados no sentido de realizar, o mais rapidamente possível, o programa de emergência da produção alimentar. Passos importantes têm sido dados no domínio da avicultura, da pesca, da produção de sal, de açúcar e outros bens. Combate-se simultaneamente o analfabetismo, aposta-se no programa de combate às doenças endémicas e nos cuidados primários de saúde.

8.4.84 - Paz em discussão

Estão neste momento em vias de conclusão acordos de não-agressão entre Angola, Moçambique e a África do Sul. (...) Em Angola, os acordos prevêem a evacuação de tropas sul-africanas (comprometendo-se Angola a não manter em seu território bases da SWAPO, enquanto a África do Sul deverá cumprir a Resolução número 435 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Namíbia).

25.7.85 - A "Emenda Clark" revogada

A "Emenda Clark" foi revogada. O que significa que os Estados Unidos se arrogam o "direito" de apoiar directamente as formas de terrorismo contra o povo angolano. Em Luanda, mais de cem mil pessoas manifestaram-se contra a política de Washington, exigindo: "Reagan, tira as mãos de Angola".

10.4.86 - Alerta

A decisão da administração Reagan de passar a fornecer directamente ajuda militar à contra-revolução angolana, a ocupação pelas tropas sul-africanas de uma parte da província angolana de Kuando Kubango e a concentração de mais de 10 batalhões das forças de Pretória junto à província do Cunene, prenunciam um previsível agravamento do cerco movido pelo imperialismo norte-americano a Angola com a consequente degradação da já grave situação na África Austral.

(...) O presidente José Eduardo dos Santos (...) numa carta dirigida ao secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, alerta para a gravidade dos ataques a Angola e solicita a sua intervenção directa na implementação dos planos de paz para a região e em particular na condução das negociações para a descolonização da Namíbia no âmbito da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

26.11.87 - Bombardeamentos

Apenas nas duas primeiras semanas de Outubro, as forças armadas sul-africanas realizaram vários bombardeamentos aéreos e terrestres, tendo a sua aviação penetrado no interior de Angola 500 quiló-

24.9.81 - O apoio de Reagan

O balanço da invasão das tropas sul-africanas a Angola - tropas que se encontram ainda no Cunene - é de mais de 1.400 civis mortos, edifícios, hospitais, creches, escolas, fábricas destruídos, centenas de milhares de desalojados. (...)

As sondagens dos desejos...

Prognosticava alguém no «Expresso» de sábado passado que, no dia seguinte, «se as sondagens não falharem, Lech Walesa deverá levar de vencida o ex-comunista Aleksander Kwasniewski, na segunda volta das presidenciais polacas». E acrescentava: «Também na Catalunha há hoje eleições. E o favorito é Jordi Pujol, há 15 anos no poder».

As sondagens até parece terem sido encomendadas pelo próprio «Expresso», pois falharam rotundamente, como em geral acontece quando este semanário se deita a adivinhar os resultados eleitorais que favoreçam a direita: afinal Walesa acabou corrido pelo «ex-comunista» e o «favorito Pujol» foi apeado da maioria absoluta abaixo com que

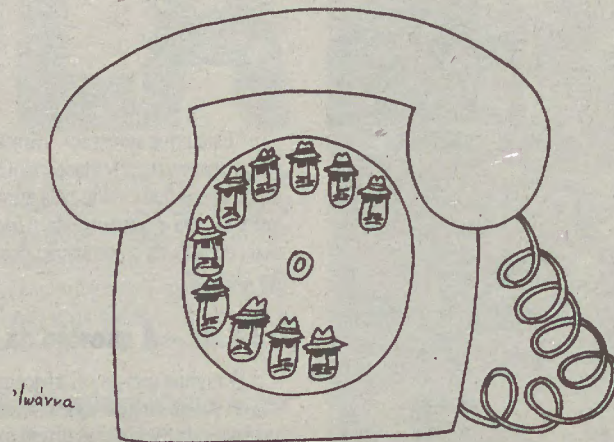
tem demagogicamente dominado a Catalunha desde há 15 anos. Quando é que no «Expresso» percebem que tomar projecções por factos é tão imponderável como confundir desejos com realidades?!...

... e as previsões do medo

Quem está também muito interessado nas previsões é o presidente russo Boris Ieltsin, mas, ao contrário do «Expresso», estas não o animam, assustam-no. E assustam-no tanto que já quer mudar a lei eleitoral que ele próprio fez, e onde se impede que tenham assento parlamentar os partidos que obtenham menos de 5% dos votos. Perante o notório avanço dos comunistas e a sua queda vertical nos afectos

PONTOS CARDEAIS

do eleitorado, o democrata Boris quer agora à pressa e antes que se faça tarde, alterar a legislação eleitoral que ele mesmo impôs, de modo a que os partidos que obtenham menos de 5% dos votos possam ter representação parlamentar. Esta alteração agora desejada pelo presidente russo - em si correcta, pois permite maior representatividade eleitoral - não resulta, porém, duma súbita conversão de Ieltsin ao jogo democrático. Reside apenas num facto que lhe parece conjunturalmente favorável: dado haver pelo menos 45 partidos concorrentes às próximas eleições legislativas russas que, à semelhança do dele, estão em situação minoritária, surge como altamente conveniente a possibilidade de



todos elegerem representantes, de modo a que se possam aliar contra... os comunistas. Para Ieltsin, a democracia é de

uma clareza meridiana: consiste numa coisa a usar conforme as suas conveniências.

Os «sanguessugas»

Outros democratas originais são os que fazem actualmente andar o CDS/PP. No quadro da sua campanha eleitoral desavergonhadamente demagógica, a Assembleia da República não escapou aos seus dislates, que chegaram ao ponto de chamar «sanguessugas» aos deputados, a quem exigiam «transparência». Resultado: com a implementação de regras de transparência no Parlamento o PP foi o partido mais apanhado em flagrante, ao ponto de cinco dos seus deputados - um terço do total! - terem sido forçados a resignar aos cargos, por incompatibilidades várias entre as obrigações de um deputado e as actividades privadas que desenvolvem. O próprio presidente do partido, Manuel Monteiro, acabou por abandonar o seu cargo em Bruxelas - ao contrário do que havia prometido ao eleitorado - e anda numa confusão de entra-sai na Assembleia da República que ninguém entende. Afinal, onde é que estão os «sanguessugas»?!

A fita e o cinema

No seu noticiário da hora do almoço de anteontem, a TVI destacou, no alinhamento principal, o extraordinário acontecimento da ida ao cinema do Primeiro-Ministro António Guterres em companhia da filha. Mas não se ficou por aqui: saltou para a frente do Primeiro-Ministro a perguntar-lhe coisas fundamentais como se ia muita vez ao cinema ou o que pensava da dobragem em português do filme de desenhos animados que tinha acabado de ver, e nem a criança escapou, levando com a câmara e os holofotes em cima para responder «se tinha gostado». Só há uma explicação para isto: deve ser por causa da tal informação «a sério» que a TVI anda a reclamar para si própria em incansáveis spots. Caramba, senhores... Onde é que deixaram o bom senso?!... Com tanta fita, se calhar ficou à porta do cinema.

PONTOS NATURAIS

Canto de amor

Os velhos

Quando o PCP organiza uma sessão ou um comício, afadigam-se as câmaras de televisão na procura dos mais velhos.

Também nos seus tempos de antena o PCP dá aos velhos um lugar importante, ao lado dos mais jovens. Qual a diferença?

O recado

Os telejornais querem passar o recado de que o PCP é um partido de velhos, um partido fora do seu tempo, um partido do passado. As imagens são duras, chocantes, desumanizadas. Como se a idade fosse mais do que um defeito, um crime. Como se fosse, para além de tudo, um erro. Uma nódoa no bom nome da família. Um mal que se devia esconder do público. Um erro da juventude...

Olhos nos olhos

Mas é com orgulho que, nos tempos de antena, o PCP fala dos seus velhos, que os mostra na máxima clareza. Há, naqueles rostos, a expressão da dignidade e da vida em flor. Estão voltados para a vida e têm a atenção para onde o sol nasce. Não cruzam os braços. Mergulham os dedos na massa que já sabe a pão. Olham-nos nos olhos, para transmitirem o seu testemunho.

Assim foram

Quando novos, organizaram a luta, passaram os *Avantes*, resguardaram os clandestinos, levaram men-

sagens, participaram em greves, em protestos, em manifestações, organizaram bibliotecas, criaram cine-clubes, enfrentaram o frio, a fome, a incomodidade e foram presos e torturados e choraram lágrimas de chumbo por tantos companheiros mortos. Esse são os jovens que os nossos velhos não querem trair. Esses são os velhos que os nossos jovens querem amar.

Razão

O ideal não escolhe idades para nascer nem para ser defendido. Por isso, nós não nos dividimos em novos e velhos. Velhos e novos nos juntamos para a tarefa comum de construir o futuro.

Em certos meios, esta palavra «futuro» passa por ser uma espécie em vias de extinção. E são jovens alguns desses tecnocratas do desencanto. Mas os nossos velhos é pelo futuro que vão.

Estão certos, se virmos a acção dos jovens da CDU nas últimas eleições. Eles confirmam que os nossos velhos, na idade deles, tinham razão. Também tinham razão.

E que só por isso não envelheceram.

Mário Castrius



FRASES da SEMANA

“O silêncio total aterroriza-me.”

☞ (Roger Eno, pianista - «Público», 18.11.95)

“Tal como o engenheiro António Guterres, estou aqui como cidadã.”

☞ (Agustina Bessa Luís, citada em «Expresso», 18.11.95)

“Ou Sampaio se explica ou não voto nele...”

☞ (António Barreto, PS - «O Diabo», 21.11.95)

“Há no PS gente que corrói de forma subterrânea.”

☞ (Aires de Carvalho, Presidente da Federação do PS de Setúbal - «Semanário», 18.11.95)

“Nunca será Ferreira do Amaral que irá despoletar o princípio das hostilidades no partido.”

☞ (fonte do PSD citada em «Semanário», 18.11.95)

“Um PS dialogante e respeitador “versus” um PSD arrogante e dogmático.”

☞ (Nuno Ribeiro da Silva, ex-Secretário de Estado, PSD - «TSF», 17.11.95)

“O que hoje a política vitalmente necessita é de dirigentes contraconsensuais que sejam capazes de ir contra os grupos de interesses instalados, mesmo quando esses interesses se apresentam de forma difusa como sendo a “opinião pública”...”

☞ (José Pacheco Pereira - «Diário de Notícias», 16.11.95)

“Numa grande comunidade, a governação exige distanciamento, e não diálogo; legalidade, e não transparência; eficácia, e não justiça. Porque, para assegurar a justiça existem os tribunais, para garantir a transparência existe uma imprensa livre; para dialogar com os cidadãos existem os deputados.”

☞ (Pedro Arroja - «Diário de Notícias», 19.11.95)

“Portugal é, ou está a transformar-se, numa democracia normal.”

☞ (João Carlos Espada - «Público», 20.11.95)

“Quem me dera morrer a filmar...”

☞ (Manoel de Oliveira, realizador - «O Diabo», 21.11.95)

Carlos Carvalhas no distrito de Évora

Sábado, dia 25

Em **AGUIAR**

nas instalações da Cooperativa, às 13h

Almoço-convívio

Em **ÉVORA**

no Hotel Planície, a partir das 15h

Reunião concelhia de Quadros sobre

O PODER LOCAL E AS TAREFAS IMEDIATAS DO PARTIDO

Em **PORTEL**

nos Estaleiros da Câmara Municipal, às 19h

Jantar-convívio

Reuniões e plenários das organizações do PCP e colectivos da CDU

Amadora

Mina - Plenário de militantes da freguesia, sobre o plano de acção do Partido para 1996 e prioridades do trabalho autárquico: sexta, 24, às 21h30, no CT da Amadora.

Brandoa - Reunião geral de militantes da freguesia, sobre a situação política e o reforço do Partido, com a participação do camarada Edgar Correia: sexta, 24, às 21h30, no CT da Amadora.

CDU-Damaia - Reunião com a participação de eleitos e outros activistas, para balanço do trabalho realizado e discussão de linhas de acção para 1996: sexta, 24, às 21h, no CT do PCP da Damaia.

Distrito de Aveiro

Gafanha da Nazaré - Plenário de militantes da organização local: sexta-feira, 24, às 21h30, nas instalações da Junta de Freguesia.

Aveiro - Reunião do Org. de Freguesias do Concelho de Aveiro: sexta-feira, 24, às 21h30, no CT.

Oliveira do Bairro - Reunião de militantes e simpatizantes do PCP do concelho: segunda-feira, 27, às 21h30, no Centro Social de Oiã.

Bragança

Plenário de militantes do concelho sobre a situação política e eleições presidenciais: sábado, 25, às 21h30, no CT.

Loures

Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e eleições presidenciais e sobre o Plano de Actividades da JF para 1996: sexta-feira, às 21h30, no CT de Loures, com a participação do camarada Carlos Grilo.

Matosinhos

Reunião de militantes da freguesia de S. Mamede de Infesta, com a participação do camarada Serafim Brás, sobre questões da organização do Partido na freguesia: hoje, quinta-feira, às 21h30.

Reunião de militantes da freguesia de Senhora da Hora, sobre questões da organização do Partido na freguesia: hoje, quinta-feira, às 21h30.

Lisboa

Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião da Pedreira sobre eleições presidenciais e iniciativas em curso: sábado, 25, às 16h, no CT Vitória, com a participação do camarada Afílio Martins.

Plenário conjunto do Sector de Empresas da Cidade para discussão da situação internacional: hoje, quinta-feira, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Paço d'Arcos

Encontro de jovens comunistas (JCP e PCP) da freguesia: sábado, 25, às 15h, no CT de Algés.

Portel

Encontro de militantes e de activistas sobre a situação política e as Presidenciais e ainda sobre o plano de actividades dos órgãos autárquicos do concelho para 1996: nos Estaleiros da CM, sábado a partir das 16h30.

No final, jantar-convívio em que participará o camarada Carlos Carvalhas.

Porto

Reunião da CDU/Campanhã para discussão do plano de trabalho 1996: sábado, 25, às 15h, no CT do PCP da R. Barão de S. Cosme.

S. Domingos de Rana

Reunião com os camaradas que trabalham nas empresas instaladas na freguesia, sobre a situação social e eleições presidenciais: quarta-feira, 29, às 18h, no CT de Tires.

Setúbal

Sessão de esclarecimento sobre as eleições presidenciais e a candidatura do PCP, com a participação do camarada Leandro Martins: sábado, 25, às 15h00, na sede da Assoc. de Moradores do Casal das Figueiras.

Sintra

Reunião plenário do Org. de Empresas do Concelho de Sintra, com a participação de Clarinda Nogueira e Romeu do Rosário: hoje, quinta-feira, às 21h, no CT do Cacém.

Agualva-Cacém - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de Lino Paulo e Romeu do Rosário: sexta-feira, 24, às 21h30, no CT do Cacém.

Sintra - Plenário mensal de militantes das freguesias de Sta. Maria/S. Miguel e S. Martinho: quarta-feira, 29, às 21h30, no CT de Sintra.

Vendas Novas

Reunião concelhia de Mulheres Comunistas: no Centro de Trabalho do PCP, sábado, 25, a partir das 16h.

Plenário da célula dos trabalhadores da CM sobre a situação política e o Plano de Actividades da Câmara para 1996: quinta-feira, 30, às 21h, no Centro de Trabalho de Vendas Novas.

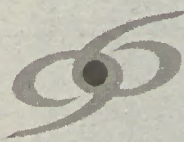
Vila Franca de Xira

Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e eleições presidenciais, com a participação de José Casanova: sexta-feira, 24, às 21h, no Centro de Trabalho.

Vila Nova de Gaia

Debate sobre «O momento político e as presidenciais», com a participação de Emídio Ribeiro: sábado, 25, às 15h, no auditório da Assembleia Municipal (R. Gen. Torres, 1141).

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Iniciativas com a participação
do candidato do PCP

Segunda-feira, dia 27

LISBOA

Jantar-convívio no Páteo Alfacinha, às 19h30,
também com a participação do Secretário-geral do PCP

CARLOS CARVALHAS

Quinta-feira, dia 23

SANTARÉM

na Av. Bernardo Santareno (junto ao Hospital), às 10h

Encontro com a Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém

Quinta-feira, dia 23

ALPIARÇA

Às 12h

Visita/reunião à Coop. Agrícola Mouchão do Inglês

Quinta-feira, dia 23

BARREIRO

Na Biblioteca Municipal, às 17h

Encontro com as ORT's.

Tema: «As eleições presidenciais e os trabalhadores»

Sexta-feira, dia 24

LISBOA

Na Faculdade de Direito, às 18h

Conferência sobre as eleições presidenciais,
promovida pela Associação Académica da Fac. Direito de Lisboa

Sábado, dia 25

GUARDA

No Hotel Turismo, às 11h

Apresentação pública da candidatura

Sábado, dia 25

COVILHÃ

No salão da Assembleia Municipal, às 15h30

Apresentação pública da candidatura

Sábado, dia 25

CASTELO BRANCO

No auditório da Esc. Superior de Educação, às 21h30

Sessão-debate

Domingo, dia 26

UISEU

No restaurante «O Chefe», às 11h

Apresentação pública da candidatura

Domingo, dia 26

SEIA

No Centro de Trabalho do PCP, às 16h

Convívio-magusto

Terça-feira, dia 28

AMADORA

No auditório da Câmara Municipal, às 21h30

Sessão-debate

Quarta-feira, dia 29

PALMELA

Na colectividade «Os Loureiros», às 13h

Almoço com os trabalhadores da autarquia

Quarta-feira, dia 29

LISBOA

No Palácio Ribamar, em Algés, às 21h30

Sessão-debate

Por isto e por aquilo...

Ishtar (Quinta, 22.00, TVI)

O exemplo acabado do absurdo desperdício de dinheiro - fala-se de 40 milhões de dólares! - numa custosíssima produção que nenhum «valor acrescentado» vem trazer à tradição da comédia cinematográfica e, de forma alguma, vem contribuir para reforçar a justa admiração que suscitam as carreiras brilhantes de dois inteligentes actores - **Dustin Hoffman** e **Warren Beatty** - aqui a desempenhar dois lamentáveis papéis de autores sem talento de canções idiotas que são apanhados numa mais ou menos fantástica e previsível rede de conflitos no Norte de África. Precisamente para que a decepção de quem admira Hoffman e Beatty (e ainda **Isabelle Adjani**) não estrague uma noite de televisão, aqui fica o aviso: mesmo se a concorrência dos outros canais «empurrar» o espectador para ligar a TVI, mais vale pensar em qualquer outra coisa do que ver este filme.

Nostalgia (Sexta, 23.50, TV 2)

Um escritor e poeta russo viaja pela Itália em busca do trajecto que, no século XVIII, um seu compatriota havia seguido. *Nostalgia* é um filme sobre a solidão do exílio, realizado com o seu habitual brilhantismo visual por **Andrei Tarkovsky**, e um daqueles em que, na sua obra, a «incomunicabilidade» entre os seres mais aflige e incomoda. Um filme premiado em 1983 no Festival de Cinema de Cannes.

Os Sete Magníficos

(Sábado, 16.15, Canal 1)

Este *remake* de *Os Sete Samurais*, do grande realizador nipónico **Akira Kurosawa**, ficou célebre na história do *western* e não apenas pelo brilhantismo que **John Sturges** colocou na transposição da história original para uma tão diversa realidade - aliás, coroado com a oferta de uma espada por **Kurosawa** a **Sturges** depois de aquele ter visto o filme. Interessante é que, dos sete mercenários contratados por camponeses mexicanos para se vingarem das pilhagens de um bando de malfeitores, apenas um se revela friamente sensível à venda de «serviços» em troca de dinheiro. Reside, aliás, na caracterização interior e exterior da personalidade de cada um dos sete «magníficos» um dos achados do filme, brilhantemente interpretado por um punhado de actores então consagrados ou em vias de o ser, com relevo para a espantosa personagem composta pelo chefe dos bandidos, **Elli Wallach**.

Caçador Branco, Coração Negro

(Sábado, 00.35, TV 2)

Quando a equipa de produção de *A Rainha Africana* (filme realizado em 1951 por **John Huston**) partiu para os locais de rodamagem deste famoso filme, já o seu argumentista **James Agee** havia sucumbido a um ataque de coração cuja origem não é surpresa encontrar na intensa e exigente forma de trabalhar (e viver) do grande realizador americano. **Huston** teve então de contratar um outro jovem escritor - **Peter Viertel** - que partiu com o resto da equipa para África para ali dar os últimos retoques no *script* final. A experiência que **Viertel** viveu durante a rodamagem de *A Rainha Africana* inspirou-o a escrever um romance (*Caçador Branco, Coração Negro*) em que a personagem central, um realizador de cinema - a que ele significativamente deu o nome de **John Wilson** - estava mais preocupado em dar caça aos elefantes do que em rodar um filme... No início dos anos 90, **Clint Eastwood** leva então a cabo o seu antigo projecto de adaptar ao cinema a obra de **Peter Viertel**, num filme em que ele próprio se coloca na pele do realizador, uma empresa tão aliciante e apaixonante quanto recheada de escolhos e dificuldades. O resultado final, embora algo desigual e irregular, recheado de bons e menos bons momentos de cinema, não pode entretanto deixar de interessar e apaixonar o espectador cinéfilo, sobretudo aquele que nutre pela riquíssima e controversa personalidade de **John Huston** uma admiração sem limites - como é visivelmente o caso de **Eastwood**.

Vamo-nos Amar

(Sábado, 01.10, TVI)

Um milionário francês vê-se envolvido na produção de uma revista musical na Broadway - tão a fundo que, um dia, ao assistir incógnito aos ensaios, é contratado para fazer de figurante, sendo



Um fotograma de «Os Sete Magníficos», de John Sturges



A rondagem do filme «Rainha Africana», de John Huston, inspirou Clint Eastwood no seu filme «Caçador Branco, Coração Negro», esta semana transmitido pela TV2



Um fotograma de «Viagem Alucinante», de Adrian Lynch



Os intérpretes principais de «No Trilho da Droga», um filme de Gus Van Sant

que, entretanto, se apaixonara pela beleza da estrela principal! É então que ele decide, pela sua parte, contratar alguns *peritos* para o ajudarem a ultrapassar as naturais dificuldades: **Bing Crosby**, para o canto, **Gene Kelly**, para a dança e **Milton Berne** para os *gags* cómicos... O argumento é, como se vê, familiar: poderia ser o de milhentos filmes musicais. Mas o que lhe confere sabor especial são, sem dúvida, as interpretações de **Yves Montand** e de **Marilyn Monroe** (ouçam-na e vejam-na a cantar *My Heart Belongs to Daddy*) e a irrepreensível realização de um mestre de Hollywood - **George Cukor**. E não percam a cena em que **Milton Berne** ensina a **Yves Montand** alguns truques cómicos para bem impressionar a estrela do espectáculo. Impagável!

Viagem Alucinante

(Domingo, 00.00, SIC)

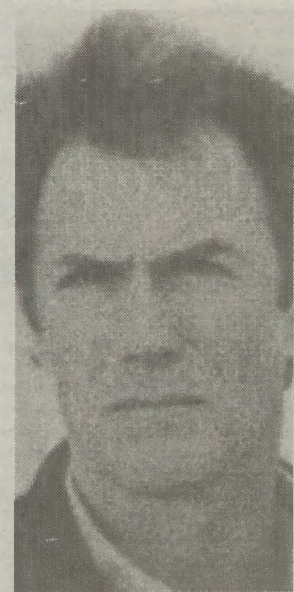
Dizem as crónicas que *Viagem Alucinante* levou 9 anos (!) até se tornar um filme, tendo interessado realizadores como **Brian De Palma**, **Sidney Lumet** e **Ridley Scott** e tendo sido considerado, em 1984, pelo *American Film* como «um dos dez melhores argumentos nunca produzidos». Nele, as atenções são centradas sobre um veterano da Guerra do Vietname que começa a ser assaltado por imagens de horror e terror que, mais tarde, vem a saber afligirem outros seus companheiros. Até que, de investigação em investigação, se chega à conclusão de que o pelotão a que ele e outros companheiros pertenciam fora sujeito no teatro de guerra a experiências secretas (desenvolvidas pela Administração) como uma droga alucinogénica, cujos efeitos hoje cruelmente se revelam. O principal problema

do filme (que desconhecemos) parece entretanto centrar-se sobre os habituais, especulativos e falsamente virtuosísticos artificios visuais caros ao seu polémico realizador, o que não é de estranhar sabendo-se que a «estética» industrial e publicitária de **Adrian Lyne** (responsável por obras tão diversas como *Flashdance* ou *Nove Semanas e Meia* ou *Atração Fatal*) sempre justificou as maiores reservas.

O Regresso de Casanova

(Domingo, 00.30, TV 2)

«Um dos filmes mais aguardados no Festival de Cannes de 1992, *O Regresso de Casanova* parte da adaptação de um conto de **Schnitzler** e debruça-se sobre a decadência de *Casanova*. Assim, **Édouard Niermans**, recusando a grande evocação histórica, traça com simplicidade e inteligência a trajectória de um dos mais célebres sedutores de sempre, em fim de carreira, que tenta mais uma vez estar à altura da sua lenda e reputação conquistando uma bela donzela que o despreza visceralmente.» Assim reza o texto de apresentação deste filme (desconhecido entre nós) no Boletim de Programas da RTP e outras referências consultadas chamam a atenção para as potenciais qualidades de um realizador qualificado de «promissor». A confirmar.



Um fotograma de «O Regresso de Casanova», de Édouard Niermans

Atraíçoados (Terça, 22.30, Canal 1)

Uma agente do FBI leva a cabo um inquérito sobre um assassinato e a investigação leva-a aos meios rurais do Middle West, onde se apaixonou por um fazendeiro que, mais tarde, vem a descobrir fazer parte de uma organização fascista - abatendo-o e retirando-se do serviço para levar uma vida amargurada. Mais um filme de **Costa-Gavras** debruçando-se sobre os meios das organizações americanas de extrema-direita, interessante mas relativamente irregular na sua concretização.

No Trilho da Droga

(Quarta, 00.05, Canal 1)

Com argumento retirado da experiência pessoal do seu autor (**James Fogle**) - e escrito por ele próprio na prisão, condenado por roubos ligados à dependência da droga - *No Trilho da Droga* é, em inícios dos anos 90, um filme inspirado nas histórias de marginais que tão bem retrataram alguns dos traços negros da sociedade norte-americana nos grandes *road movies* dos anos 60, como *Bonnie & Clyde*, *Easy Rider* ou *Midnight Cowboy*. Aqui, numa história situada em Portland, no Oregon, em 1971, são dois casais de jovens delinquentes que percorrem a região roubando em hospitais e farmácias as drogas para alimentar a tragédia do vício. O que dá maior impacto ao filme é a ausência de moralismos artificiais ou protestos de boa consciência, optando o realizador **Gus Van Sant** por uma linguagem verbal e cinematográfica de extrema dureza e realismo, excelentemente servida por alguns jovens intérpretes, de que se destacam **Matt Dillon** e **Kelly Lynch**.

Na ânsia de se agarrarem a qualquer coisa de vagamente promissor que permitisse aconselhar aos espectadores alguns momentos menos mal passados em frente do televisor, a crítica televisiva e os redactores das páginas especializadas da imprensa sempre mantiveram o antigo hábito de chamar a atenção para o teatro ou as séries televisivas made in BBC. E com redobrada razão o faziam, dado que até não há muito tempo dali continuavam a vir, regra geral, alguns espécimes dignos da máxima atenção neste domínio, quase sempre pautados pela generalizada qualidade média (quando não superlativa) da sua produção dramática. Também nos últimos tempos, aquela bondade dos escribas vem sendo militantemente praticada e, mesmo quando o crítico ou o redactor visivelmente ainda não tiveram a oportunidade de ver tal ou tal série dessa proveniência, não deixam de continuar a referir, na santa inocência e fé das pequenas notas com que fazem acompanhar a publicação nos jornais da programação da TV, a inevitável referência: «a não perder».

Sucede, entretanto, que a realidade tem contrariado as melhores expectativas e parece que, se nos ficássemos apenas pelo exemplo dos «produtos» nos últimos tempos encomendados pela RTP, até poderia dizer-se que também a BBC está a atravessar uma grave crise.

Será inveja? Será coincidência? Será falta de fundos? Será triste sina?

Stendhal e Jane Austen muito mal tratados

O facto é que, se apreciarmos com rigor dois dos mais recentes exemplos chegados da Grã-Bretanha, as coisas têm deixado muito a desejar.

Tudo começou aparentemente com uma zona da programação que o Canal 1 decidiu - e bem! - enriquecer naquele período que, em meio da progressiva degenerescência da nossa actual prática televisiva, ainda é possível considerar como «horário nobre»: as 23.30 das segundas-feiras. Quem quiser entreter-se a fazer inútil *zapping* na esperança, logo desiludida, de encontrar melhor oferta do que o inenarrável *Noite de Reis*, verá só então chegada a hora da prometida série britânica «a não perder».

Até à semana passada, a dita série que ocupava esse espaço trazia consigo a referência incontornável de *Stendhal*: nada mais nada menos que «*O Vermelho e o Negro*». Esperar-se-ia, então, que a adaptação televisiva desta obra de referência de algum modo traduzisse o pensamento avançado do grande escritor sobre temáticas tão aliciantes e exigentes como o casamento, o papel da mulher, a moral e a política, soberbamente expresso ao longo da sua obra, e no mínimo reflectisse a sociedade do seu tempo, a qual, em particular neste romance, nos habituámos a «ler» através do olhar do seu «herói» central *Julien Sorel*, essa apaixonante personagem de moço da província trepando em busca de um lugar cimeiro.

O que nos foi dado ver, infelizmente, foi uma imagem superficial e muitas vezes desfocada dessa sociedade, pintada em cores suaves (ou, ainda pior, deslavadas), muito afastada da forte escrita daquele que, tendo sido um dos representantes maiores do movimento romântico, pelo seu olhar crítico e rigoroso sobre o Homem se tornou um dos primeiros realistas na literatura do século XIX. E como parecia a milhas de distância do que sempre nos habituámos a imaginar a «figura» triste e desajeitada do actor a quem foi distribuído - num claro erro de *casting* - o papel de *Julien Sorel*!

Desejava-se, então, que a série seguinte - «*Orgulho e Preconceito*», estreada na passada segunda-feira - viesse de novo reconciliar-nos com a sacrossanta BBC, e por tabela com a RTP. Pelo primeiro episódio que nos foi dado ver, o risco de repetirmos a desilusão parece não ser menor: até parece que, mais uma vez, o infortúnio continua a perseguir *Jane Austen* cujo romance se diz ter levado quatro laboriosos anos a ser escrito e mais dezasseis a ser publicado! Aqui, são os meandros da puritana e conservadora província inglesa de oitocentos que a escritora escalpeliza neste drama de costumes, de maneirismos e de moral, dando-nos um retrato carregado (mas não isento de fina ironia e toque de sarcasmo) de uma sociedade vulnerável ao escândalo e aos choques e contradições das origens de classe. Por enquanto, na série, vamos ainda no início da intriga - com *Mr. Bennett* à beira da ruína, fazendo as contas à vida, e *Mrs. Bennett* tentando desesperadamente casar suas cinco filhas. Mas já deu para ver que, com a provável exclusão de *Jennifer Ehle* (no papel de *Elizabeth*), o resto do elenco não chegará a apaixonar, sendo até penoso ver o celebrado *Colin Firth* (*Mr. Darcy*) tão mal dirigido. Que saudades do brilho irradiante de *Laurence Olivier*, no mesmo papel, na versão filmada de 1940! E como não estranhar, por exemplo, a frágil e desajeitada planificação e encenação da cena do baile, com *planos de corte* metidos a martelo para esconder erros de *raccord* de palmatória? Esperemos que as coisas melhorem com a continuação, embora seja de recear que o resultado final não corresponda à justificada expectativa.

A honra do convento

Foi então preciso estar atento à TV 2 para podermos encontrar algum motivo de regozijo e prazer no acto de ver televisão. E acontece, até, que se tratou de uma produção nacional - que não preci-

Também tu, BBC?

■ Francisco Costa

sou, aliás, de se travestir de um qualquer *reality-show* mentecapto para, honradamente, contribuir para a quota de produção portuguesa e em português, afinal tão desprezada por todos os canais cá do burgo. Referimo-nos a «*Conta Comigo*», uma peça transmitida há duas semanas e que trazia consigo os nomes prestigiados de *António Torrado*, no texto, e *Artur Ramos*, na realização.

Mesmo não sendo legítimo comparar programas televisivos de características tão completamente diversas, quer no género quer no formato - as duas obras da BBC são séries dramáticas de reconstituição de época, em episódios, realizadas em filme e a comédia que a TV 2 transmitiu é uma peça de temática actual, realizada em vídeo e em estúdio, na modalidade de «teatro televisivo» -, o facto é que, ao nível objectivo da correspondente exigência, a sua qualidade nos surgiu como francamente superior.

Embora uma das personagens centrais fosse um apresentador de *talk-shows*, *António Torrado* teve a sabedoria e sensibilidade para escapar ao retrato sublinhado a traço grosso da tentadora (mas perigosa) crítica aos bastidores da televisão - apenas se referindo de passagem a estes ao abordar com assinalável subtilidade, na composição dessa personagem, certos adereços e ademanos de saboroso recorte. Pelo contrário, a ideia central partia de um «princípio dramaturgico» frequentemente rentável se aproveitado com engenho e talento - o que não é pecado! - ao apoiar-se na prolongada exploração de um equívoco envolvendo duas (ou mesmo três) das personagens principais, através de uma escrita truculenta que vagamente evocava o estilo de um argumentista de referência como é *Neil Simon*, por exemplo. E foi precisamente na capacidade e desenvoltura demonstradas por *António Torrado* na escrita do argumento e dos diálogos - coisa rara entre nós - que nos pareceu ter «*Conta Comigo*» marcado pontos.

Sem esquecer, naturalmente, a qualidade da realização televisiva, a cargo de um dos mais competentes e reputados

realizadores portugueses de televisão. Interessante, a este propósito, foi ter *Artur Ramos* optado pela clássica encenação para estúdio, servida por cinco câmaras dirigidas da régie e afastando-se do *pastiche cinematográfico* da câmara única com montagem na fase de pós-produção. Mas o mais curioso pôde verificar-se quando ele resistiu à própria utilização dos artificios técnicos televisivos. Assim, o achado do *flash-back* na segunda parte da peça tornou-se ainda mais relevante precisamente porque o realizador optou por uma solução que recusou o «espectáculo» visual gratuito: o dispositivo de encenação encontrado (alternância da intensidade e direcção da iluminação em relação às personagens e ao *plateau*, entendido como *palco* dividido em vários planos imaginários) era, à partida, eminentemente *teatral*. E foi o simples afastar e aproximar da câmara (num plano único, sem montagem) que tornou essa sequência eminentemente *televisiva*.

Uma palavra ainda para a excelente prestação dos intérpretes principais: *Paula Mora*, *Vitor Norte* e, sobretudo, *Virgílio Castelo*. A esperança (para sempre frustrada?) é que não demore o dia em que os nossos melhores actores e actrizes voltem a dispor, com mais regularidade e frequência, de espaços de ficção na televisão para não cederem à tentação de fazer, nas horas «vagas», figuras bem tristes...



Esperanças frustradas...



de FOICE

Macumbas

Muito católico e ainda mais democrata, segundo rezam as crónicas que há mais de uma década o transformaram em herói nacional, Lech Walesa reagiu à sua derrota eleitoral de domingo com um espírito nada cristão e ainda menos tolerante. A fazer fé nas informações vindas a público, Walesa anunciou que, mal largue a cadeira presidencial (onde continuará a sentar-se por mais um mês), vai organizar a "oposição por todo o território", garantiu que não dará "qualquer colaboração ao governo de esquerda", e prometeu empenhar todas as suas forças na criação de um partido à sua medida, lutar pela transformação da Polónia num Estado confessional e instaurar um regime presidencialista.

Ah! Grande democrata!

Em abono da verdade, forçoso é que se diga que o homem até tem razão para perder as estribeiras. Então, anda uma pessoa anos a fio a demonstrar por A + B que os comunistas em particular e a esquerda em geral são de uma malvadez sem igual; a ir à missa, a confessar-se, a comungar e a ajoelhar-se até coçar as joelheiras; a receber em privadíssimas audiências os ensinamentos da santa madre igreja sobre a forma mais eficaz de gerir os mui terrenos assuntos da política; a abarbarar o poder com uma limpeza que só visto; a receber a benção papal; a privatizar a economia e a abrir as portas ao capital; a explicar (nem sempre com muita paciência, é verdade, mas enfim...) que capitalismo é ter mais bananas; e, mal vão às urnas, os polacos, zás, votam nos "ex-comunistas"??!

Não é justo.

Primeiro foi nas legislativas, em 1993. Os votos entrados nas urnas, em eleições tão inócuas que não foi possível levantar a mais leve suspeita de fraude, deram a vitória a um governo de esquerda e deixaram Walesa a espumar de raiva no palácio presidencial. Ele bem tentou, até às eleições de domingo, com os enormes poderes com que entretanto se dotara a presidência, cortar todas as voltas ao governo e ao parlamento. Ele bem ameaçou com o caos, rejeitou ministros, vetou decisões, adiou processos... Em vão. A campanha para as presidenciais chegou com o país em polvorosa, pronto a sacrificar o herói nacional. Pois nem mesmo assim Walesa desistiu. Voltou a vestir a farda de ex-operário e saiu pelo país a cativar apoios antigos. Os amigos do ministério da fé não o abandonaram e não houve paróquia onde não fizessem intensa campanha pelo seu protegido. O próprio cardeal Glomp apelou ao voto no homem "que defende os valores cristãos" contra o outro "que partilha um sistema de valores neopagão". Longe da Polónia mas no coração da igreja, outras orações se terão sem dúvida juntado a esta enorme ladainha. Em vão.

Na hora de votar, os polacos retiraram do passado recente as lições pertinentes, separaram o trigo do joio, olharam para o futuro, deixaram as crenças em casa e votaram com a razão. Para além de bananas, exigem emprego, justiça social e outras miudezas que ligam mal com capitalismo selvagem. Walesa foi derrotado. No Vaticano, o Papa sofreu "uma viva decepção". Na Polónia, ainda houve quem falasse na reacção dos militares. Mas os tempos mudaram. A comunidade internacional considerou não haver motivos de desconfiança em relação ao novo presidente polaco. O neopaganismo já só assusta os Walesas de todas as eras. Os tais que, quando as coisas não lhes correm a jeito, esquecem os cristianíssimos princípios e se rendem às macumbas.

■ AF

Até 15 de Dezembro próximo PCP avança na Assembleia da República com propostas de Regionalização

«Até 15 de Dezembro próximo, o PCP vai apresentar à Assembleia da República um conjunto de Propostas de Lei sobre Regiões Administrativas, de modo a permitir que em 1996 decorra o processo de consulta pública e de aprovação das leis, necessário para abrir caminho à sua instituição em concreto», havendo também a intenção, por parte do PCP, de realizar em 24 de Fevereiro do próximo ano «um Encontro Nacional de autarcas, técnicos e especialistas para discutir o Poder Local no novo contexto político».

Estas informações foram anteontem dadas por Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, no intervalo de uma Reunião Nacional de eleitos e de outros membros do Partido ligados ao trabalho nas autarquias, designadamente aquelas onde a CDU detém a maioria. A reunião teve como

A situação financeira das autarquias e a definição do Orçamento de Estado para o próximo ano estiveram no centro da discussão deste Encontro do PCP, que entende que «as reivindicações do Poder Local até aqui formuladas devem ser integralmente cumpridas e não devem ser consentidos recuos

beneficiassem disso, perdendo na prática, o ano passado, qualquer coisa como 8,6 milhões de contos), situação que deve ser revista com a participação directa do Poder Local, «mas essa participação não está assegurada». Ainda em relação ao IVA, deve também ser revista a sua subavaliação feita pelo anterior Governo, sob pena de se lesar de novo e fortemente as autarquias.

No Orçamento de Estado para 1996, o PCP defende o cumprimento integral do que está previsto, sublinhando que a Lei das Finanças Locais deve ser integralmente aplicada.

Outra questão central nas análises produzidas refere-se às eventuais transferências de competências para as autarquias, que nunca deverão ser feitas sem o

quias com novas competências, através das quais pretende dar a ideia de estar a cumprir promessas eleitorais, mas para as quais não garante as imprescindíveis verbas», como se verifica nas ideias já avançadas pelo Governo em matéria de segurança, de exclusão social ou da educação pré-escolar, onde se apontam os municípios como futuros protagonistas no enfrentar destes problemas, mas não se referem as indispensáveis contrapartidas financeiras para o desempenho dessas responsabilidades.

«Somos adeptos da descentralização», frisou Luís Sá, «mas acompanhadas das verbas necessárias. As novas competências e o estatuto financeiro têm de ser conjugados, se não está-se apenas a esmagar os municípios sem se resolver qualquer problema».

O Encontro debruçou-se também sobre a necessidade do reforço do conceito de serviço público da actividade autárquica, combatendo a privatização de serviços que, como aliás a experiência tem demonstrado, apenas os torna mais caros e, em geral, menos eficientes. Aqui, o PCP defende a criação de empresas públicas municipais e intermunicipais, para o que igualmente se deve criar legislação correspondente.

O Encontro debateu outras matérias de interesse autárquico, como a isenção, a justiça, a imparcialidade e a moralidade pública da gestão, o controlo das várias decisões dos serviços de modo que se corte o passo ao clientelismo e à corrupção, bem como as medidas necessárias para aproximar os eleitos dos eleitores e tornar os serviços mais céleres, com uma eficaz capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos.



O Poder Local esteve em debate, numa reunião nacional promovida pelo PCP, na passada terça-feira, em Lisboa

objectivos centrais debater as linhas de actividade autárquica para o biénio 1996/97 e analisar as principais questões do Poder Local face ao novo quadro político existente.

nas promessas eleitorais feitas nesse sentido», transmitiu Luís Sá, dando exemplos concretos, como a questão do IVA «social» (que alterou este imposto de 16 para 17%, sem que as autarquias

acompanhamento das verbas necessárias para as respectivas concretizações. Neste aspecto, o Encontro assinalou que «há já sinais neste Governo de pretender sobrecarregar outra vez as autar-

Campanha dos 150 mil contos Cumprir e ultrapassar a meta até ao final do ano

APOIAR O PCP
reforçar a CDU nas Eleições
uma alternativa com os trabalhadores

150
mil contos para o Partido

PCP

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

Está a aproximar-se do fim mais uma grande iniciativa, lançada a nível nacional por todo o Partido, que se propôs recolher, até ao final deste ano, 150 mil contos. E, para satisfação de todos os que tão fortemente se empenharam nesta tarefa, a campanha tem decorrido com assinalável sucesso.

Atingidos que estão cerca de 140 mil contos, já pouco falta para se atingir integralmente a meta. Entretanto, é necessário fazer um último esforço em todas as organizações e sectores para que o objectivo seja integralmente alcançado.

O «Avante!» conta poder divulgar, no segundo número do mês de Dezembro, os

números e o balanço detalhado da campanha de fundos em todo o país.

Neste momento, e em traços gerais, podemos afirmar que os resultados provisórios obtidos apontam para valores significativos, em Lisboa, cujo contributo tem sido de resto decisivo para o êxito da campanha. Mas também no resto do país as percentagens são importantes: Évora atingiu já 92,02%; Aveiro, 84, 5%; Coimbra 81,5%; Leiria 80%; Beja 82,4%; Vila Real 80%. No Algarve, a meta já foi ultrapassada, mas os camaradas não desistiram e estão a associar a Campanha dos 150 mil contos ao período de Natal, de forma a obterem o melhor resultado possível.